



Gestão e  
disseminação  
de dados na  
**Política Nacional de  
Segurança Pública**

**DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS ESTADUAIS  
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**TERMO DE PARCERIA 752962/2010 - META 1**

**Parceria**

Secretaria Nacional de  
Segurança Pública

Ministério da  
Justiça





# Gestão e disseminação de dados na **Política Nacional de Segurança Pública**

## Parceria

Secretaria Nacional de  
Segurança Pública

Ministério da  
Justiça



# Apresentação

Esse relatório apresenta os resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa realizada com o objetivo de mapear os processos e procedimentos de produção de estatísticas e análise de informações em segurança pública. Essa atividade integra a Meta 01 do Termo de Parceria no. 752962/2010, celebrado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça (MJ) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Para tanto, esse documento encontra-se estruturado em quatro seções.

Na primeira seção é apresentado o histórico da pesquisa, apontando os principais problemas e questões relacionadas às dificuldades de se ter acesso às informações necessárias e aos próprios responsáveis por sua gestão nas Polícias Militares (PM) e Civis (PC) e nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública (SSP), que foram as instituições escolhidas como foco dessa análise. É nessa parte do documento que se explicita o porquê de os gestores indicados pela SENASP terem sido escolhidos como principais interlocutores de todo o processo de coleta de informações.

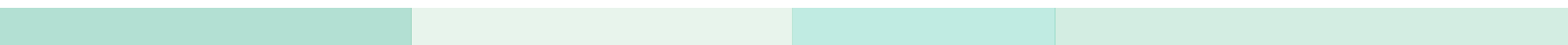
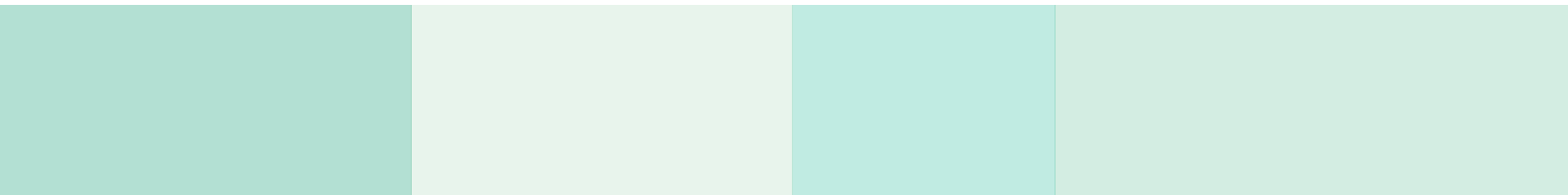
Na segunda seção são descritas as respostas ao questionário web, o qual foi concebido para coleta de dados que viabilizassem a compreensão e a reconstituição das rotinas dos setores responsáveis pela produção, análise e divulgação de infor-

mação em segurança pública, nas três instituições pesquisadas.

Na terceira parte são expostos os dados coletados no âmbito do I Programa Nacional de Visitas a Sistemas de Informação em Segurança Pública, o qual objetivou o conhecimento em detalhes da realidade dos setores mencionados e, ainda, o perfil dos gestores de tais unidades. Nesse item foram incluídas as informações coletadas a partir de relatórios produzidos pelos próprios gestores selecionados para o programa de intercâmbio e visitas a setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública.

A seção final aponta os principais problemas e questões diagnosticados a partir do uso desses vários instrumentos de pesquisa. Com isso, espera-se oferecer subsídios para uma política pública que tenha como propósito a melhoria da qualidade e da publicidade da informação em segurança pública oriunda das SSPs, PMs e PCs.

Tendo em vista a disseminação dos insumos produzidos por este Diagnóstico, disponibilizamos em anexo a este relatório um CD-ROOM com todas as tabelas aqui apresentadas, além de tabelas complementares, desagregadas por instituições, para fins de consulta e análise. Acreditamos, assim, facilitar a ampliação do diálogo qualificado em torno das especificidades que envolvem a produção de informações em segurança pública.



## Ficha Institucional

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Ministro da Justiça**

José Eduardo Cardozo

**Secretário Executivo**

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

**Secretária Nacional de Segurança Pública**

Regina Maria Filomena de Luca Miki

**Departamento de Políticas, Programas e Projetos**

Cristina Gross Villanova

**Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública**

Isabel Seixas de Figueiredo

**Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública**

Sidnei Borges Fidalgo

### FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Presidente do Conselho de Administração**

Luciene Albuquerque

**Conselho de Administração:** Elizabeth Leeds – Presidente de Honra / Arthur Trindade / Carlos Sant’anna / Humberto Vianna / Jacqueline Muniz / Jésus Barreto / José Luiz Ratton / José Marcelo Zacchi / Paula Poncioni / Sérgio Abreu / Washington França

**Secretário Executivo:** Renato Sérgio de Lima

### COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA

Cristina Neme (DEPAID/SENASP) / Cristina Gross Villanova (DEPRO/SENASP) / Cecília Maria de Souza Escobar (DEPAID/SENASP) / Renato Sérgio de Lima (FBSP) / Almir Oliveira Júnior (IPEA) / Samira Bueno (FBSP)

## Ficha Técnica

**Coordenação Geral**

Renato Sérgio de Lima / Samira Bueno

**Coordenadora de Projeto**

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

**Assistente de Projeto**

Thandara Santos

**Equipe Técnica:** Beatriz Rodrigues / Lize Marchini / Juliana Vinuto

**Equipe Administrativa:** Débora Lopes / Renata Guaraldo / Hilda Soares Mancuso

**Consultores técnicos:** Joelma Azevedo / Maurício Bastos Russo / Marcos Moura / Fernanda Vasconcellos / Thais Lemos Duarte.

**Gestores visitantes:** Geyson Alves Borba / Ronaldo Sawada Viegas / Kleber Maciel de Farias Júnior / Rosângela Almeida Siqueira / Maíse do Socorro Santos Fonseca / Osvaldo Hermogenes Junior / Francisco Duarte de Almeida / Wanda Ramos / Ronis Zaina / Josiane Gregório Siqueira / Gerard Viader Sauret / José Camilo da Silva / Marcus Ferreira / Júlio César de Oliveira / Evaldo Ferreira Simões / Jailson Ferreira Braz / Aldo Colombo Júnior / Marcos Roberto Fonseca Magalhães / Marcilio Cerqueira Lima / Frederico César do Carmo / Ana Maria Mota Scalabrin / Edna Maria dos Santos Amorim / João Luiz Lacerda Centena / Marcos Antônio Wosny Borba / Carmen Lúcia Botelho de Barros

**Colaboradores:** Marcelle Gomes Figueira / Rafael Rodrigues (SENASP) / Leonardo Athias (IBGE) / Cristina Zackseski

**Agradecimentos:** Virgínia Canedo / Virgínia da Rosa / Yolanda Catão

**Formulário Web e Sistemas:** Seepix

## Expediente

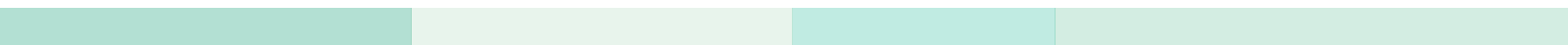
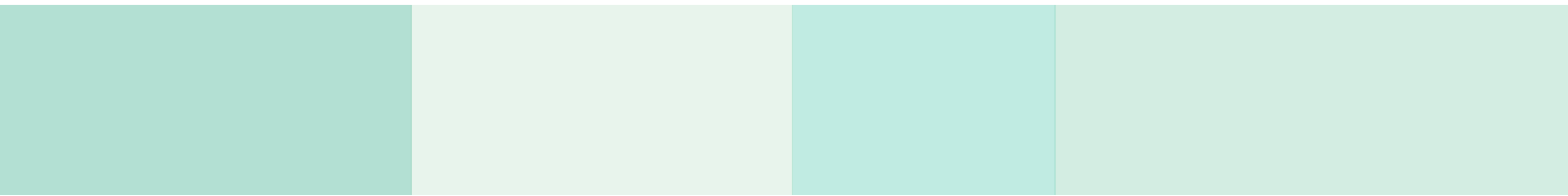


**Endereço:** Rua Mário de Alencar, 103  
05436-090 – Vila Madalena – São Paulo – SP

**Telefone:** (11) 3081-0925

**E-mail:** contato@forumseguranca.org.br

**Edição de Arte:** Urbania (11) 3828-3991



# Sumário

Resumo Executivo .....	6
<b>1 – O processo de produção dos instrumentos e de coleta de dados .....</b>	<b>10</b>
<b>2 – Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública .....</b>	<b>16</b>
2.1 – Estrutura organizacional do setor.....	18
2.2 – Recursos humanos .....	22
2.3 – Infraestrutura.....	28
2.4 – Atividades desenvolvidas no setor .....	37
2.5 – Fluxo de registro de dados .....	46
2.6 – SINESPJC.....	56
2.7 – Integração com os demais órgãos de segurança pública .....	61
2.7.1 – Integração com a Polícia Civil.....	62
2.7.2 – Integração com a Polícia Militar.....	64
2.7.3 – Integração com a Polícia Técnico-Científica .....	65
2.7.4 – Integração com os Estabelecimentos Prisionais.....	66
2.7.5 – Integração com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública.....	66
2.7.6 – Algumas considerações sobre a integração de informações.....	66
<b>3 – Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública.....</b>	<b>68</b>
3.1 – Sobre a trajetória profissional do entrevistado .....	69
3.2 – Infraestrutura do setor de produção, análise e divulgação de informações em segurança pública.....	75
3.3 – Alimentação do banco de dados.....	79
3.4 – Política de análise e divulgação de informações em segurança pública .....	85
3.5 – Integração com os demais órgãos de segurança pública .....	94
3.6 – Procedimentos relacionados ao SINESPJC.....	102
3.7 – Avaliação geral do setor .....	115
3.8 – A visão dos gestores sobre os setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública de outras localidades.....	127
<b>4 – Considerações Finais.....</b>	<b>132</b>
<b>Referências citadas .....</b>	<b>143</b>
<b>Apêndice.....</b>	<b>144</b>

# Resumo Executivo

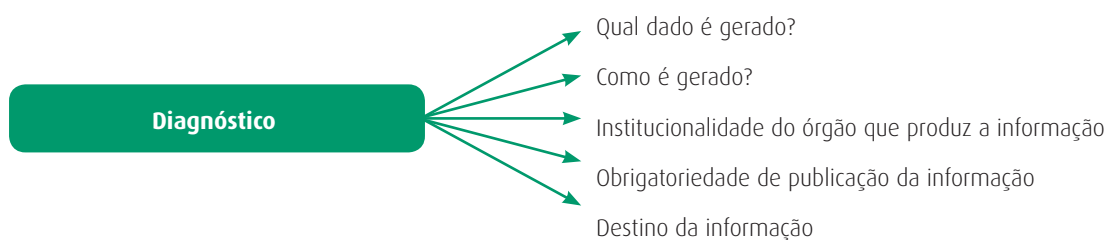
## Antecedentes

Histórico de produção de dados frágeis e de baixa pactuação federativa em torno do uso transparente de informações sobre justiça criminal e segurança pública (exemplo da classificação de homicídios).

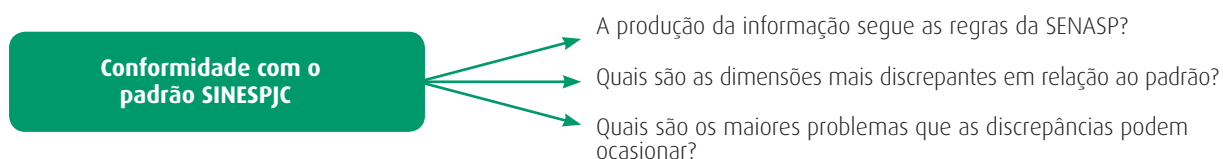
## Objetivo geral



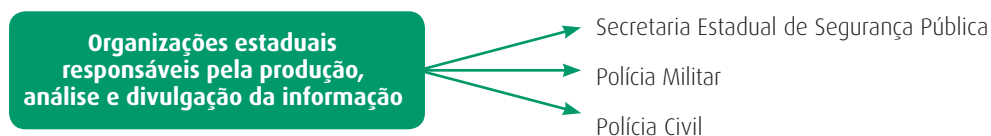
## Objetivos específicos 01



## Objetivos específicos 02



## Pressuposto





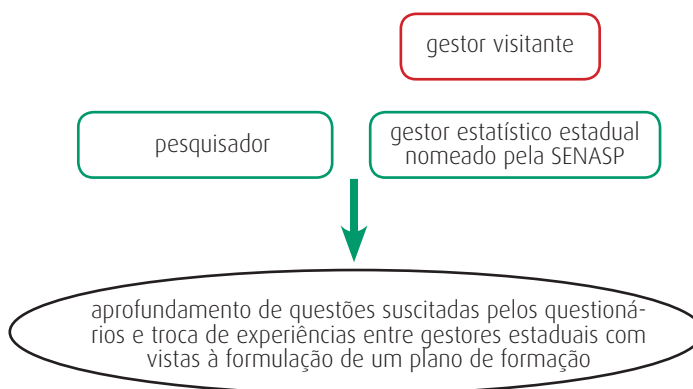
## Questionário web

### Proposta

<b>Produção da informação</b>	estrutura organizacional do setor envolvido com a produção da informação
	recursos humanos
	infra-estrutura
	atividades
	fluxo de registro dos dados
	caracterização e estrutura dos dados
	SINESPJC
<b>Gestão da tecnologia da informação</b>	estrutura organizacional do setor envolvido com a gestão da tecnologia da informação
	recursos humanos
	infra-estrutura
	atividades
<b>Integração com os demais órgãos do sistema de segurança pública</b>	informações trocadas entre os órgãos

## Visitas técnicas

Visitas técnicas nos setores de estatística das Secretarias Estaduais de Segurança Pública com vistas a revisar processos de coleta e tabulação dos dados.



## Instrumentos de pesquisa e respostas obtidas

Questionário web	Entrevistas semi-estruturadas	Visitas
27 - SSP	27 - SSP	25 gestores da SSP
22 - PM	26 - PM	
25 - PC	26 - PC	

# Principais resultados

**Nota:** Apenas a Polícia Militar de São Paulo não participou de quaisquer das etapas

## Nomeação dos gestores

Questionário web 74 respondentes	Entrevistas semi-estruturadas 79 respondentes
<ul style="list-style-type: none"><li>• 53 se declararam como responsáveis pela alimentação do SINESPJC</li><li>• Delegação da atividade a outrem:<ul style="list-style-type: none"><li>• Polícia Civil de Goiás</li><li>• Polícia Civil de Minas Gerais</li><li>• Polícia Civil de Santa Catarina</li><li>• Polícia Militar do Alagoas</li><li>• Secretaria Estadual de Defesa Social de Minas Gerais</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 65 responderam o questionário web</li><li>• 44 se declararam como gestores nomeados pela SENASP</li><li>• 39 alimentam efetivamente o SINESPJC</li><li>• Responsável pela alimentação do SINESPJC na Polícia Militar de Roraima é da área de saúde</li></ul>

## Recursos humanos

Questionário web	Entrevistas semi-estruturadas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Média de 15 profissionais por setor:<ul style="list-style-type: none"><li>• Do ponto de vista ideal, demanda por mais "iguais" vis-à-vis dificuldade de identificar as funções a serem exercidas</li><li>• Ausência de política de qualificação para o setor, ainda que 1/3 recorra a cursos "por contra própria"</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Gestores como alguém que está no setor, pelo menos, desde 2008:<ul style="list-style-type: none"><li>• Ligação com o cargo máximo da instituição como fator definidor da ocupação do cargo</li><li>• "Aprender fazendo" como capacidade indispensável para se trabalhar na área</li><li>• Métodos quantitativos como a principal lacuna</li></ul></li></ul>

## Infraestrutura

Questionário web	Entrevistas semi-estruturadas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Setor vinculado ao gabinete, com existência no organograma e documento regulamentando funções</li><li>• Todos com acesso à internet</li><li>• Política de renovação do parque tecnológico pouco rotinizada, mas eficaz</li><li>• Manutenção realizada por alguém da própria instituição</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de um computador por pessoa, exceto três SSPs, quatro PMs e três PCs</li><li>• Funcionários trabalhando juntos na mesma sala</li><li>• Jornada de trabalho de oito horas diária, sem qualquer tipo de remuneração adicional</li></ul>

## Alimentação do banco de dados

Questionário web	Entrevistas semi-estruturadas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorrência preenchida à mão e digitalizada por alguém do setor</li><li>• Ocorrências, em geral, seguem padrão de georreferenciamento ou possuem informações que permitam essa atividade posteriormente</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ênfase no treinamento para o policial que preenche a ocorrência -&gt; conscientização como saída para a subnotificação</li><li>• 4 dos 79 gestores entrevistados não trabalham com bancos de dados</li><li>• Criação de mecanismos de controle automático como única estratégia para melhorar a consistência da informação</li></ul>

## Principais atividades

Questionário web	Entrevistas semi-estruturadas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Coleta e sistematização de dados</li><li>• Análises estatísticas como subsídios ao planejamento operacional</li><li>• Qualidade da base como maior óbice às atividades de análise criminal</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conferência da consistência como atividade muito esporádica</li><li>• Confecção de relatórios, cujo conteúdo é definido pelo superior</li><li>• Divulgação apenas interna -&gt; estratégica</li></ul>

## Alimentação do SINESPJC

Questionário web	Entrevistas semi-estruturadas
<ul style="list-style-type: none"><li>• Módulos ocorrências da Polícia Civil e da Polícia Militar como os mais alimentados</li><li>• Para homicídio, lesão corporal seguida de morte e latrocínio a unidade principal de registro é a vítima, em que pese as demais existentes</li><li>• Não separação dos registros de roubo e homicídio doloso nos casos de latrocínio</li><li>• Pouco detalhamento das ocorrências envolvendo policiais que resultam em óbito (civil ou policial)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Percentual substantivo afirma alimentar o sistema "em tempo real" -&gt; papel das delegacias e dos batalhões</li><li>• 67% preencheu ou tem conhecimento do módulo coleta, sendo que 35% afirmaram possuir algum grau de dificuldade em tal atividade</li><li>• Importação via txt como principal forma de envio, sendo que a maioria confere os dados antes da transmissão</li><li>• 50% realiza consulta após o envio, apesar das dificuldades</li></ul>

# 1. O processo de produção dos instrumentos e de coleta de dados

A proposta da pesquisa, cujos resultados são ora apresentados, era a de compreender como a informação em segurança pública era produzida, analisada e disponibilizada ao seu interessado, incluindo nesse tópico o repasse das estatísticas criminais de cada estado à SENASP através do SINESPJC, que foi a ferramenta especialmente concebida pelo Ministério da Justiça para a realização de tal intercâmbio de informações em segurança pública entre os estados membros e o governo federal.

No entanto, é importante situar que o foco desse estudo foi a informação que as polícias e as secretarias estaduais produzem a partir do seu próprio trabalho e sobre ele; já que, nos últimos anos, se observa uma melhoria substancial da qualidade da informação dessas organizações e, por conseguinte, sua maior utilização tanto para fins de planejamento das ações de prevenção e repressão ao crime como para fins de entendimento do fenômeno criminal.<sup>1</sup> Assim, compreender como essa informação é produzida, analisada e disponibilizada é de suma importância, uma vez que viabiliza o entendimento das potencialidades e limites dos dados repassados por cada órgão e, disponibilizados, por exemplo, no Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.<sup>2</sup>

Para a concepção do instrumento quantitativo de verificação dos procedimentos de produção, análise e divulgação de informações em segurança pública, foram realizados diversos encontros entre especialistas e responsáveis pela administração dessa temática tanto no âmbito federal, quanto no âmbito estadual. Além disso, considerando que no ano de 2010 a Professora Marcelle Figueira fora contratada pela SENASP para conceber um questionário capaz de mapear, não apenas a infraestrutura dos setores de estatística das Polícias Militares e Civis, Bombeiros Militares e Secretarias Estaduais de Segurança Pública, mas também as suas respectivas rotinas, a primeira atividade desenvolvida nessa etapa foi uma reunião entre a equipe do FBSP e a referida consultora. Tal encontro foi realizado no dia 30/05/2011, quando se discutiu as alterações que deveriam ser processadas no instrumento para que ele fosse capaz de focalizar apenas a infraestrutura e a rotina das Polícias (civis e militares) e das Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

Uma vez desenhado o novo protótipo do questionário, foram realizadas diversas reuniões com os funcionários da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para a sua discussão e conseguinte adequação do conteúdo de cada uma das questões às demandas dessa unidade do Ministério da Justiça. Tais encontros ocorreram nos dias 01/06/2011; 06/06/2011 e 07/06/2011, e tiveram como resultado o desmembramento

1 Essa mudança é visível com a maior utilização dos dados produzidos pelas organizações responsáveis pela gestão da segurança pública em detrimento dos indicadores produzidos pelo Ministério da Saúde no que diz respeito aos quantitativos de mortes violentas. Ainda que o debate sobre a qualidade de ambos os sistemas de informação seja premente (Cerqueira, 2011), é possível afirmar que essa discussão apenas tem se realizado nos últimos anos em razão da maior disponibilidade dessas informações.

2 Publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que compila, entre outros, dados criminais obtidos junto à SENASP e as bases de dados do SINESPJC. A publicação completa pode ser acessada em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/26939>.

do questionário original em dois subprodutos: um sobre os processos de produção de informação e integração com os demais órgãos de segurança pública e outro sobre os subsídios técnicos e tecnológicos existentes no setor para a execução dessas atividades.

Uma vez redigidas as versões semifinais dos instrumentos, essas foram apresentadas aos gestores nomeados pela SENASP como responsáveis pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública nas três organizações foco da pesquisa (SSP, PM e PC) para que eles pudessem entender o objetivo da pesquisa e, com isso, nos apresentar um certo *feedback* com relação à forma e ao conteúdo de cada uma das questões.

A discussão dos questionários com os gestores da Polícia Civil e das Secretarias Estaduais de Segurança Pública ocorreu entre os dias 28 e 30/06/2011 e as discussões com os gestores da Polícia Militar ocorreram entre os dias 05 e 07/07/2011. Contudo, não estamos nos referindo à realização de um pré-teste, mas à apresentação do instrumento aos seus potenciais respondentes. Logo, nesses eventos, procuramos pactuar junto a tais atores os objetivos do diagnóstico e verificar em que medida as perguntas do questionário eram, de fato, capazes de fornecer subsídios para o mapeamento proposto pela pesquisa.

Encerrada essa etapa, a equipe do FBSP tratou de incorporar as sugestões dos gestores aos questionários e pré-testá-los, a fim de verificar se as questões funcionavam *in loco* tal como esperado. É importante destacar que essa fase, de aplicação do questionário com um possível respondente, é atividade obrigatória em qualquer pesquisa social, pois garante a validade do instrumento e, por conseguinte, evita que determinadas respostas não possam ser analisadas quando da escrita do relatório final porque as perguntas que lhes deram origem não se encontravam bem formuladas (Faerstein et al, 1999).

Assim, o pré-teste dos questionários aconteceu em Minas Gerais, onde foi verificada a validade do questionário sobre produção, análise e divulgação de informações em segurança pública; e em São Paulo, onde foi verificada a validade do questionário sobre tecnologia da informação existente nos órgãos. Ambas as atividades ocorreram entre os dias 18 e 22/07/2011, sendo que esses estados foram escolhidos como localidades para a realização do pré-teste por congregarem os sistemas de informação em segurança pública mais antigos do país e, por conseguinte, serem mencionados como modelos a serem seguidos pelos demais estados da federação.<sup>3</sup>

A partir do relatório da fase de pré-teste, algumas questões, de ambos os questionários, foram revistas e, com isso, iniciou-se a preparação do dicionário de dados para inserção do questionário em plataforma web, ferramenta escolhida para a aplicação do instrumento por permitir que o mesmo pudesse ser preenchido

---

<sup>3</sup> Nesse sentido, verificar as informações apresentadas nas seções 3.6 e 3.7 desse relatório, as quais dizem respeito às impressões dos gestores com relação aos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública que deveriam ser considerados como modelo para o restante do país.

# 1. O processo de produção dos instrumentos e de coleta de dados

simultaneamente pelos gestores da SSP, PM e PC dos 27 estados da federação. Essas ações ocorreram nos dias 24 e 25/07/2011 e viabilizaram a transformação dos questionários originalmente em papel em uma plataforma web entre os dias 26/07/2011 e 19/08/2011.

O preenchimento dos questionários ocorreu entre os dias 24/09/2011 e 06/10/2011. Cada estado deveria apresentar, pelo menos, três formulários devidamente respondidos (um para a Polícia Militar, outro para a Polícia Civil e um terceiro para Secretaria Estadual de Segurança Pública ou congêneres), totalizando 81 questionários. Contudo, ao final, foi possível obter 74 respostas, o que significa uma taxa de resposta de 91%, sendo tal percentual extremamente elevado para pesquisas desse gênero.<sup>4</sup> As instituições que não responderam ao questionário web foram as seguintes: Polícia Militar do Amapá, da Bahia, do Pará, do Piauí e de São Paulo; Polícia Civil do Piauí e do Rio de Janeiro.

A parte qualitativa da pesquisa consistiu na realização de observações diretas e entrevistas com os gestores nomeados pela SENASP que tinham preenchido o questionário web, além do intercâmbio de gestores da SSP. A essas atividades denominou-se I Programa Nacional de Visitas a Sistemas de Informação em Segurança Pública, o qual objetivou o detalhamento dos procedimentos de produção, análise e divulgação de informações em segurança pública e maior conhecimento para os gestores de outros estados no que se refere à estratégias inovadoras para a gestão de tal setor em sua localidade.

Logo, o I Programa Nacional de Visitas a Sistemas de Informação em Segurança Pública consistiu no envio de pesquisadores contratados pelo FBSP a cada um dos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal para checagem das informações já fornecidas pelos gestores da SSP, PM e PC (através do questionário web), coleta de novos dados e, ainda, acompanhamento do programa de intercâmbio de gestores dessa área. Para alcance de tais propósitos, o cronograma realizado foi o seguinte (Quadro 01):

**Quadro 01** – Cronograma das visitas (de pesquisadores e de gestores) aos setores de estatística estaduais

UF	Região Administrativa	Responsável	Data da visita a			
			Polícia Militar	Polícia Civil	Secretaria de Segurança Pública	Gestor visitante
DF	Centro Oeste	Joelma Azevedo	10/out	10/out	11/out	11/out
AL	Nordeste	Maurício Russo	10/out	10/out	11/out	11/out
AC	Norte	Marcos Moura	10/out	10/out	11/out	11/out

**Continua >**

<sup>4</sup> Segundo Araújo et al (2005), as taxas de resposta podem ser classificadas em quartis, sendo que no primeiro quartil, a taxa de resposta é muito baixa; entre o segundo e o terceiro, moderada; quando situada no quarto quartil, essa pode ser considerada elevada. Logo, a pesquisa possuiu elevada taxa de resposta, uma vez que quase a totalidade do universo, que era bem pequeno, a respondeu, tornando os seus resultados válidos para a generalização do que ocorre no Brasil como um todo.

ES	Sudeste	Thais Lemos Duarte	13/out	13/out	14/out	14/out
PR	Sul	Fernanda Vasconcellos	10/out	10/out	11/out	11/out
BA	Nordeste	Maurício Russo	13/out	13/out	14/out	14/out
RR	Norte	Marcos Moura	14/out	14/out	14/out	14/out
GO	Centro Oeste	Joelma Azevedo	17/out	18/out	17/out	18/out
PB	Nordeste	Maurício Russo	17/out	17/out	18/out	18/out
AP	Norte	Marcos Moura	19/out	18/out	18/out	18/out
MG	Sudeste	Thais Lemos Duarte	24/out	24/out	25/out	25/out
RS	Sul	Fernanda Vasconcellos	14/out	21/out	18/out	18/out
TO	Norte	Marcos Moura	03/nov	<sup>1</sup>	04/nov	04/nov
PE	Nordeste	Maurício Russo	20/out	20/out	21/out	21/out
MT	Centro Oeste	Joelma Azevedo	24/out	24/out	25/out	<sup>2</sup>
RN	Nordeste	Maurício Russo	24/out	24/out	25/out	25/out
AM	Norte	Marcos Moura	25/out	25/out	26/out	25/out
RJ	Sudeste	Thais Lemos Duarte	03/nov	09/Nov	04/nov	04/nov
SC	Sul	Fernanda Vasconcellos	24/out	24/out	25/out	25/out
MS	Centro Oeste	Joelma Azevedo	27/out	27/out	28/out	28/out
SE	Nordeste	Maurício Russo	31/out	31/out	1/nov	1/nov
PA	Norte	Marcos Moura	21/out	20/out	21/out	<sup>3</sup>
SP	Sudeste	Equipe do FBSP	31/out	03/Nov	1/nov	1/nov
PI	Nordeste	Maurício Russo	3/nov	3/Nov	4/Nov	4/nov
RO	Norte	Marcos Moura	8/nov	7/Nov	7/Nov	8/nov
CE	Nordeste	Maurício Russo	7/nov	7/Nov	8/Nov	8/nov
MA	Nordeste	Maurício Russo	10/nov	10/Nov	11/Nov	11/nov

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

<sup>1</sup> Os setores da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança do estado de Tocantins funcionam de forma integrada em um mesmo espaço e partilham de mesma equipe e infraestrutura, dessa forma, a entrevista foi realizada junto às gestoras das duas instituições num mesmo momento.

<sup>2</sup> O gestor designado para realizar a visita à Secretaria de Segurança do Mato Grosso teve um problema pessoal e não pôde realizar a viagem. Nesse caso, não houve o intercâmbio de informações com o gestor deste estado.

<sup>3</sup> O gestor do estado de Sergipe, que fora designado para realizar a visita à Secretaria de Segurança do Pará, não quis realizar a visita. Nesse caso, não houve o intercâmbio de informações entre gestores.

Para a definição de como se daria o programa de intercâmbio entre gestores, foi utilizado o critério de intercâmbio entre regiões, de maneira que os indivíduos lotados nos estados geralmente focalizados pelos estudos acadêmicos nessa área (Sul, Sudeste e Centro Oeste) pudessem conhecer localidades pouco descritas nesses meios (Norte e Nordeste) e, com isso, produzir relatos a serem publicados na Revista Brasileira de Segurança Pública, cujo alcance viabilizaria um maior entendimento das similitudes e diferenças dos estados da federação brasileira no que se refere à produção, análise e disseminação de informações em segurança pública. Então, ficou estabelecido que os gestores das Secretarias Estaduais de Segurança Pública seriam intercambiados nesse programa de visitas da seguinte maneira (Quadro 02).

# 1. O processo de produção dos instrumentos e de coleta de dados

**Quadro 02 – Origem e Destino dos gestores da SSP responsáveis pelo setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por data da visita**

Estado de origem	Estado de destino	Data da visita
Acre (AC)	Rio de Janeiro (RJ)	04/11/2011
Alagoas (AL)	São Paulo (SP)	01/11/2011
Amapá (AP)	Mato Grosso do Sul (MS)	28/10/2011
Amazonas (AM)	Pernambuco (PE)	21/10/2011
Bahia (BA)	Santa Catarina (SC)	25/10/2011
Ceará (CE)	Goiás (GO)	18/10/2011
Distrito Federal (DF)	Amazonas (AM)	25/10/2011
Espírito Santo (ES)	Tocantins (TO)	04/11/2011
Goiás (GO)	Acre (AC)	11/11/2011
Maranhão (MA)	Roraima (RR)	14/10/2011
Mato Grosso (MT)	Rio Grande do Sul (RS)	18/10/2011
Mato Grosso do Sul (MS)	Espírito Santo (ES)	14/10/2011
Minas Gerais (MG)	Sergipe (SE)	01/11/2011
Pará (PA)	Maranhão (MA)	11/11/2011
Paraíba (PB)	Minas Gerais (MG)	25/10/2011
Paraná (PR)	Rondônia (RO)	08/11/2011
Pernambuco (PE)	Amapá (AP)	18/10/2011
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Grande do Norte (RN)	25/10/2011
Rio Grande do Norte (RN)	Distrito Federal (DF)	11/10/2011
Rio Grande do Sul (RS)	Ceará (CE)	08/11/2011
Rondônia (RO)	Alagoas (AL)	11/10/2011
Roraima (RR)	Piauí (PI)	04/11/2011
Santa Catarina (SC)	Paraíba (PB)	18/10/2011
São Paulo (SP)	Bahia (BA)	14/10/2011
Tocantins (TO)	Paraná (PR)	11/10/2011

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Importante destacar que, ao final das visitas, tanto gestores como pesquisadores produziram um relatório analítico de cada experiência visitada, documentos esses que irão subsidiar o processo de elaboração do plano de formação dos integrantes das equipes técnicas estaduais na produção e uso de dados estatísticos em segurança pública, atividade prevista para próxima fase desse Termo de Parceria.

Portanto, uma vez apresentados os procedimentos seguidos para a transformação da ideia - de se ter um conhecimento mais minucioso de como os dados em segurança pública são produzidos, analisados e divulgados pelas Polícias Militares, Polícias Cíveis e Secretarias Estaduais de Segurança Pública - em realidade, o próximo passo é a apresentação dos resultados derivados da aplicação desses instrumentos.



Assim, na seção seguinte, são apresentados os resultados decorrentes das respostas dos gestores ao questionário web.



## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Essa seção tem como objetivo apresentar os resultados coletados a partir do preenchimento do questionário web, cujo link foi enviado aos responsáveis pela gestão do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC no âmbito das Secretarias Estaduais de Segurança Pública<sup>5</sup> (SSP), Polícias Militares (PM) e Polícias Civis (PC).

Isso significa que apenas o indivíduo que constasse como gestor, no banco de dados da SENASP, poderia preencher o questionário, já que eram necessários login e senha para a realização de tal atividade. Esse procedimento objetivou impedir que pessoas não qualificadas viessem a preencher tal documento e, ainda, garantir que apenas os profissionais que mantêm contato direto com o Ministério da Justiça para a atividade de repasse de informação em segurança pública o fizesse, uma vez que um dos propósitos desse instrumento era, exatamente, avaliar esse processo.

A escolha dos gestores nomeados junto ao SINESPJC como interlocutores serve ao intuito de mapear o fluxo completo de informações entre a SENASP e os organismos estaduais, através da principal ferramenta criada pelo governo federal para viabilizar este processo. Entender de quê forma esta ferramenta é, efetivamente, apropriada pelos gestores estaduais era, portanto, um dos objetivos deste levantamento. É importante lembrar ainda que os destinatários desses questionários eram os gestores que tinham participado das discussões preliminares desse instrumento, quando da reunião em Brasília. Assim, vários deles conheciam tal ferramenta, o que facilitava o entendimento e a resposta às questões.

O instrumento enviado possuía 371 itens a serem completados, sendo que esses se encontravam distribuídos em oito seções, quais sejam: (1) identificação do respondente; (2) estrutura organizacional do setor; (3) recursos humanos; (4) infraestrutura; (5) atividades; (6) fluxo de registro dos dados; (7) SINESPJC; e (8) integração com os demais órgãos do sistema de segurança pública. Com a finalidade de facilitar o entendimento dos dados coletados, essa seção será estruturada seguindo essa mesma divisão temática.

A parte de identificação do respondente, como não poderia deixar de ser, abre o questionário, sendo especialmente importante para a SENASP, posto que tais informações permitem a atualização de quaisquer mudanças administrativas no setor que ainda não tenham sido repassadas ao MJ. Contudo, como esses dados servem mais a uma finalidade administrativa que de pesquisa, essas informações não serão aqui apresentadas.

A seção “estrutura organizacional” identifica se o setor era o único responsável pelas atividades de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública na instituição (SSP, PM e PC) ou se existia mais alguma área responsável por tais tarefas. Essa parte é especialmente importante para se compreender a posição do setor na estrutura organizacional e o grau de institucionalidade do mesmo (se está previsto le-

<sup>5</sup> Apesar de as denominações recebidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública serem múltiplas (Secretaria Estadual de Defesa Social, Secretaria Estadual de Justiça, dentre outras) para fins desse relatório todas serão denominadas como SSP.

galmente, se foi criado há muitos anos ou trata-se de uma área recente, etc.), que são medidas aproximadas da centralidade que as atividades de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública possuem para a organização.

O item “recursos humanos” apresenta quem são as pessoas que trabalham nesse setor, como chegaram até lá, que formação receberam quando chegaram e, ainda, o que pensam dessa formação. Em parte, esses dados são importantes porque, desde os anos 2000, quando a política de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública passou a ser impulsionada diretamente pela SENASP, as seções de “estatística” passaram a se multiplicar nas SSPs, PMs e PCs. Contudo, se a primeira etapa a caminho da institucionalização é a criação do setor no organograma e a designação de um indivíduo para ocupar a posição de coordenador da área; o segundo momento é dado pela realização de um concurso para preenchimento das vagas do setor de acordo com critérios técnicos e levando em consideração o real fluxo de atividades e funções desta área. Logo, essa seção mapeia tais aspectos e verifica qual é a percepção do respondente quanto à equipe existente *versus* a que ele considera ideal para funcionamento da área.

Além disso, como um dos desdobramentos dessa pesquisa será a redação de um plano de treinamento para os indivíduos lotados nesses setores, diversas questões foram inseridas com o objetivo de se mapear qual o grau de preparação desses profissionais para exercício de suas atividades de rotina e quais são os temas que eles próprios acreditam que deveriam ser ministrados para que as atividades da área se desenrolassem de maneira mais efetiva e eficiente.

A parte “infraestrutura” diagnostica quais são os instrumentos que os gestores possuem para desempenho de sua atividade e quais são os que eles acreditam que deveriam possuir para que tais tarefas pudessem ser realizadas sem quaisquer problemas. É importante destacar que nesse item foram inseridas perguntas específicas sobre os softwares utilizados pelos gestores, o que fornece uma medida aproximada da especialização dos funcionários lotados nessa área.

A seção “atividades” reconstituiu as rotinas dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública.<sup>6</sup> Já o item “fluxo de registro dos dados” foi incluído no formulário web porque, dependendo do caminho que a informação em segurança pública tem que percorrer, desde a incidência do crime até a análise dessa pelo pesquisador / interessado, diversas perdas (de informação) podem acontecer. Logo, trata-se de saber o que é preenchido em cada momento de movimentação do registro no sistema e, ainda, quais são os trâmites burocráticos a que ele está sujeito antes de ser considerado um caso válido em um banco de dados. Exatamente por isso, essa parte inclui questões sobre qual é a categoria de referência do evento, o

<sup>6</sup> Sabemos, contudo, que alguns respondentes podem eleger as opções mais “socialmente desejáveis” e, exatamente por isso, o programa de visitas é importante para complementar essas informações, uma vez que ao verificar *in loci* a rotina desses setores, os pesquisadores têm a possibilidade de contrastar o que o gestor respondeu no formulário *web* com o que ele vivencia na prática.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

grau de preenchimento das informações no sistema, a possibilidade de realização de teste de consistência dos dados, a existência de indexação geográfica das ocorrências, dentre outras questões.

A parte “SINESPJC” procura mapear como as estatísticas de segurança pública “oficiais” são calculadas a partir do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC). Logo, trata-se de detalhar o que é preenchido em relação ao que deveria ser idealmente preenchido por cada setor, para que os dados do SINESPJC fossem, de fato, um reflexo perfeito das ocorrências criminais nos estados.

A seção “integração com os demais órgãos do sistema de segurança pública” é a última parte do questionário e tem como objetivo verificar se os dados produzidos por cada uma das organizações do sistema estadual de segurança pública são capazes de se consubstanciar em informações para os demais órgãos que também administram a questão. Parte-se do princípio de que diversas iniciativas de integração foram financiadas pela SENASP nos últimos anos e que se cada organização continua trabalhando apenas com a sua “parte” da informação, ela não é capaz de entender nem os desdobramentos que o seu registro pode ter ao longo do fluxo e, muito menos, de desenvolver uma visão integrada em relação às atividades que os demais órgãos realizam.

Esta foi a seção mais longa do questionário, pois cada entrevistado deveria responder como se dá a integração com cada órgão específico responsável pela administração da segurança pública na localidade. Contudo, como se verá, poucos foram os respondentes que preencheram a todos os campos e, dessa forma, poucas foram as informações que efetivamente puderam ser extraídas dessa seção.

É importante destacar que as análises que seguem focalizam apenas as respostas fornecidas por aquele setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública que está registrado como interlocutor da SENASP, ainda que esse não seja o responsável pela organização efetiva dos dados criminais no estado ou ainda que esse não seja o único setor responsável por tais atividades dentro da instituição. O respondente, conforme destacado anteriormente, foi o gestor do SINESPJC nomeado pela SENASP.

### 2.1 – Estrutura organizacional do setor

O primeiro bloco de questões dizia respeito à institucionalidade do setor responsável pelo preenchimento do formulário. Com isso, foi possível constatar que, do total de respondentes, apenas 57% eram os únicos que trabalhavam com a atividade de produção da informação dentro da instituição (Tabela 01), sendo que tal percentual é substancialmente maior entre as Secretarias de Segurança Pública (70%) e menor entre as polícias militares (41%) e as polícias civis (56%). Isso significa que o processo de produção da informação é mais espalhado entre as secretarias de segurança pública do que entre as organizações policiais, onde tal atividade parece ser mais concentrada em um único órgão.

**Tabela 01 – O setor é o único responsável pela atividade de produção da informação, por órgão**

Este setor é o ÚNICO desta instituição que trabalha com a produção da informação?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	22	100	25	100	74	100
Sim	19	70	9	41	14	56	42	57
Não	8	30	13	59	11	44	32	43

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Como um dos objetivos dessa pesquisa é compreender melhor a realidade dos estados e, dessa forma, verificar que outros órgãos deveriam ser contatados nos estados para que a informação que chega ao Ministério da Justiça fosse mais qualificada, a constatação de que 43% dos respondentes não são os únicos setores responsáveis pela geração de tal dado é de suma importância.

De acordo com as informações sumarizadas no Quadro 03, são estados que possuem mais de um setor responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, em quaisquer das três instituições, os seguintes:

**Quadro 03 – Identificação dos estados que possuem mais de um setor responsável pela produção análise e divulgação de informação em Segurança Pública, por órgão na qual essa multiplicidade ocorre e apontando que outro setor é esse <sup>1</sup>**

Estado	Instituição que possui mais de um órgão responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública	Que órgão é esse
Acre	Secretaria de Segurança Pública	Núcleo de análise criminal da SESP
Alagoas	Polícia Militar	2ª. Seção
Amapá	Polícia Civil	Unidade de informática
Amazonas	Polícia Militar	Comando de Policiamento Metropolitano Comando de Policiamento de Área Comando de Policiamento Especializado
Bahia	Polícia Civil Secretaria de Segurança Pública	SIAP - Superintendência Integrada de Ações Policiais CEDEP - Coordenação de documentação e estatística da Polícia
Ceará	Polícia Militar Polícia Civil	Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança Departamento de Polícia Metropolitana
Espírito Santo	Secretaria de Segurança Pública Polícia Militar	CIODES Divisão operacional do comando de policiamento metropolitano
Goiás	Polícia Militar Polícia Civil	COPOM / SIAE Assessoria de Informática e Telecomunicações

Continua >

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Maranhão	Secretaria de Segurança Pública Polícia Militar Polícia Civil	Centro Integrado de Operações Policiais Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) Centro Integrado de Operações Especiais
Mato Grosso do Sul	Polícia Militar	Suporte Sigo – Sistema Integrado de Gestão Operacional
Minas Gerais	Secretaria de Segurança Pública Polícia Civil	Centro Integrado de Informações de Defesa Social – CINDS Estatística Criminal
Pará	Secretaria de Segurança Pública	Divisão de Estatística da Polícia Civil
Paraíba	Polícia Civil	Gerência Executiva de Ações Estratégicas de Polícia
Paraná	Polícia Civil	Coordenadoria de Análises e Planejamento Estratégico – CAPE/SESP
Pernambuco	Polícia Civil	Coordenadoria de Procedimentos Policiais - COOR-DPPOL
Piauí	Secretaria de Segurança Pública	Núcleo de Inteligência
Rio Grande do Sul	Polícia Militar	PM2 – Setor de Inteligência do Estado Maior da Brigada Militar
Rondônia	Polícia Militar	Gerência Integrada de Segurança Pública
Roraima	Secretaria de Segurança Pública	Núcleo Integrado de Comunicação Social - NICS
Santa Catarina	Polícia Militar	Diretoria de Tecnologia e Sistemas de Informação
Sergipe	Polícia Militar	Comando de Policiamento da Capital Comando de Policiamento do Interior
Tocantins	Secretaria de Segurança Pública Polícia Militar Polícia Civil	Sistema Integrado de Operações da Polícia Militar Assessoria de Estatística e Análise da Polícia Civil

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

1 Os estados não mencionados nessa tabela são aqueles que não possuem, em quaisquer das organizações foco da pesquisa, mais de um setor como responsável pela produção da informação em segurança pública.

No que se refere ao órgão ao qual o setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública e o responsável pelo preenchimento do questionário encontram-se vinculados, é interessante notar que na maioria dos casos esse é o Gabinete da instituição em questão (Tabela 02). Ou seja, do total de respondentes da Secretaria Estadual de Segurança Pública, 42% estão vinculados ao Gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública; já no caso da Polícia Militar, 71% estão vinculados ao Gabinete ao Comandante-Geral da Polícia Militar e, por fim, no caso da Polícia Civil, 80% estão vinculados ao Gabinete do Diretor da Polícia Civil. Ou seja, nas polícias o setor está muito mais próximo ao comando, por questões próprias de planejamento.

A subordinação direta desses setores aos Gabinetes de suas instituições, além de revelar a centralidade estratégica da produção de informações dentro daquela instituição, nos dá importantes insumos para uma análise sobre a independência dos órgãos destinados a essa atividade.

**Tabela 2 >**

**Tabela 02 – Órgão ao qual o setor responsável pela produção da informação em segurança pública encontra-se vinculado, por instituição**

A qual unidade administrativa da sua Instituição, o seu setor está diretamente subordinado?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	26	100	21	100	25	100	72	100
Gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afim	11	42	2	10	3	12	16	22
Sub-Secretaria de Planejamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afim	2	8	0	0	0	0	2	3
Gabinete do Diretor da Polícia Civil	3	12	0	0	20	80	23	32
Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar	0	0	15	71	0	0	15	21
Outros (especificar)	10	38	4	19	2	8	16	22

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

É possível constatar que em dois casos das Secretarias de Seguranças Públicas, o órgão ao qual essa atividade encontra-se vinculada é a Polícia Civil e; em três casos a Polícia Militar, o que parece indicar que em alguns estados os dados sobre segurança pública são, exclusivamente, os produzidos por uma dada organização policial. Interessante destacar que, no caso de a resposta ser “outros”, em regra, o setor responsável pela produção da informação é um setor ou diretoria especificamente constituída para essa finalidade.

Outro ponto importante para a compreensão da institucionalidade do órgão em questão é se esse existe formalmente na estrutura organizacional da instituição à qual ele está vinculado. A inclusão dessa pergunta foi derivada do entendimento de que se a produção de informação em segurança pública é uma atividade importante para a instituição, o órgão responsável pela realização de tal tarefa existirá formalmente nas normas e regulamentos de tal localidade.

Nesses termos, foi possível constatar que, na maioria dos casos (75%) o setor responsável pela atividade existe formalmente, sendo tal percentual mais elevado entre as Polícias Civis (88%) em comparação à Secretaria de Segurança Pública (62%) e à Polícia Militar (76%), tal como indicam os resultados da Tabela 03.

**Tabela 03 – Existência do órgão responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública no organograma organizacional, por instituição**

Existe formalmente?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	26	100	21	100	25	100	72	100
Sim	16	62	16	76	22	88	54	75
Não	10	38	5	24	3	12	18	25

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Outra questão que também abordava a institucionalidade do setor responsável pela produção da informação em segurança pública era a relacionada à existência de uma portaria, boletim, decreto, regimento ou outro documento institucional que elencasse as atribuições e competências do setor. As respostas indicaram que em metade das situações (54,9%), as competências de tal agência encontram-se formalmente estabelecidas em um documento oficial, sendo tal percentual maior entre as Polícias Civis (63%) em comparação com as Polícias Militares (52%) e as Secretarias de Segurança Pública (50%), tal como demonstra os resultados sumarizados na Tabela 04.

**Tabela 04** – Existência de documento institucional que estabeleça as competências do setor, por instituição

Competências previstas em documento institucional?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	26	100	21	100	24	100	71	100
Sim	13	50	11	52	15	63	39	55
Não	13	50	10	48	9	38	32	45

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Portanto, considerando a seção estrutura organizacional é possível afirmar que o processo de produção da informação é mais espreado entre as secretarias de segurança pública do que entre as organizações policiais, onde tal atividade parece ser mais concentrada em um único órgão.

As polícias (militares e civis) tendem a ter mais de um setor como responsável pela produção de informação em segurança pública, já que os comandos especializados também tendem a realizar essas atividades. Contudo, o interlocutor da SENASP é, na maior parte dos casos, vinculado diretamente ao Gabinete do Comando ou da Direção, o que pode estar indicando que essa atividade de análise criminal é considerada estratégica para essas organizações. O mesmo não ocorre nas secretarias, nas quais o setor interlocutor da SENASP é o único responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, mas não está vinculado ao Gabinete do Secretário ocupando uma posição um pouco inferior na estrutura organizacional.

### 2.2 – Recursos humanos

O segundo bloco de questões dizia respeito aos recursos humanos que a instituição disponibiliza para a atividade de produção de informações em segurança pública. Nesse item, mais do que o número final de servidores em si, o que se procurou investigar foi a quantidade de indivíduos que são policiais e que se encontram desempe-



nhando tais atividades e, ainda, as funções que são realizadas por tais profissionais. Importante destacar que, para cada pergunta, o entrevistado foi indagado a apresentar tanto a quantidade de indivíduos lotados em tais funções atualmente e quantos deveriam estar em tal posição para que a rotina do setor pudesse fluir adequadamente.

Comparando as médias dos quantitativos (existentes e ideais) apresentados pelos entrevistados no que diz respeito à função de origem das pessoas que hoje se encontram lotadas no setor responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública é possível constatar que, em regra, os respondentes acreditam que tais órgãos possuem menos funcionários do que deveriam possuir (Tabela 05).

**Tabela 05** – Média de quantitativo existente e ideal, por função de origem dos indivíduos lotados no setor responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Profissional	SSP		PM		PC	
	Existente	Ideal	Existente	Ideal	Existente	Ideal
Total	15	30	14	28	17	29
Policial Civil	3	6	2	2	8	12
Policial Militar	4	6	8	16	1	1
Bombeiro Militar	0	2	2	2	0	0
Guarda Municipal	0	1	0	0	0	0
Agente Penitenciário	0	1	0	0	0	0
Funcionário não policial em cargo comissionado	2	3	0	1	3	6
Funcionário não policial concursado	2	5	0	1	1	4
Funcionário não policial terceirizado	0	2	1	1	2	3
Estagiário	3	5	1	5	1	3

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Interessante notar que, em nenhum dos casos os entrevistados acreditam que a quantidade de funcionários existente é superior à quantidade ideal. Contudo, os quantitativos médios de pessoas lotadas no setor são razoavelmente semelhantes (15 para a SSP, 14 para a PM e 17 para a PC), assim como os quantitativos médios ideais (30 para a SSP, 28 para a PM e 29 para a PC). De acordo com a Tabela 05, em regra, os respondentes acreditam que o setor deveria possuir o dobro de funcionários que possui.

Importante destacar ainda o corporativismo, já que no caso das Polícias (militares e civis) cada gestor acredita que deveriam ser lotados no setor outros indivíduos oriundos do mesmo órgão – por exemplo, o gestor da PM deseja que mais policiais militares sejam lotados no setor enquanto o gestor da Polícia Civil deseja que mais policiais civis sejam lotados no setor. Esta constatação pode, ainda, ser atrelada à questão estratégica que envolve a produção e o manuseio de tais informações.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Ao se analisar o quantitativo existente e ideal por atividade exercida no setor (Tabela 06), é possível perceber que: (1) ao considerar as atividades que são desempenhadas, os quantitativos médios de profissionais lotados e ideais são substancialmente menores que os apresentados na tabela anterior, o que pode estar indicando que algumas pessoas podem estar lotadas no setor, mas desempenharem tarefas outras e, por isso, não aparecerem entre as mencionadas; (2) as maiores carências se encontram nas funções de analista de sistemas, programador e analista de suporte que são funções que, muitas vezes, podem ser desempenhadas por outras pessoas externas à instituição e, assim, o pedido de lotação de indivíduos com essas funções poderia desafogar outros indivíduos que, hoje, acumulam essas atividades.

**Tabela 06** – Média de quantitativo existente e ideal, por atividade exercida no setor responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Função	SSP		PM		PC	
	Existente	Ideal	Existente	Ideal	Existente	Ideal
Total	7	19	8	22	9	23
Estatístico	1	2	1	2	1	3
Analista de sistemas	0	1	0	1	0	1
Programador	0	1	0	2	0	2
Analista de suporte	0	1	0	1	0	2
Técnico de suporte	0	1	1	2	1	3
Analista criminal	2	4	4	7	1	3
Estagiário	1	4	0	3	1	3
Analista de Banco de Dados	1	2	0	2	0	2
Outros	1	2	1	2	4	5

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Com o objetivo de verificar a existência de um indivíduo responsável por coordenar as atividades que têm lugar no setor, foi incluída uma questão sobre a existência de um organograma próprio que especifique e descreva níveis de coordenação e atribuições. Os resultados indicaram que, na maioria dos casos, o órgão não possui esse detalhamento de como as atividades devem ser coordenadas entre os distintos funcionários (Tabela 07), o que pode indicar que as funções são divididas pelos indivíduos lotados no setor de acordo com a demanda de atividades nessa localidade e não de acordo com as capacidades individuais, afinidades com o tema, formação acadêmica, etc.

**Tabela 7 >**

**Tabela 07 – Existência de organograma próprio que especifique e descreva níveis de coordenação e atribuições**

Possui organograma próprio	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	22	100	24	100	73	100
Sim	6	22	7	32	2	8	15	21
Não	21	78	15	68	22	92	58	79

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A quarta parte desse bloco de questões foi a referente ao processo de qualificação dos funcionários do setor e, nesse sentido, a primeira indagação dizia respeito aos incentivos institucionais existentes para a realização de cursos com o objetivo de aperfeiçoar, qualificar ou especializar a equipe do setor. Com isso foi possível constatar que na maioria dos casos (66%) não existe qualquer política nesse sentido (Tabela 08). No entanto, quando as instituições são comparadas entre si, é possível perceber que existe mais incentivo para a realização de cursos de qualificação na Secretaria de Segurança Pública (42%) e na Polícia Militar (41%) do que na Polícia Civil (20%).

**Tabela 08 – Existência de política de incentivo para a realização de cursos de qualificação por parte dos funcionários do setor, por instituição**

Incentivo para a realização de curso?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	26	100	22	100	25	100	73	100
Sim	11	42	9	41	5	20	25	34
Não	15	58	13	59	20	80	48	66

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Considerando apenas as respostas afirmativas à política de incentivo à qualificação, foi possível constatar que, em regra, esses órgãos investem na realização de cursos como formação em banco de dados (3 casos), aperfeiçoamento em gerenciamento em bancos de dados (4 casos), métodos quantitativos (4 casos), métodos qualitativos (1 caso), análise criminal (11 casos) e geoprocessamento (14 casos).

Ainda no que diz respeito ao processo de qualificação dos funcionários que trabalham nesse setor, os entrevistados foram indagados se, apesar da ausência de incentivo institucional, eles realizam cursos de qualificação que permitam um melhor desempenho de suas atividades. Com isso, foi possível constatar que 41%

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

dos entrevistados afirmaram que os indivíduos lotados em tal setor recorrem por conta própria a cursos de qualificação (Tabela 09), sendo que tal prática é mais freqüente entre os funcionários da Secretaria de Segurança Pública (56%) e Policiais Militares (52%) do que entre Policiais Civis (17%).

**Tabela 09** – Existência de iniciativa dos funcionários do setor em custear (por conta própria) os cursos de qualificação, por instituição

Realização do curso de qualificação por conta própria?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	25	100	21	100	24	100	70	100
Sim	14	56	11	52	4	17	29	41
Não	11	44	10	48	20	83	41	59

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Considerando apenas os casos em que os funcionários recorrem aos seus próprios recursos para custear os cursos de qualificação, foi possível constatar que os cursos aos quais esses recorrem são bem parecidos com os cursos que algumas instituições custeiam, já que as respostas indicaram que os funcionários de tais setores procuram especialização nas seguintes áreas: banco de dados (5 casos), aperfeiçoamento em gerenciamento em bancos de dados (3 casos), métodos quantitativos (10 casos), métodos qualitativos (6 casos), desenvolvimento de sistemas (5 casos), análise criminal (13 casos) e geoprocessamento (9 casos).

Para se compreender qual o processo de qualificação predominante no setor, foi criada uma variável que identificava os casos em que os funcionários não recorrem a qualquer política dessa natureza, os que recorrem apenas à política institucional, os que se qualificam apenas por conta própria e os que se qualificam por meio da política institucional e por conta própria.

Com isso, foi possível perceber que, apesar de na maioria dos casos os funcionários do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública não possuírem qualquer política de qualificação, eles tentam suprimir essa ausência recorrendo a cursos que a instituição pode custear ou que ele próprio pode custear (Tabela 10). Importante salientar que há mais casos de indivíduos que recorrem a cursos por conta própria (24%) do que a cursos custeados pela própria instituição (15%).

**Tabela 10 >**

**Tabela 10 - Existência de iniciativa de cursos por parte das instituições e por parte dos funcionários do setor em custear (por conta própria) os cursos de qualificação, por instituição**

Os funcionários recorrem a cursos de qualificação?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	22	100	25	100	74	100
Não	7	26	9	41	18	72	34	46
Só cursos da instituição	6	22	2	9	3	12	11	15
Só cursos por conta própria	10	37	5	23	3	12	18	24
As duas modalidades	4	15	6	27	1	4	11	15

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Interessante destacar ainda que o aparente desinteresse por cursos de qualificação parece ser maior entre a Polícia Civil (72% não recorrem a qualquer política de curso) do que entre a Polícia Militar (41%) e a Secretaria de Segurança Pública (26%). No que se refere aos cursos mais procurados nas diversas modalidades de qualificação, esses são especialmente os de análise criminal e geoprocessamento.

Por fim, com o objetivo de se verificar quais eram os incentivos existentes para que o indivíduo viesse a realizar o trabalho de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, foi incluída uma pergunta que dizia respeito à existência de remuneração adicional para se trabalhar no setor. Com isso, foi possível perceber que em 88% dos casos não existe qualquer vencimento adicional quando o indivíduo é alocado nessa área (Tabela 11), sendo que concentram-se na Secretaria de Segurança Pública os principais exemplos de situações nas quais o profissional é remunerado de maneira diferenciada quando trabalha com essa atividade.

**Tabela 11 – Existência de remuneração adicional para se trabalhar no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição**

Há remuneração adicional para se trabalhar no setor?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	26	100	22	100	25	100	73	100
Sim	5	19	2	9	2	8	9	12
Não	21	81	20	91	23	92	64	88

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Portanto, a partir das informações coletadas na seção “recursos humanos”, é possível afirmar que, na visão dos respondentes, o setor responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

pública deveria possuir o dobro de funcionários que possui, sendo que tal resultado não possui diferenças significativas de acordo com a organização que estava respondendo à questão.

Outra dimensão que merece destaque, quando se compara os quantitativos da Tabela 05 com os quantitativos da Tabela 06, é o fato de que os entrevistados têm mais facilidade em identificar os profissionais de acordo com o órgão de origem do que em relação à função que eles exercem no órgão, o que revela um importante aspecto da fraca profissionalização das atividades ligadas à produção de informações nestas instituições.

No que se refere à forma como as funções são distribuídas no setor, é possível afirmar que a ausência de um organograma faz com que essa atividade ocorra de acordo com as demandas que são encaminhadas a tais órgãos.

Além disso, ao se analisar o foco das políticas de formação, é possível constatar que essas são sempre muito mais direcionadas para a PM do que para a PC, que é a instituição com menor percentual de casos de pessoas que passaram por qualquer tipo de incentivo à formação. No mesmo sentido, comparando as Tabelas 08 e 09, é possível constatar que os policiais militares são aqueles que fazem maior quantidade de cursos, tanto porque possuem maior incentivo da instituição, como porque também se voluntariam a financiar tal atividade. Interessante destacar que, independente de quem está custeando o curso, a maioria desses é de análise criminal ou geoprocessoamento, o que parece indicar que esses conhecimentos são os indispensáveis ou os básicos para exercício das atividades relacionadas à produção, análise e divulgação de informação em segurança pública.

Por fim, ficou constatado que trabalhar no setor não é uma possibilidade de se ter um salário maior ao final do mês, já que poucos são os casos de gratificações adicionais pela lotação nesse órgão.

### 2.3 - Infraestrutura

A terceira parte do questionário procurou diagnosticar a infraestrutura do setor e, por isso, a primeira pergunta dizia respeito à quantidade de equipamentos existentes no órgão. Nesse sentido, no formulário web foram listados todos os equipamentos que, na visão dos especialistas consultados, são indispensáveis para o adequado exercício das atividades nesse setor.

De maneira geral, foi possível constatar que entre todos os equipamentos listados o mais frequentemente encontrado é o computador desktop, sendo que, em média, cada setor possui nove unidades desse (Tabela 12), sendo tal quantitativo superior nas Secretarias de Segurança Pública em comparação com as Polícias (Militares e Civis).

**Tabela 12 – Quantitativo médio de equipamentos existentes no setor de produção de informações em segurança pública, por instituição**

<b>Equipamentos existentes do setor</b>	<b>SSP</b>	<b>PM</b>	<b>PC</b>
Computador (desktop)	10	8	8
Computador (servidor)	1	1	1
Notebook (computador portátil)	2	1	1
Palmtop (computador de mão)	0	0	0
Tablet (Ipad, Galaxy e afins)	0	0	0
GPS	1	0	0
Impressora	3	2	3
Scanner	1	1	1
Filmadora	0	1	0
Aparelho de televisão	0	1	1
Data-Show	0	1	1
Aparelho de DVD	0	0	0
Aparelho de Fax	1	1	1

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Ao contrastar as informações sobre número de funcionários existentes no setor com a referente ao número de computadores existentes (considerando, nesse caso, desktops e os notebooks), foi possível constatar que, em média, a Secretaria Estadual de Segurança Pública possui 1,15 computadores para cada funcionário, enquanto que nas organizações policiais (Civis e Militares) essa média é de apenas um.

Em seguida, procurou-se compreender a conectividade do setor e, por isso, o gestor foi indagado a responder quais eram as opções de conexão à internet e ao Ministério da Justiça que o órgão possuía. Como um mesmo setor pode possuir acesso por meio discado em alguns computadores, acesso à internet banda larga em outros e isso não invalida a possibilidade de o setor possuir um servidor exclusivo e acesso à rede Infoseg, o respondente foi indagado a marcar todas as opções aplicáveis ao seu setor.

Com isso, constatou-se que nenhum setor possui acesso à internet por meio discado e também nenhum setor não possui acesso à internet, o que parece indicar que existe uma conectividade razoável dos setores responsáveis pela produção de informações em segurança pública com o restante das instituições dessa área (Tabela 13); já que 84% disseram que possuem acesso à internet banda larga, 22% possuem servidor exclusivo, 65% possuem servidor compartilhado com outros setores da instituição, 66% possuem acesso para consulta ao banco de dados do Infoseg e 12% possuem acesso à rede lógica do Infoseg (ponto de presença).

**Tabela 13 >**

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 13** – Formas de conectividade do setor de produção de informações em segurança pública, por instituição

Formas de conectividade	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Possui acesso a Internet por meio discado	0	0	0	0	0	0	0	0
Possui acesso a Internet banda larga	20	74	19	86	23	92	62	84
Possui servidor exclusivo	8	30	4	18	4	16	16	22
Possui servidor compartilhado com outros setores desta instituição	18	67	12	55	18	72	48	65
Possui acesso para consulta ao banco de dados do INFOSEG	16	59	14	64	19	76	49	66
Possui acesso à rede lógica do INFOSEG (Ponto de presença)	3	11	2	9	4	16	9	12
Não possui acesso à internet	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Com relação à periodicidade de atualização dos computadores existentes no parque tecnológico do setor e o percentual do que é renovado (incluindo servidores), 54% dos entrevistados afirmaram que os equipamentos são renovados com periodicidade irregular (Tabela 14). É interessante notar, contudo, que em 27% dos casos há uma política de renovação periódica do parque tecnológico a cada cinco anos, no máximo, e, no extremo oposto, situam-se os 13% de casos nos quais os entrevistados afirmam que os equipamentos nunca foram renovados.

**Tabela 14** – Periodicidade de renovação dos equipamentos do setor de produção de informações em segurança pública, por instituição

Periodicidade de renovação dos equipamentos	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	26	100	21	100	25	100	72	100
Os equipamentos são renovados a cada 2 anos	3	12	2	10	3	12	8	11
Os equipamentos são renovados a cada 3 anos	4	15	1	5	4	16	9	13
Os equipamentos são renovados a cada 5 anos	1	4	0	0	1	4	2	3
Os equipamentos são renovados com periodicidade irregular	14	54	10	48	15	60	39	54
Os equipamentos nunca foram renovados	3	12	4	19	2	8	9	13
Os equipamentos utilizados no setor são emprestados e, por isso, não podem ser renovados	1	4	0	0	0	0	1	1
Outros casos	0	0	4	19	0	0	4	6

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.



Para saber se a política de renovação do setor é efetiva, é preciso saber qual o percentual de máquinas que é efetivamente renovado quando ocorre a atualização do parque tecnológico. Nessa questão, 32% dos entrevistados afirmaram que quando a renovação ocorre 50% dos computadores do setor são renovados (Tabela 15). No entanto, é interessante notar que 25% afirmaram que 100% dos computadores do setor são renovados quando há atualização do parque tecnológico. Essa resposta pode estar indicando que, como os equipamentos são renovados com periodicidade irregular, quando essa política finalmente tem lugar no setor, faz-se necessária a troca de todos os equipamentos, uma vez que esses já se encontram completamente obsoletos.

**Tabela 15** – Percentual de computadores do setor que é renovado quando ocorre a atualização do parque tecnológico do setor de produção de informações em segurança pública, por instituição

Percentual de renovação dos equipamentos	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	23	100	17	100	23	100	63	100
100% dos computadores do setor são renovados	7	30	2	12	7	30	16	25
50% dos computadores do setor são renovados	7	30	6	35	7	30	20	32
30% dos computadores do setor são renovados	6	26	1	6	3	13	10	16
20% dos computadores do setor são renovados	0	0	2	12	1	4	3	5
10% dos computadores do setor são renovados	1	4	3	18	2	9	6	10
0% dos computadores do setor é renovado	2	9	3	18	3	13	8	13

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Outra pergunta que também dizia respeito à preocupação com a existência de equipamentos em boas condições para a adequada execução do trabalho era a que indagava como a manutenção dos equipamentos do setor era realizada. O entendimento dos especialistas era o de que a existência de profissionais da própria instituição ou de um serviço terceirizado que pudesse ser acionado sempre que qualquer problema fosse constatado estaria indicando que há uma preocupação com a boa qualidade dos equipamentos e, por conseguinte, viabilidade para exercício das atividades sem qualquer tipo de obstáculo.

Os resultados indicaram que em 65% das situações a manutenção dos equipamentos é realizada por funcionários da própria instituição, em 10% dos casos essa atividade é realizada por um terceirizado e em 23% dos casos a manutenção ocorre tanto a partir de funcionários do setor como a partir de uma empresa terceirizada (Tabela 16). Importante destacar que a Polícia Militar é a instituição que possui maior quantidade de manutenções realizadas por profissionais do próprio setor (76%), sendo seguida pela Secretaria de Segurança Pública (64%) e Polícia Civil (56%).

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 16** – Forma de manutenção dos equipamentos do setor de produção de informações em segurança pública, por instituição

Forma de manutenção dos equipamentos	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	25	100	21	100	25	100	71	100
Profissionais da própria instituição	16	64	16	76	14	56	46	65
Serviço terceirizado	3	12	1	5	3	12	7	10
Ambos (própria instituição e terceirizados)	6	24	3	14	7	28	16	23
Outros	0	0	1	5	1	4	2	3

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Outra pergunta inserida nesse questionário foi referente aos softwares com licenças definitivas e temporárias que cada instituição possui e ainda que tipo de licença de software eles gostariam de possuir. Essas indagações eram especialmente importantes para o Ministério da Justiça, uma vez que o item “aquisição de licenças” sempre consta dos termos de parcerias com as organizações policiais e secretarias de segurança pública. As respostas a esses itens (Quadros 04 a 06) indicam que a maioria dos softwares mencionados pelos respondentes é de licenças de pacotes de georeferenciamento (ArcGis, Terra Crime, entre outros) e de análises estatísticas (Excel, SPSS, Stata, R), indicando a existência de certa consonância entre os cursos que os policiais elencam como necessários às suas atividades, os que efetivamente fazem e os programas que eles utilizam em suas respectivas rotinas.

**Quadro 04** – Softwares com licenças definitivas e temporárias que as Secretarias Estaduais de Segurança Pública possuem e softwares que eles gostariam de possuir

Definitiva	Temporária	Não possui, mas gostaria de possuir
Arc Gis	Acrobat Reader (Leitor de PDF)	Adobe Acrobat Reader Professional
AUTO CAD	ArcGis Server	Adobe Fireworks
BrOffice	BurnAware (Gravador de DVD/CD)	ARCGIS
bussiness object	Ibase	AutoCad
DataStream Designer 3.1	Kaspersky anti-virus 6.0	BI Oracle
DBVISUALIZER	McAfee	geo eye
Geomidia	Office	Geomedia WebMap
MapInfo	Postgrees (Banco de dados SIG)	google lab
MapInfo	SPSS	I2
Microsoft Excel	Windows Professional 7	Mapinfo
MS Office 2010		MS Office 2010

Continua >

NVIVO9		SOFTWARE DE ANÁLISE ESTATÍSTICA
Oracle (Banco de dados)		SOFTWARE DE BI
Postgre SQL 8.3		SOFTWARE DE MAPEAMENTO CRIMINAL
QGIS		Software gerenciador de aplicações e sistemas operacionais virtualizados
QlikkView		SPSS
R Versão 2.11		Windows
SPRING		
SPSS		
Stata		
Terraview		
Windows Server		

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

### Quadro 05 – Softwares com licenças definitivas e temporárias que as Polícias Militares possuem e softwares que eles gostariam de possuir

Definitiva	Temporária	Não possui, mas gostaria de possuir
ArcGis	Arcgis	ADOBE ACROBAT READER
Auto CAD		Análise de vínculos
Bd-Dint		ArcGis
BI		CAD 9.1
Business Objects		COREL DRAW X5
Desktop SIG Gestao- ArcEditor		EASY CALL ULTIMA VERSÃO
EASY CALL		FIREWORKS
Geoestatística		I2 Analyst
Geomidia		IGEO
GeoSite (soft da PMMG)		Mapeamento Criminal
Guardião		Mapeamento de áreas de risco iminente
JUMP		MapInfo ou ArcGis
Linux Debian		MINITAB
Linux Fedora		Monitoramento de Redes Sociais
Linux Gentoo		NERO
MAPINFO		Office 2010
Microsoft Office		Software Edição Video e Imagem
MySQL		SPSS
POSTGRES		SQL Server
Scriptcase (Framework)		WINDOWS 7
SIG		

Continua >

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Sistema de Gerenciamento de Informações do DE-TRAN		
SPSS		
TERRAVIEW		
Windows		

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

### Quadro 06 – Softwares com licenças definitivas e temporárias que as Polícias Civis possuem e softwares que eles gostariam de possuir

Definitiva	Temporária	Não possui, mas gostaria de possuir
ArcGis	AVG	adobe cs5
BUSINESS OBJECT	Avira	ARC GIZ, VIEW, MAP-INFO
Geomidia	AVIRA	Area de Anlalise Criminal
IDNET	Click View	IBASE GIS DA PLATAFORMA I2
Microsoft Office	Cognos IBM	MAPAS P/ GPS GARMIN NUVI 205
MS Office Small	DVD VIDEO SOFT FREE STUDIO	MS Office Profissional
Office	Excel	OFFICE 2010
Photo Shop	GOOGLE EART	SAS
SIGO	microsoft Office	SOFTWARE DE ANÁLISE ESTATÍSTICA
SPSS	SPC	SOFTWARE DE MAPEAMENTO CRIMINAL
SQL server		SPSS
Statistica		TerraView
WINDOWS 7		

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Interessante destacar ainda que os softwares mencionados existentes e desejados não são os mesmos nas três instituições, apesar de existirem certas coincidências entre as três, como no que diz respeito à plataforma Windows, Office, SPSS, ArcGis, dentre outros. Contudo, essa diferença pode estar indicando que esses setores, apesar de possuírem atividades muito semelhantes, possuem *modus operandi* bastante diferenciados e, por isso, necessitam de ferramentas distintas para a execução de suas respectivas rotinas. Outra informação que merece ser mencionada é o fato de que, entre as instituições militares, apenas um respondente ter mencionado que utiliza software com licença temporária. Por fim, destacam-se os policiais civis demandando softwares de análise estatística e mapeamento criminal, mas sem especificação de que programas deveriam ser esses. Talvez esse aparente desconhecimento do programa propriamente dito ocorra por ser essa a instituição com menor percentual de respondentes afirmando que existe incentivo do órgão ou pessoas procurando cursos por conta própria. Assim, diante do desconhecimento do programa específico, os respondentes apenas

dizem que seria necessário ter em seu setor um mecanismo que viabilizasse tais análises, apesar de eles próprios não saberem qual deve ser esse.

A última pergunta desse bloco procurou verificar se o setor possui alguma base cartográfica georreferenciada, dado o entendimento de que a existência desse instrumento para a realização de análises estatísticas mais sofisticadas é indispensável em qualquer setor de produção de informações em segurança pública.

Apesar da tendência mundial de se trabalhar com ocorrências criminais em bases cartográficas, os dados coletados no âmbito dessa pesquisa indicam que menos da metade dos respondentes (46%) afirmaram possuir tal instrumento de trabalho, sendo que entre os que responderam afirmativamente a essa questão, o maior percentual encontra-se concentrado nas Secretarias de Segurança Pública (68%). A maior ausência, por seu turno, se concentra na Polícia Civil, já que apenas 24% dos respondentes oriundos de tal órgão afirmaram contarem com tal instrumento de trabalho em seu setor (Tabela 17).

**Tabela 17 – Existência de base cartográfica georreferenciada no setor de produção de informações em segurança pública, por instituição**

Há base cartográfica georreferenciada no setor?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	25	100	21	100	25	100	71	100
Sim	17	68	10	48	6	24	33	46
Não	8	32	11	52	19	76	38	54

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Desagregando essas informações por estado da federação que possui a base cartográfica, é possível perceber que a disponibilidade de base cartográfica nas três organizações em análise ocorre apenas no Distrito Federal, em Minas Gerais, no Rio Grande do Norte e em Sergipe (Quadro 07), sendo que, nos demais, essa disponibilidade é verificada em apenas uma ou duas das instituições em análise. Contudo, considerando que em praticamente todos os estados pelo menos uma instituição possui base cartográfica, isso significa que a análise georreferenciada pode ser executada em praticamente todo o país.

**Quadro 07 >**

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Quadro 07** – Estados que possuem base cartográfica georreferenciada, por instituição

<b>Secretaria de Segurança Pública</b>	<b>Polícia Militar</b>	<b>Polícia Civil</b>
Alagoas	Acre	Distrito Federal
Ceará	Amazonas	Mato Grosso do Sul
Distrito Federal	Distrito Federal	Minas Gerais
Espírito Santo	Minas Gerais	Rio Grande do Norte
Goiás	Paraíba	Rondônia
Mato Grosso	Rio de Janeiro	Sergipe
Mato Grosso do Sul	Rio Grande do Norte	
Minas Gerais	Rio Grande do Sul	
Pará	Santa Catarina	
Paraíba	Sergipe	
Paraná		
Pernambuco		
Rio de Janeiro		
Rio Grande do Norte		
Rio Grande do Sul		
Rondônia		
Sergipe		

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A análise do quesito infraestrutura demonstrou que os setores parecem estar razoavelmente equipados para a realização da atividade de produção, análise e divulgação de informação, já que cada funcionário possui o seu próprio computador. Além disso, nenhum setor possui acesso precário à internet, entendido enquanto tal não ter acesso ou ter acesso apenas por meio discado. Contudo, os dados parecem indicar que não existe uma periodicidade definida para renovação dos equipamentos e, talvez isso ajude a entender porque sempre que a renovação ocorre, ela é de 50% do parque tecnológico: como não há periodicidade na manutenção, a solução é sempre trocar todo o maquinário.

A maioria dos softwares utilizados e demandados é de programas de análises estatísticas e de georreferenciamento, o que pode estar indicando que a demanda por tais “pacotes” está diretamente relacionada ao treinamento que os respondentes e seus colegas de setor receberam (ou desejariam receber) ou por conta própria ou a partir de algum incentivo institucional.

No que se refere à posse de base cartográfica, quase metade dos respondentes da Polícia Militar e 2/3 dos respondentes da Secretaria Estadual de Segurança Pública responderam possuir tal instrumento. Na Polícia Civil, esse quantitativo foi substantivamente menor, o que pode ser explicado pela ausência de conhecimento no manuseio dessas ferramentas, uma vez que a base cartográfica disponível em um órgão (por exemplo, SSP) pode ser utilizada pelos outros. Contudo, para tanto, é indispensável ter passado

por um curso de noções básicas dessa ferramenta, o que o que parece não ocorrer na PC com a mesma frequência em que ocorre na PM e SSP.

## 2.4 – Atividades desenvolvidas no setor

A quarta parte do questionário procurou construir um retrato das atividades que são desenvolvidas por esse setor. Assim, de uma lista de dez ações que, segundo os especialistas, deveriam ser realizadas por indivíduos que trabalham no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, o entrevistado deveria assinalar todas aquelas que se aplicavam ao seu cotidiano.

Com isso, foi possível constatar que a maioria dos indivíduos afirmou realizarem atividades de análise estatísticas (91%), coleta e sistematização de dados (82%) e apoio ao planejamento operacional (82%), sendo que nesse último caso essa era a principal atividade realizada pelos setores de produção de informações em segurança pública subordinados às Secretarias de Segurança Pública (Tabela 18).

**Tabela 18 – Atividades realizadas pelos funcionários do setor de produção de informações em segurança pública, por instituição**

Atividade realizada	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Análises estatísticas	24	89	21	95	22	88	67	91
Coleta e sistematização de dados	24	89	16	73	21	84	61	82
Apoio ao planejamento operacional	25	93	20	91	16	64	61	82
Gerenciamento de base dados	18	67	14	64	13	52	45	61
Produção de mapas	21	78	11	50	10	40	42	57
Planejamento estratégico da instituição	12	44	13	59	4	16	29	39
Análises de Inteligência	11	41	6	27	6	24	23	31
Realização de cursos de capacitação	9	33	9	41	5	20	23	31
Desenvolvimento de sistemas	6	22	4	18	3	12	13	18
Suporte de sistemas	5	19	3	14	4	16	12	16

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Como desde o início os especialistas consultados para a elaboração do questionário acreditavam que a resposta mais freqüente seria a “análises estatísticas”, foram criadas uma série de outras questões que tinham como objetivo verificar quais eram as rotinas empreendidas para a materialização de tais “análises”. Assim, constatou-se que as tarefas mais frequentemente realizadas no setor de produção, análise e divulgação de

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

informação em segurança pública são as de elaboração de relatórios sobre temas/crimes específicos (96%), divulgação de dados para a própria instituição (96%) e elaboração de relatórios para planejamentos operacionais em geral (92%), tal como indica a Tabela 19.

**Tabela 19 – Atividades de análise criminal realizadas pelos funcionários do setor de produção de informações em segurança pública, por instituição**

Atividade realizada	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios sobre temas/crimes específicos	26	96	21	95	24	96	71	96
Realiza divulgação de dados para a sua instituição	26	96	22	100	23	92	71	96
Elabora relatórios para planejamentos operacionais em geral	25	93	19	86	24	96	68	92
Elabora relatórios com dia, hora e local das principais ocorrências	25	93	20	91	21	84	66	89
Elabora relatórios de identificação de perfil de vítima	25	93	17	77	23	92	65	88
Elabora relatórios de identificação de perfil de autores	24	89	16	73	23	92	63	85
Elabora mapas com a localização das ocorrências	23	85	18	82	20	80	61	82
Elabora relatórios com as características ambientais dos locais de maiores ocorrências	21	78	19	86	19	76	59	80
Atende demandas de meios de comunicação (jornais, televisão, revistas, rádio e afins) com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	24	89	14	64	20	80	58	78
Realiza divulgação de dados para a comunidade	23	85	16	73	18	72	57	77
Atende demandas de universidades e núcleos de pesquisa, com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	23	85	12	55	19	76	54	73
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos, exceto os esportivos, tais como shows, comícios, etc.	23	85	14	64	14	56	51	69
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos esportivos	22	81	11	50	15	60	48	65

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A questão subsequente, por sua vez, procurava identificar a frequência com que eram realizadas as atividades que em conjunto compõem o exercício da análise criminal. Com isso, a proposta era compreender em que medida existia uma retroalimentação entre os setores que alimentam os bancos de informações em segurança pública e os que necessitam desses dados para agirem de maneira mais efetiva e eficiente nas estratégias de prevenção e repressão ao crime.

Nesse caso, cumpre salientar que para atividades como atender às demandas de meios de comunicação (jornais, televisão, revistas, rádio e afins) com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou



eventos; atender demandas de universidades e núcleos de pesquisa, com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos; elaborar relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos (exceto os esportivos, tais como shows, comícios, etc.) e elaborar relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos esportivos, não foi perguntada a periodicidade de realização de tais atividades, uma vez que não há como prever quando essas demandas serão apresentadas às Secretarias de Segurança Pública, Polícias Militares e Polícias Civis.

Analisando as respostas dos entrevistados às questões sobre a periodicidade com que realizam as atividades relacionadas à análise criminal (Tabela 20), foi possível perceber que a atividade diariamente mais realizada pelos setores de produção de informações em segurança pública é a de divulgação de dados para a sua própria instituição (21%). Já a mais realizada semanalmente é a de elaboração de relatórios sobre temas/ crimes específicos (21%). A única atividade que é realizada quinzenalmente é a de elaboração de relatórios para planejamentos operacionais em geral (20%), enquanto a elaboração de mapas com a localização das ocorrências é realizada mensalmente (39%) e a elaboração de relatórios para planejamentos operacionais em geral é realizada semestralmente (57%).

Os resultados são apresentados ainda desagregadamente por instituição. Logo, a Tabela 21 apresenta a periodicidade com que as Secretarias Estaduais de Segurança Pública realizam tais atividades, sendo que a Tabela 22 faz o mesmo para a Polícia Militar, e a Tabela 23 para a Polícia Civil.

**Tabela 20** – Periodicidade de realização das atividades de análise criminal pelos funcionários do setor de produção de informações em segurança pública

Atividade realizada	Diário		Semanal		Quinzenal		Mensal		Semestral		Anual		Quando solicitado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios para planejamentos operacionais em geral	4	5	6	8	15	20	1	1	42	57	68	92	6	8	74	100
Elabora relatórios com dia, hora e local das principais ocorrências	8	12	10	15	0	0	1	2	26	39	0	0	21	32	66	100
Elabora relatórios com as características ambientais dos locais de maiores ocorrências	0	0	8	14	0	0	0	0	15	25	3	5	33	56	59	100
Realiza divulgação de dados para a comunidade	4	7	2	4	0	0	13	23	4	7	2	4	32	56	57	100
Elabora relatórios sobre temas/ crimes específicos	5	7	15	21	0	0	25	35	4	6	1	1	21	30	71	100
Elabora relatórios de identificação de perfil de vítima	1	2	6	9	0	0	14	22	3	5	1	2	40	62	65	100

Continua >

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Elabora mapas com a localização das ocorrências	6	10%	7	11%	0	0%	24	39%	2	3%	1	2%	21	34%	61	100%
Elabora relatórios de identificação de perfil de autores	1	2%	2	3%	0	0%	9	14%	1	2%	2	3%	48	76%	63	100%
Realiza divulgação de dados para a sua instituição	15	21%	13	18%	2	3%	20	28%	1	1%	1	1%	19	27%	71	100%

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 21** – Periodicidade de realização das atividades de análise criminal pelos funcionários do setor de produção de informações em segurança pública nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Atividade realizada	Diário		Semanal		Quinzenal		Mensal		Semestral		Anual		Quando solicitado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios para planejamentos operacionais em geral	3	11	5	19	0	0	7	26	0	0	0	0	10	37	25	93
Elabora relatórios com dia, hora e local das principais ocorrências	5	19	5	19	1	4	8	30	0	0	0	0	6	22	25	93
Elabora relatórios com as características ambientais dos locais de maiores ocorrências	0	0	4	15	0	0	7	26	2	7	0	0	8	30	21	78
Realiza divulgação de dados para a comunidade	4	15	0	0	0	0	6	22	2	7	2	7	9	33	23	85
Elabora relatórios sobre temas/crimes específicos	3	11	7	26	0	0	7	26	3	11	0	0	6	22	26	96
Elabora relatórios de identificação de perfil de vítima	0	0	3	11	0	0	5	19	2	7	1	4	14	52	25	93
Elabora mapas com a localização das ocorrências	4	15	4	15	10	37	1	4	0	0	0	0	4	15	23	85
Elabora relatórios de identificação de perfil de autores	0	0	1	4	0	0	4	15	1	4	1	4	17	63	24	89
Realiza divulgação de dados para a sua instituição	10	37	4	15	2	7	4	15	0	0	0	0	6	22	26	96

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Tabela 22 >

**Tabela 22** – Periodicidade de realização das atividades de análise criminal pelos funcionários do setor de produção de informações em segurança pública nas Polícias Militares

Atividade realizada	Diário		Sema-nal		Quinze-nal		Mensal		Semes-tral		Anual		Quando solicitado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios para planeja-mentos operacionais em geral	1	5	1	5	0	0	1	5	0	0	0	0	13	59	16	73
Elabora relatórios com dia, hora e local das principais ocorrências	2	9	3	14	0	0	8	36	0	0	0	0	7	32	20	91
Elabora relatórios com as caracte-rísticas ambientais dos locais de maiores ocorrências	0	0	3	14	0	0	4	18	1	5	0	0	11	50	19	86
Realiza divulgação de dados para a comunidade	1	5	1	5	0	0	3	14	1	5	0	0	11	50	17	77
Elabora relatórios sobre temas/ crimes específicos	0	0	4	18	0	0	7	32	1	5	0	0	9	41	21	95
Elabora relatórios de identificação de perfil de vítima	1	5	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	12	55	14	64
Elabora mapas com a localização das ocorrências	2	9	3	14	0	0	5	23	1	5	0	0	7	32	18	82
Elabora relatórios de identificação de perfil de autores	1	5	1	5	0	0	1	5	0	0	0	0	13	59	16	73
Realiza divulgação de dados para a sua instituição	4	18	7	32	7	32	0	0	0	0	0	0	4	18	22	100

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 23** – Periodicidade de realização das atividades de análise criminal pelos funcionários do setor de produção de informações em segurança pública nas Polícias Civis

Atividade realizada	Diário		Semanal		Quinze-nal		Mensal		Semes-tral		Anual		Quando solicitado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios para planeja-mentos operacionais em geral	0	0	0	0	0	0	4	16	1	4	0	0	19	76	24	96
Elabora relatórios com dia, hora e local das principais ocorrências	1	4	2	8	0	0	10	40	0	0	0	0	8	32	21	84
Elabora relatórios com as caracte-rísticas ambientais dos locais de maiores ocorrências	0	0	1	4	0	0	4	16	0	0	0	0	14	56	19	76
Realiza divulgação de dados para a comunidade	0	0	1	4	0	0	4	16	0	0	1	4	6	24	12	48
Elabora relatórios sobre temas/ crimes específicos	2	8	4	16	0	0	1	4	1	4	0	0	12	48	20	80
Elabora relatórios de identificação de perfil de vítima	0	0	2	8	0	0	6	24	1	4	0	0	14	56	23	92

Continua >

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Elabora mapas com a localização das ocorrências	0	0%	9	36%	0	0%	1	4%	0	0%	0	0%	6	24%	16	64%
Elabora relatórios de identificação de perfil de autores	0	0%	0	0%	0	0%	4	16%	0	0%	1	4%	18	72%	23	92%
Realiza divulgação de dados para a sua instituição	1	4%	2	8%	0	0%	9	36%	1	4%	1	4%	9	36%	23	92%

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSF; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil não realizam quaisquer das atividades mencionadas quinzenalmente, sendo que, na maior parte dos casos, as atividades de análise criminal são realizadas mensalmente. Já a Secretaria Estadual de Segurança Pública parece ter uma extensa rotina diária, sendo a única a contar com várias atividades que são realizadas nessa periodicidade. Contudo, nos três casos a maioria das atividades é realizada quando solicitado, o que deixa evidente a falta de rotina na execução desse tipo de estudo nas instituições em análise.

Em termos de rotina, foi possível constatar que as atividades de análise criminal mais realizadas nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública são as de elaboração de relatórios para (1) planejamentos operacionais em geral, (2) com dia, hora e local das principais ocorrências e (3) sobre temas/crimes específicos, além da atividade de divulgação de dados para a própria instituição.

Já na Polícia Militar, as atividades mais frequentes de análise criminal dizem respeito à elaboração de relatórios (1) com dia, hora e local das principais ocorrências, (2) com as características ambientais dos locais de maiores ocorrências, (3) sobre temas/crimes específicos, além de (4) mapas com a localização das ocorrências.

Por fim, identificou-se que a Polícia Civil realiza as atividades de elaboração de relatórios para planejamentos operacionais em geral, de identificação de perfil de vítima, de identificação de perfil de autores, além da divulgação de dados para a sua instituição.

Esses dados indicam que as atividades rotineiras de análise criminal são distintas dependendo da instituição em questão, sendo bastante relacionadas à finalidade de cada qual, já que a SSP está preocupada com informações que a permitam pensar em políticas macro de redução do crime; enquanto a PM está preocupada com as informações que viabilizem uma melhor racionalização do policiamento ostensivo e a PC tem o seu foco voltado às informações que viabilizem a realização de um inquérito policial mais efetivo e eficiente, do ponto de vista de identificação da autoria e materialidade do caso.

No que se refere aos levantamentos específicos realizados pelas instituições no que diz respeito ao planejamento operacional de eventos esportivos, de eventos (exceto os esportivos como shows, comícios, etc.), resposta às demandas dos meios de comunicação e de universidades e núcleos de pesquisa, foi possível constatar que não existe uma rotina pré-estabelecida para resposta a essas demandas, mas todas são devidamente processadas quando encaminhadas às instituições (Tabela 24), independente de qual seja ela (SSP – Tabela 25, PM – Tabela 26, PC – Tabela 27).

**Tabela 24 – Atividades de elaboração de relatórios específicos realizadas pelas organizações estudadas**

Atividades	Sim		Não		Quando solicitado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos esportivos	6	8	20	27	42	57	68	92
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos, exceto os esportivos, tais como shows, comícios etc	7	9	16	22	44	59	67	91
Atende demandas de meios de comunicação (jornais, televisão, revistas, rádio e afins) com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	27	36	11	15	31	42	69	93
Atende demandas de universidades e núcleos de pesquisa, com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	26	35	15	20	28	38	69	93

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 25 – Atividades de elaboração de relatórios específicos realizadas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública**

Atividades	Sim		Não		Quando solicitado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos esportivos	3	11	3	11	19	70	25	93
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos, exceto os esportivos, tais como shows, comícios etc	2	7	2	7	21	78	25	93
Atende demandas de meios de comunicação (jornais, televisão, revistas, rádio e afins) com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	13	48	1	4	11	41	25	93
Atende demandas de universidades e núcleos de pesquisa, com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	14	52	3	11	9	33	26	96

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Tabela 26 >

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 26 – Atividades de elaboração de relatórios específicos realizadas pelas Polícias Militares**

Atividades	Sim		Não		Quando solicitado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos esportivos	1	5	8	36	10	45	19	86
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos, exceto os esportivos, tais como shows, comícios etc	3	14	5	23	11	50	19	86
Atende demandas de meios de comunicação (jornais, televisão, revistas, rádio e afins) com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	7	32	6	27	7	32	20	91
Atende demandas de universidades e núcleos de pesquisa, com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	4	18	7	32	8	36	19	86

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 27 – Atividades de elaboração de relatórios específicos realizadas pelas Polícias Civis**

Atividades	Sim		Não		Quando solicitado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos esportivos	2	8	9	36	13	52	24	96
Elabora relatórios com o objetivo de serem utilizados para planejamento operacional de eventos, exceto os esportivos, tais como shows, comícios etc	2	8	9	36	12	48	23	92
Atende demandas de meios de comunicação (jornais, televisão, revistas, rádio e afins) com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	7	28	4	16	13	52	24	96
Atende demandas de universidades e núcleos de pesquisa, com a disponibilização de dados sobre ocorrências ou eventos	8	32	5	20	11	44	24	96

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, foi perguntado qual o critério que orienta a divulgação ou não dos dados solicitados por meios de comunicação, universidades / núcleos de pesquisa, cidadãos, etc. A maioria das respostas apresentou que o procedimento administrativo utilizado nesses casos é envio de um ofício à autoridade máxima do órgão (Secretário da SSP, Comandante Geral da PM ou Diretor Geral da PC) para que esse autorize a liberação da informação. Apenas no caso do Distrito Federal, foi citada a legislação que regulamenta essa divulgação e, por isso, os entrevistados afirmaram que a rotina é um pouco diferenciada nessa localidade.

A última questão desse bloco procurou compreender quais eram as maiores dificuldades na produção de análises estatísticas e relatórios mais detalhados na seara da segurança pública. As respostas indicaram que as maiores dificuldades encontradas pelos profissionais nesse sentido dizem respeito à qualidade da base (82%), à equipe reduzida do setor (78%) e aos recursos tecnológicos insuficientes (73%), tal como indicam os dados sumarizados na Tabela 28.

**Tabela 28** - Maiores dificuldades encontradas pelos funcionários dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública na realização de análises estatísticas e relatórios mais detalhados, por instituição

Dificuldade encontrada	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Qualidade da base	24	89	16	73	21	84	61	82
Equipe reduzida	22	81	17	77	19	76	58	78
Recursos tecnológicos insuficientes	16	59	17	77	21	84	54	73
Falta de cultura institucional na utilização dos dados	15	56	15	68	16	64	46	62
Capacitação técnica da equipe	15	56	10	45	16	64	41	55
Excesso de trabalho, não sobrando tempo para análises	15	56	10	45	13	52	38	51
Perfil de formação da equipe não está adequado	11	41	7	32	9	36	27	36
Falta de manutenção dos equipamentos	4	15	6	27	10	40	20	27

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Portanto, as principais atividades realizadas pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública das Polícias (militares e civis) e das Secretarias Estaduais de Segurança Pública são: análises estatísticas, coleta e sistematização de dados, apoio ao planejamento operacional, gerenciamento de base dados e produção de mapas. Dentro da análise criminal, as atividades mais realizadas são as de elaboração de relatórios sobre temas/crimes específicos, divulgação de dados para a própria instituição e elaboração de relatórios para planejamentos operacionais em geral.

Quando a periodicidade das atividades é focalizada, os dados parecem indicar que não existe uma rotina pré-determinada para a periodicidade das atividades de análise criminal, já que em mais da metade dos casos a atividade só é realizada quando alguém solicita. Importante ressaltar que a falta de periodicidade na prática da análise criminal também se alinha à baixa oferta de cursos nessa área pelas instituições analisadas.

Interessante destacar que apesar das dificuldades apontadas, tais como qualidade da base de dados, equipe reduzida trabalhando no setor e recursos tecnológicos insuficientes, nas três instituições são ela-

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

borados distintos relatórios com os dados que são coletados. Nesse cenário, a questão que se coloca é a capacidade dos informes construídos em refletirem com fidelidade a situação de cada localidade, pois se a qualidade da base de dados está comprometida, como a qualidade do relatório pode não estar?

### 2.5 – Fluxo de registro de dados

A quinta parte do questionário procurou compreender qual é o fluxo de registro de dados que as instituições usualmente percorrem para ter acesso aos desdobramentos de um dado registro de segurança pública ou ainda a possibilidade de reconstituir como foi que um determinado evento ocorreu. Contudo, como essa integração apenas pode ocorrer se a instituição possuir um boletim estruturado para registro de ocorrências e eventos, a primeira pergunta realizada nesse bloco foi uma tentativa de criar esse filtro.

Com essa indagação, foi possível constatar que 79% dos entrevistados afirmaram que a sua instituição possui formulário ou boletim de registro estruturado para registro de ocorrências e/ou eventos (Tabela 29).

**Tabela 29** – Quantidade de setores que possuem formulário ou boletim estruturado para registro de ocorrências e /ou eventos

Há formulário estruturado para registro de ocorrências ou eventos?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	21	100	25	100	73	100
Sim	22	81	18	86	18	72	58	79
Não	5	19	3	14	7	28	15	21

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, o entrevistado era indagado a apontar quais eram as informações disponíveis no banco de dados de registro de ocorrência da instituição, gerado a partir deste boletim estruturado. Para que fosse possível compreender exatamente quais são as informações disponíveis no banco de dados de cada instituição, diversos formatos de boletins de ocorrência (nacionais e internacionais) foram consultados e, com isso, a equipe responsável pelo desenho do questionário elencou 37 variáveis que pareciam ser as mais comuns em todos os casos. Assim, cada entrevistado deveria apontar entre todas as opções apresentadas quais eram as mais comuns no banco de dados de sua organização.

A partir de tal estratégia foi possível constatar que de todas as opções elencadas a variável que é comum a todas as organizações é o nome do autor (Tabela 30), o que parece indicar que os eventos relacionados à



segurança pública são indexados a partir de tal informação. Em seguida, aparecem as variáveis “Autor – Idade” (comum a 77% dos entrevistados) e “Fato – Categoria Principal” (comum a 76% dos entrevistados).

**Tabela 30 – Variáveis que integram o banco de dados dos setores responsáveis pela produção de informação em segurança pública, por instituição**

Variáveis que constam no banco de dados	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Autor – Nome	27	100	22	100	25	100	74	100
Autor - Idade (para cada autor)	21	78	18	82	18	72	57	77
Fato - Categoria Principal	21	78	17	77	18	72	56	76
Autor - Número de autores	19	70	18	82	18	72	55	74
Autor - Sexo (para cada autor)	20	74	17	77	18	72	55	74
Vítima - Número de vítimas	20	74	18	82	17	68	55	74
Vítima - Idade (para cada vítima)	21	78	18	82	16	64	55	74
Vítima - Sexo (para cada vítima)	20	74	17	77	17	68	54	73
Local do fato – Bairro	20	74	18	82	16	64	54	73
Autor - Endereço residencial (para cada autor)	20	74	17	77	16	64	53	72
Local do fato – Endereço	20	74	18	82	15	60	53	72
Vítima - Endereço residencial (para cada vítima)	20	74	17	77	15	60	52	70
Data - Data do fato	19	70	17	77	16	64	52	70
Data - Data do registro	20	74	15	68	16	64	51	69
Hora - Hora do fato	19	70	16	73	16	64	51	69
Hora - Hora do registro	20	74	15	68	15	60	50	68
Testemunha - Número de testemunhas	17	63	18	82	14	56	49	66
Meio empregado - Tipificação do meio empreendido (por exemplo: arma de fogo, empurrão, intimidação)	18	67	15	68	16	64	49	66
Testemunha - Idade (para cada testemunha)	17	63	18	82	13	52	48	65
Testemunha - Endereço residencial (para cada testemunha)	16	59	17	77	14	56	47	64
Autor - Cor da pele (para cada autor)	18	67	13	59	15	60	46	62
Local do fato - Tipo de local (público, privado, escola, igreja, rua, loja etc)	17	63	14	64	15	60	46	62
Testemunha - Sexo (para cada testemunha)	16	59	16	73	13	52	45	61
Objetos arrolados - No caso de crime contra o patrimônio há um campo que tipifique o objeto alvo da ação	16	59	14	64	13	52	43	58
Vítima - Cor da pele (para cada vítima)	17	63	10	45	14	56	41	55
Objetos arrolados - Arma do crime	14	52	16	73	11	44	41	55
Fato - Categoria Secundária	18	67	9	41	12	48	39	53
Autor - Sinais característicos (cicatrizes, tatuagens, marcas, etc)	14	52	13	59	12	48	39	53

Continua >

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

	N	%	N	%	N	%	N	%
Objetos arrolados - Outros objetos (provas do crime)	12	44	12	55	10	40	34	46
Testemunha - Cor da pele (para cada testemunha)	13	48	7	32	13	52	33	45
Modus operandi - Se consta um campo que possa tipificar a dinâmica da ação (por exemplo: utilizou moto, carro, veio a pé)	10	37	13	59	10	40	33	45
Autor - Motivação	10	37	9	41	9	36	28	38
Vítima - Relação com o autor (para cada vítima)	10	37	6	27	7	28	23	31
Autor - Relação com a vítima (para cada autor)	9	33	5	23	7	28	21	28
Testemunha - Relação com a vítima (para cada testemunha)	9	33	6	27	6	24	21	28
Local do fato - Unidade policial mais próxima	8	30	5	23	3	12	16	22
Local do fato - Coordenadas geográficas	6	22	4	18	1	4	11	15

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSF; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Além de possuir a variável no banco de dados, outra informação importante é saber qual é a porcentagem de preenchimento dessa, já que de nada adianta o sistema contar com tal variável se essa informação não se encontra disponível para os que por ela se interessam. Nesse ponto, uma primeira informação importante de ser destacada é o pequeno número de indivíduos respondendo a tal questão (quase metade do que verificamos nas outras questões), o que parece indicar que a verificação da taxa de preenchimento do banco de dados não é uma atividade realizada rotineiramente pelas instituições. Além disso, foi possível constatar que a variável “informações sobre o dia do fato” e “informações sobre o horário do fato” são as que possuem percentual de preenchimento superior a 90% (Tabela 31).

**Tabela 31** – Porcentagem média de preenchimento das variáveis tipificadas no banco de dados, por instituição e número de respondentes

Verificação da taxa de preenchimento das variáveis tipificadas no banco de dados	SSP		PM		PC		Total	
	%	N. resp.	%	N. resp.	%	N. resp.	%	N. resp.
Informações sobre o dia do fato	98	14	99	11	85	12	94	37
Informações sobre o horário do fato	93	14	99	11	87	12	92	37
Informações sobre o local do fato (endereço)	91	14	98	11	80	12	89	37
Informações sobre o sexo da vítima	82	12	88	10	82	12	84	34
Informações sobre o nome da vítima	78	13	93	11	79	12	83	36
Informações sobre a idade da vítima	73	13	93	10	74	12	79	35
Informações sobre o meio empregado	67	11	90	9	67	11	74	31
Informações sobre o sexo do suposto autor	53	11	84	9	52	12	61	32
Informações sobre o nome do suposto autor	33	11	87	9	50	12	55	32
Informações sobre a cor da pele da vítima	49	12	51	8	50	12	50	32

Continua >

Verificação da taxa de preenchimento das variáveis tipificadas no banco de dados	SSP		PM		PC		Total	
	%	N. resp.	%	N. resp.	%	N. resp.	%	N. resp.
Informações sobre a idade do suposto autor	28	11	79	9	44	12	48	32
Informações sobre a cor da pele do suposto autor	26	10	50	8	44	12	39	30

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Outra questão importante foi a relacionada às fontes de informação que já se encontram informatizadas em cada um dos órgãos mencionados. Isso porque se a proposta é que os sistemas de informação dessas três instituições sejam interligados de maneira a oferecer maior agilidade e transparência no tratamento de tais dados, é indispensável que esses estejam em formato digital. Os resultados indicaram que, de todos os documentos mencionados, aquele que possui maior percentual de informatização é o Boletim de Ocorrências que, em geral, é o primeiro documento que registra o evento criminoso (Tabela 32).

**Tabela 32 – Presença de sistema informatizado e funcionando atualmente para informações criminais, por documento de registro e instituição**

Fontes de registro	SSP		PM		PC		Total	
	N. de sim	%	N. de sim	%	N. de sim	%	N. de sim	%
Boletim de Ocorrência	24	89	14	64	21	84	59	80
Termo Circunstanciado de Ocorrência	16	59	8	36	14	56	38	51
Auto de Prisão em Flagrante	16	59	4	18	12	48	32	43
Inquérito Policial	15	56	3	14	13	52	31	42
Atendimento a Emergências	17	63	9	41	4	16	30	41
BO Unificado PM e PC	11	41	9	41	8	32	28	38
Laudos Instituto Médico Legal	13	48	1	5	6	24	20	27
Laudos Instituto de Criminalística	9	33	1	5	6	24	16	22

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, os entrevistados foram indagados sobre o nível de cobertura da informatização do estado para cada um desses oito documentos. Com isso, foi possível constatar que independentemente da organização em questão, o Boletim de Ocorrências é o que conta com maior nível de cobertura da informatização no estado (Tabela 33 – geral; Tabela 34 – SSP; Tabela 35 - PM e Tabela 36 – PC).

**Tabela 33 >**

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 33** – Nível de cobertura da informatização de informações criminais, por documento de registro

Fontes de registro	100% do Estado é informatizado		A capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas e parte do interior		Somente a Capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas		A capital é informatizada e a Região Metropolitana é parcialmente informatizada		Somente a capital é informatizada		A capital é parcialmente informatizada		Não possui sistema informatizado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Boletim de Ocorrência	33	45	19	26	2	3	3	4	4	5	1	1	12	16	74	100
Termo Circunstanciado de Ocorrência	25	34	12	16	4	5	0	0	0	0	0	0	33	45	74	100
BO Unificado PM e PC	23	31	7	9	0	0	2	3	0	0	0	0	42	57	74	100
Auto de Prisão em Flagrante	25	34	8	11	1	1	0	0	5	7	0	0	35	47	74	100
Inquérito Policial	21	28	13	18	0	0	1	1	2	3	1	1	36	49	74	100
Atendimento a Emergências	24	32	8	11	6	8	2	3	3	4	0	0	31	42	74	100
Laudos Instituto Médico Legal	21	28	6	8	0	0	0	0	1	1	3	4	43	58	74	100
Laudos Instituto de Criminalística	20	27	5	7	0	0	1	1	2	3	1	1	45	61	74	100

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 34** – Nível de cobertura da informatização de informações criminais no âmbito da Secretaria Estadual de Segurança Pública, por documento de registro

Fontes de registro	100% do Estado é informatizado		A capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas e parte do interior		Somente a Capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas		A capital é informatizada e a Região Metropolitana é parcialmente informatizada		Somente a capital é informatizada		A capital é parcialmente informatizada		Não possui sistema informatizado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Boletim de Ocorrência	16	59	6	22	1	4	1	4	0	0	1	4	2	7	27	100
Termo Circunstanciado de Ocorrência	11	41	4	15	1	4	0	0	0	0	0	0	11	41	27	100
BO Unificado PM e PC	10	37	2	7	0	0	0	0	0	0	0	0	15	56	27	100

Continua >

Fontes de registro	100% do Estado é informatizado		A capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas e parte do interior		Somente a Capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas		A capital é informatizada e a Região Metropolitana é parcialmente informatizada		Somente a capital é informatizada		A capital é parcialmente informatizada		Não possui sistema informatizado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Auto de Prisão em Flagrante	9	33%	4	15%	0	0%	0	0%	3	11%	0	0%	11	41%	27	100%
Inquérito Policial	8	30%	5	19%	1	4%	0	0%	0	0%	1	4%	12	44%	27	100%
Atendimento a Emergências	5	19%	7	26%	3	11%	1	4%	2	7%	0	0%	9	33%	27	100%
Laudos Instituto Médico Legal	7	26%	4	15%	0	0%	0	0%	0	0%	2	7%	14	52%	27	100%
Laudos Instituto de Criminalística	6	22%	3	11%	0	0%	0	0%	1	4%	1	4%	16	59%	27	100%

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 35 – Nível de cobertura da informatização de informações criminais no âmbito da Polícia Militar, por documento de registro**

Fontes de registro	100% do Estado é informatizado		A capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas e parte do interior		Somente a Capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas		A capital é informatizada e a Região Metropolitana é parcialmente informatizada		Somente a capital é informatizada		A capital é parcialmente informatizada		Não possui sistema informatizado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Boletim de Ocorrência	9	41	4	18	1	5	1	5	1	5	0	0	6	27	22	100
Termo Circunstanciado de Ocorrência	7	32	2	9	2	9	0	0	0	0	0	0	11	50	22	100
BO Unificado PM e PC	10	45	2	9	0	0	0	0	0	0	0	0	10	45	22	100
Auto de Prisão em Flagrante	10	45	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0	11	50	22	100
Inquérito Policial	8	36	1	5	0	0	0	0	1	5	0	0	12	55	22	100
Atendimento a Emergências	14	64	0	0	3	14	0	0	1	5	0	0	4	18	22	100
Laudos Instituto Médico Legal	9	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	59	22	100
Laudos Instituto de Criminalística	9	41	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13	59	22	100

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 36** – Nível de cobertura da informatização de informações criminais no âmbito da Polícia Civil, por documento de registro

Fontes de registro	100% do Estado é informatizado		A capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas e parte do interior		Somente a Capital e Região Metropolitana são totalmente informatizadas		A capital é informatizada e a Região Metropolitana é parcialmente informatizada		Somente a capital é informatizada		A capital é parcialmente informatizada		Não possui sistema informatizado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Boletim de Ocorrência	16	59	6	22	1	4	1	4	0	0	1	4	2	7	27	100
Termo Circunstanciado de Ocorrência	11	41	4	15	1	4	0	0	0	0	0	0	11	41	27	100
BO Unificado PM e PC	10	37	2	7	0	0	0	0	0	0	0	0	15	56	27	100
Auto de Prisão em Flagrante	9	33	4	15	0	0	0	0	3	11	0	0	11	41	27	100
Inquérito Policial	8	30	5	19	1	4	0	0	0	0	1	4	12	44	27	100
Atendimento a Emergências	5	19	7	26	3	11	1	4	2	7	0	0	9	33	27	100
Laudos Instituto Médico Legal	7	26	4	15	0	0	0	0	0	0	2	7	14	52	27	100
Laudos Instituto de Criminalística	6	22	3	11	0	0	0	0	1	4	1	4	16	59	27	100

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Com o objetivo de verificar se existe algum tipo de análise da qualidade da informação que esses documentos coletam, foi perguntado se existe algum tipo de análise de consistência dos dados depois de registrados. Assim, foi possível constatar que apenas os Boletins de Ocorrência suscitam algum tipo de estudo dessa natureza. No entanto, o percentual de situações em que isso ocorre é de apenas 25%, quando as três organizações são analisadas em conjunto (Tabela 37).

**Tabela 37** – Análise de consistência dos dados depois de registrados, por fonte de informação e instituição

Fontes de registro	SSP		PM		PC		Total	
	N. de sim	%	N. de sim	%	N. de sim	%	N. de sim	%
Boletim de Ocorrência	8	30	4	18	7	28	19	26
Termo Circunstanciado de Ocorrência	6	22	2	9	5	20	13	18
BO Unificado PM e PC	4	15%	3	14%	3	12%	10	14%

Continua >

Fontes de registro	SSP		PM		PC		Total	
	N. de sim	%	N. de sim	%	N. de sim	%	N. de sim	%
Auto de Prisão em Flagrante	5	19%	1	5%	5	20%	11	15%
Inquérito Policial	7	26%	0	0%	4	16%	11	15%
Atendimento a Emergências	3	11%	2	9%	6	24%	11	15%
Laudos Instituto Médico Legal	2	7%	0	0%	4	16%	6	8%
Laudos Instituto de Criminalística	5	19%	0	0%	3	12%	8	11%

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Além disso, em razão do crescimento do uso de técnicas de geoprocessamento como ferramentas para a melhor compreensão da dinâmica da incidência criminal, duas perguntas foram inseridas no sentido de verificar a potencialidade do banco de dados em viabilizar a execução de estudos dessa natureza. A primeira delas apenas dizia respeito à existência de informações como endereço ou coordenada que permitam a localização individualizada da ocorrência, sendo que tal variável se faz presente em 85% dos casos (Tabela 38).

**Tabela 38** – Presença de variáveis como endereço e/ou coordenada que permitam a localização individualizada da ocorrência, por instituição

Há como localizar uma ocorrência?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	20	100	24	100	71	100
Sim	23	85	17	85	20	83	60	85
Não	4	15	3	15	4	17	11	15

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Assim, foi possível constatar que Maranhão e Mato Grosso são os estados cujas três instituições pesquisadas não possuem as variáveis mencionadas em seus respectivos bancos de dados (Quadro 08).

**Quadro 08** – Estados que não possuem variáveis como endereço e/ou coordenada que permitam a localização individualizada da ocorrência em seus bancos de dados, por instituição

Secretaria Estadual de Segurança Pública	Polícia Militar	Polícia Civil
Amapá	Maranhão	Amapá
Maranhão	Mato Grosso	Maranhão
Mato Grosso	Rio de Janeiro	Mato Grosso
Tocantins		Tocantins

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

A segunda procurava identificar qual era a variável utilizada pelos entrevistados para localizar especialmente uma ocorrência. As respostas indicaram que 63% dos casos o endereço do local do fato (logradouro) é a variável utilizada para a realização de estudos de georeferenciamento dos registros de segurança pública (Tabela 39).

**Tabela 39** – Variável utilizada para localização geográfica de uma ocorrência, por instituição

Variável utilizada para localização geográfica de uma ocorrência	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	22	100	17	100	20	100	59	100
Endereço do local do fato (logradouro)	12	55	12	71	13	65	37	63
Coordenadas geográficas do local do fato	4	18	2	12	2	10	8	14
Tipo de local (público, privado, próximo a escola, igreja, etc.)	2	9	2	12	2	10	6	10
Não se aplica (marque essa opção caso o setor não localize especialmente as ocorrências)	0	0	0	0	2	10	2	3
Outros	4	18	1	6	1	5	6	10

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Por fim, no que se refere ao fluxo da informação, os entrevistados foram indagados sobre a metodologia de preenchimento dos registros de ocorrência e/ ou eventos de suas respectivas instituições. Dessa forma, foi possível constatar que em 55% dos casos as informações são digitadas na instituição (Tabela 40).

**Tabela 40** – Metodologia de preenchimento dos registros de ocorrência com os quais o setor de produção de informação em segurança pública trabalha, por instituição

Metodologia de preenchimento dos registros de ocorrência	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	26	100	20	100	25	100	71	100
São escritas à mão em um formulário de papel	0	0	8	40	0	0	8	11
São escritas num livro de ocorrências	0	0	0	0	2	8	2	3
São digitadas em um sistema embarcado (computador dentro do veículo/viatura)	0	0	1	5	0	0	1	1
São digitados na instituição	16	62	7	35	16	64	39	55
Outros (especificar)	10	38	4	20	7	28	21	30

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.



Outra informação que merece destaque é o fato de que, no caso das Polícias Militares, 40% das ocorrências ainda são registradas à mão em um formulário em papel e, por isso, muito provavelmente, não chegam ao sistema, já que não existe um responsável por digitalizá-las. Tal fato parece não ocorrer com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e as Polícias Cíveis, instituições nas quais muito provavelmente as informações são repassadas em papel pelo setor responsável por sua coleta ao setor responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, para que esse se encarregue de sua digitalização e, por conseguinte, tratamento e disponibilização na forma de relatório.

Portanto, no que se refere ao fluxo de informações, foi possível constatar que a maioria das organizações conta com um instrumento específico para registro de ocorrências. Além disso, quando são analisadas as variáveis inseridas nos respectivos bancos de dados, fica evidente que a possível chave de conexão entre eles é o nome do autor, já que essa é a única variável que todos os respondentes afirmaram possuir em seus respectivos sistemas de registro de ocorrência. O problema que essa constatação coloca é que um mesmo nome pode ser escrito de diferentes formas por distintos funcionários e, com isso, pode acontecer de não ser possível recuperar a informação de outra organização. Logo, para garantir uma maior interconexão entre os distintos bancos de dados, o ideal seria que a chave de identificação do autor fosse o seu RG ou CPF, números que viabilizam a identificação dos brasileiros e garantem que a mixagem dos bancos de dados possa ocorrer.

Outra informação importante é o grau de informatização e cobertura dos registros de segurança pública. A análise das respostas às questões demonstrou que o Boletim de Ocorrências é o documento que possui maior nível de informatização e cobertura. Contudo, quando essas tabelas foram desagregadas por organização em questão, foi possível constatar que nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e nas Polícias Cíveis, além do Boletim de Ocorrências, o Termo Circunstanciado de Ocorrências possui elevado grau de cobertura: em, pelo menos, 40% dos casos, 100% do estado já está informatizado. Já nas Polícias Militares, o documento que possui maior percentual de cobertura é o atendimento a emergências, já que em 62% dos casos, essa é de 100% do estado.

Além dos problemas relacionados à cobertura, outra questão que merece maior atenção é a ausência de preocupação em se realizar uma análise de consistência dos dados coletados a partir desses documentos. Apenas no caso do Boletim de Ocorrências, as organizações apresentaram algum tipo de preocupação nesse sentido e, mesmo assim, somente  $\frac{1}{4}$  das instituições entrevistadas afirmaram possuir essa prática. Esse cenário torna-se ainda mais dramático quando se constata que as Polícias Militares ainda mantêm os seus registros em papel, sem qualquer tipo de digitalização, fazendo com que o trabalho dessa organização não seja conhecido pelos seus usuários. Em termos de gestão pública transparente e controle social sobre a segurança pública, o cenário demonstrado por este dado pode ser alarmante.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

### 2.6 - SINESPJC

A sexta parte do questionário abordou a interligação dos setores responsáveis pela produção de informações em segurança pública com o SINESPJC/MJ. Assim, a primeira pergunta inserida nesse tópico foi a relacionada à responsabilidade do setor pela alimentação de tal sistema. As respostas indicaram que em 28% dos casos os respondentes não eram os incumbidos da realização de tal tarefa (Tabela 41).

**Tabela 41** – Responsabilidade do respondente em alimentar os dados estatísticos do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC/MJ), por instituição

É o responsável por alimentar o SINESPJC/MJ?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	22	100	25	100	74	100
Sim	20	74	16	73	17	68	53	72
Não	7	26	6	27	8	32	21	28

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Esse dado é importante de ser destacado porque, em princípio, apenas os gestores nomeados para a realização de tais tarefas e cujos nomes são inseridos no banco de dados da SENASP como responsáveis nos estados pela alimentação do SINESP é que deveriam responder ao questionário. Logo, o fato de pouco mais de ¼ dos respondentes não serem os contatos do Ministério da Justiça nos estados pode estar indicando, por exemplo, que houveram mudanças no setor em razão da eleição de 2010 e essas não foram comunicadas ao Governo Federal ou podem também indicar uma forte pessoalização da atividade, nos casos em que o gestor nomeado não se encontra presente por razões como férias, licenças, viagens, entre outros e acaba indicando um funcionário do setor para responder ao questionário, que muitas vezes não está envolvido com essas atividades e não consegue descrever a fundo a estrutura do setor no qual trabalha e seu papel dentro do sistema estadual de segurança pública.

Assim, para se identificar quais são os estados nos quais os respondentes não eram gestores do SINESPJC, tem-se o Quadro 09, sendo que apenas no Paraná nenhum dos gestores das três instituições era nomeado pela SENASP como responsável pelo SINESPJC.

Quadro 09 >

### Quadro 09 – Estados nos quais os respondentes não eram gestores do SINESPJC, por instituição

Secretaria Estadual de Segurança Pública	Polícia Militar	Polícia Civil
Acre	Amazonas	Ceará
Bahia	Ceará	Mato Grosso do Sul
Goiás	Espí	Pará
Mato Grosso	Paraná	Paraná
Minas Gerais	Pernambuco	Rondônia
Paraíba	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
Paraná		São Paulo

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Considerando apenas os 53 respondentes que são os responsáveis por alimentar os dados do SINESPJC/MJ, foi possível constatar que, em regra, esses preenchem as seguintes informações: módulo de ocorrências Polícia Civil (36 casos), módulo de ocorrências Polícia Militar (23 casos), módulo Perfil da Polícia Civil (12 casos), módulo Perfil das Delegacias de Atendimento a Mulher (7 casos), módulo Perfil das Delegacias de Proteção a Adolescência (6 casos), módulo Perfil da Polícia Militar (10 casos), módulo Perfil das Academias de Polícia Militar (2 casos), módulo Perfil das Academias de Polícia Civil (2 casos), módulo Perfil dos Institutos de Medicina Legal (1 caso), módulo Perfil das Corregedorias (3 casos), tal como indicam os dados sumarizados na Tabela 42.

### Tabela 42 – Módulos do SINESPJC que são preenchidos pelos órgãos responsáveis pela produção de informação em segurança pública, por instituição

Módulos que são preenchidos	Número de respondentes			
	SSP	PM	PC	Total
Módulo de ocorrências Polícia Civil	20	0	16	36
Módulo de ocorrências Polícia Militar	7	16	0	23
Módulo Perfil da Polícia Civil	4	0	8	12
Módulo Perfil das Delegacias de Atendimento a Mulher	1	0	6	7
Módulo Perfil das Delegacias de Proteção ao Adolescente	1	0	5	6
Módulo Perfil da Polícia Militar	1	9	0	10
Módulo Perfil das Academias de Polícia Militar	0	2	0	2
Módulo Perfil das Academias de Polícia Civil	0	0	2	2
Módulo Perfil dos Institutos de Medicina Legal	0	0	1	1
Módulo Perfil das Corregedorias	0	1	2	3

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

No que se refere aos crimes letais intencionais, que é um dos principais registros em segurança pública do SINESPJC, os respondentes foram indagados quanto a qual era a unidade de registro de cada uma dessas categorias no sistema. As respostas indicaram que a maioria dos estados preenche apenas o número de vítimas, mas há situações em que são preenchidos os números de ocorrência e de vítimas (Tabela 43).

**Tabela 43** – Unidade de registro dos crimes letais intencionais utilizada pelos setores de produção de informação em segurança pública para a alimentação do SINESPJC/MJ

Crime	Número de ocorrências		Número de vítimas		Número de ocorrências e de vítimas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homicídio	12	33	16	44	8	22	36	100
Lesão corporal seguida de morte	13	36	15	42	8	22	36	100
Latrocínio	13	36	15	42	8	22	36	100

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Outra informação importante, ainda no que diz respeito às ocorrências de crimes letais intencionais, é a que diz respeito à forma como as ocorrências de Latrocínio são registradas. Isso porque, como se sabe, essa figura não existe enquanto tal no Código Penal Brasileiro, sendo apenas um dos tipos de roubo que é modalidade seguida de morte. Exatamente por isso, faz-se necessário saber se, nesses casos, a ocorrência de roubo é registrada separadamente da ocorrência de óbito da vítima. As respostas indicaram que, primeiro, nenhum gestor da Polícia Militar respondeu a essa questão e, segundo, que os gestores da SSP e da PC afirmaram que, em regra (89% dos casos), não há esse duplo registro, do crime de roubo e do crime de homicídio (Tabela 44).

**Tabela 44** – Forma como o crime de latrocínio é registrado: se há ou não separação entre a ocorrência de roubo e a de homicídio, por instituição

Separação homicídio e roubo no latrocínio?	SSP		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%
Total	19	100	16	100	35	100
Sim	2	11	2	13	4	11
Não	17	89	14	88	31	89

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Os respondentes foram demandados ainda a apresentarem se contabilizam determinadas ocorrências letais e não letais envolvendo civis e os profissionais das forças policiais (militares e civis). Novamente, foi interessante notar que nenhum gestor da Polícia Militar respondeu a essas indagações e, por isso, os quantitativos apresentados na Tabela 45 são oriundos apenas das respostas dos gestores da Secretaria Estadual de Segurança Pública e da Polícia Civil. Com isso, foi possível constatar que as principais ocorrências dessa natureza que são registradas são as seguintes: pessoas mortas em confronto com policiais militares em serviço; policiais mortos em serviço; pessoas mortas em confronto com policiais civis em serviço e policiais civis mortos em serviço.

**Tabela 45 – Natureza das ocorrências envolvendo policiais que são registradas pelos setores responsáveis pela produção de informação em segurança pública, por instituição**

Natureza da ocorrência envolvendo policiais	SSP		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%
Policiais Militares - Pessoas mortas por policiais (total)	10	50	4	25	14	39
Policiais Militares - Pessoas mortas em confronto com policiais em serviço	13	65	8	50	21	58
Policiais Militares - Pessoas mortas por policiais de folga	7	35	4	25	11	31
Policiais Militares - Pessoas feridas em confronto com a polícia (total)	6	30	3	19	9	25
Policiais Militares - Pessoas feridas em confronto com policiais	5	25	2	13	7	19
Policiais Militares - Pessoas feridas por policiais de folga	4	20	2	13	6	17
Policiais Militares - Policiais mortos em serviço	12	60	6	38	18	50
Policiais Militares - Policiais feridos em serviço	7	35	3	19	10	28
Policiais Militares - Outros	3	15	2	13	5	14
Policiais Militares - Não são registradas	2	10	0	0	2	6
Policiais Civis - Pessoas mortas por policiais (total)	10	50	5	31	15	42
Policiais Civis - Pessoas mortas em confronto com policiais em serviço	13	65	14	88	27	75
Policiais Civis - Pessoas mortas por policiais de folga	7	35	4	25	11	31
Policiais Civis - Pessoas feridas em confronto com a polícia (total)	4	20	4	25	8	22
Policiais Civis - Pessoas feridas em confronto com policiais	3	15	3	19	6	17
Policiais Civis - Pessoas feridas por policiais de folga	4	20	2	13	6	17
Policiais Civis - Policiais mortos em serviço	12	60	9	56	21	58
Policiais Civis - Policiais feridos em serviço	7	35	4	25	11	31
Policiais Civis - Outros	3	15	2	13	5	14
Policiais Civis - Não são registradas	1	5	0	0	1	3

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A última pergunta desse bloco foi qual era o nome recebido pelas ocorrências letais que envolviam mortes de civis por policiais. O resultado parece indicar que na maioria das situações o nome que tal evento recebe é o de “resistência seguida de morte” (Tabela 46).

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 46** – Nome recebido pelas ocorrências letais de civis em ações policiais, por instituição

Nome da ocorrência envolvendo civis em ações policiais	SSP		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%
Total	20	100	16	100	36	100
Resistência seguida de morte	9	45	5	31	14	39
Autos de resistência	3	15	3	19	6	17
Morte em confronto	5	25	5	31	10	28
Outros (especificar)	3	15	3	19	6	17

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Portanto, no que se refere à análise do SINESPJC, foi possível constatar que 28% dos respondentes não eram gestores nomeados pela SENASP, o que contraria os próprios pressupostos metodológicos dessa pesquisa, já que apenas esses gestores poderiam responder ao questionário. Contudo, considerando que muitas vezes há afastamento de um servidor e o que o sucede passa a se responsabilizar por todas as funções do anterior, é possível inferir que essa situação tenha ocorrido em boa parcela dos casos com esse problema.

Considerando o trabalho desses indivíduos com o SINESPJC, é possível constatar que a maioria dos gestores da SSP preenche os módulos ocorrências da Polícia Civil e ocorrências da Polícia Militar; já os gestores da PM preenchem os módulos ocorrências da Polícia Militar e perfil da Polícia Militar, por fim, os gestores da PC preenchem os módulos ocorrências da Polícia Civil, perfil das delegacias especializadas no atendimento à mulher e perfil das delegacias de proteção ao adolescente.

É premente observar, contudo, a dificuldade da Polícia Militar em preencher esse bloco de questões, sendo que em alguns casos (como a forma de inserção dos dados relacionados a civis mortos pela polícia) nenhum gestor dessa organização respondeu às indagações. Logo, o diagnóstico apresentado sobre a forma de alimentação do SINESPJC leva em consideração apenas as respostas dos gestores da Polícia Civil e da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

A inserção de informações no SINESPJC tem como unidade de análise, em alguns estados, a ocorrência; em outros, a vítima e; em algumas situações, a ocorrência e a vítima, o que parece indicar que não existe um padrão muito claro de inserção das informações nesse sistema. Quando se analisa dimensões mais concretas da forma como o registro dos distintos crimes ocorre, a idéia de ausência de padrão se torna ainda mais forte. Por exemplo, na maioria dos estados não há um duplo registro do latrocínio – como roubo e como homicídio – sendo que essa categoria termina acondicionada em apenas uma dessas duas naturezas.

No que se refere à forma de registro das mortes em confronto com a polícia que no estado do Rio de Janeiro recebeu o nome de autos de resistência, foi possível constatar que na maioria das circunstâncias essas é registrada como “pessoas mortas em confronto com a polícia em serviço”, tanto no caso de a morte ter sido

praticada por policiais militares como por policiais civis. Exatamente por isso, o nome da categoria na maioria dos estados é “resistência seguida de morte”.

## 2.7 – Integração com os demais órgãos de segurança pública

O último bloco de questões procurou verificar qual o grau de integração entre o órgão que respondia ao questionário e os demais órgãos do sistema de segurança pública. Nesse sentido, a primeira pergunta era destinada a mapear se existia um parâmetro para a criação do número de registro de ocorrência, já que muitas vezes essa é a variável utilizada para viabilizar a interligação entre os diversos bancos de dados das distintas instituições responsáveis pela produção de informação em segurança pública. As respostas a tal questão indicaram que em metade dos casos existe um parâmetro a ser observado na criação do número de registro da ocorrência (Tabela 47).

**Tabela 47** – Existência de parâmetro para a criação do número de registro de ocorrência, por instituição

Há parâmetro para a criação do número de registro da ocorrência?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	21	100	24	100	72	100
Sim	16	59	9	43	11	46	36	50
Não	11	41	12	57	13	54	36	50

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A segunda indagação dizia respeito à existência de processos de integração entre a instituição e os demais órgãos do sistema de segurança pública e, nesse caso, todos os gestores responsáveis pelo preenchimento do questionário responderam afirmativamente.

A partir de tais respostas foi possível verificar que a principal integração que hoje ocorre é entre a Secretaria de Segurança Pública e as Polícias Militares e Civis, tal como indica a Tabela 48.

**Tabela 48 >**

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 48** – Existência de sistema eletrônico integrado entre as instituições responsáveis pela produção de informação em segurança pública, por instituição

Existência de sistema eletrônico integrado com	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Polícia Militar	14	52	9	41	10	40	33	45
Polícia Civil	17	63	11	50	13	52	41	55
Guarda Municipal	2	7	1	5	0	0	3	4
Sistema prisional	5	19	3	14	5	20	13	18
Secretaria de Defesa; Secretaria de Justiça	4	15	2	9	6	24	12	16
Disque-denúncia	2	7	1	5	3	12	6	8
Polícia técnico-científica	7	26	3	14	4	16	14	19
Sistema judiciário	5	19	0	0	1	4	6	8

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Como em seguida o formulário procurava coletar informações específicas sobre o padrão de integração da instituição à qual o respondente estava vinculado com as demais que compõem o sistema de justiça criminal, essa seção também será subdividida de acordo com esse padrão, de maneira a apresentar detalhadamente como ocorre o intercâmbio de informações.

### 2.7.1 – INTEGRAÇÃO COM A POLÍCIA CIVIL

Conforme destacado na Tabela 42, do total de respondentes 55% afirmaram possuir integração de informações com a Polícia Civil. Note-se que 52% dos policiais da própria instituição responderam afirmativamente a essa questão. Assim, a análise que segue levará em consideração os 41 casos em que essa integração ocorre.

A primeira pergunta do formulário foi referente ao ano em que a integração começou a ocorrer. De acordo com as respostas, a primeira integração ocorreu no ano de 1995 e a última em 2011, sendo que a maioria dos respondentes afirmou que tal processo teve ensejo no ano de 2005.

Em seguida, os respondentes eram indagados sobre a natureza das informações repassadas e recebidas. As informações repassadas pela Polícia Civil são aquelas coletadas pelo Registro de Ocorrências. Alguns respondentes da PC afirmaram nessa questão que a integração à qual eles se referiam era a que acontecia com as demais unidades da própria instituição. Já os respondentes da PM afirmaram repassar informações coletadas com os BOs enquanto os respondentes da SSP disseram repassar informações sobre estatística criminal e homicídios.



No que se refere à periodicidade de repasse das informações, foi possível constatar que na maior parte das vezes essa ocorre em tempo real, posto que os dados são compartilhadas on-line pelas organizações, tal como denota a Tabela 49.

**Tabela 49** – Periodicidade de repasse das informações da Polícia Civil às Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícia Militar e Polícia Civil

Periodicidade da integração	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	20	100	12	100	7	100	39	100
Integração online	9	45	7	58	5	71	21	54
Regularmente	8	40	2	17	1	14	11	28
Esporadicamente (quando demandado)	3	15	3	25	1	14	7	18

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Para a melhor compreensão de como ocorre o recebimento das informações, as questões seguintes do formulário procuraram compreender esse processo e, ainda, qual o tempo de processamento da informação na instituição de destino. Os dados indicaram que, ainda que o meio utilizado para repasse das informações seja o computador, o tempo de processamento é bastante variável (Tabela 50). Contudo, o grande número de “outros” como padrão de resposta no quesito tempo de processamento se deve ao fato de que vários respondentes reclamaram a ausência da opção “em tempo real”, que parece ser a forma principal de intercâmbio de dados.

**Tabela 50** – Forma como as informações da Polícia Civil são recebidas e tempo de processamento dessas na instituição de destino (SSP, PM e PC)

As informações são recebidas	Tempo médio para o processamento (entre o registro da ocorrência na unidade até sua inserção na base de dados)					
	Uma semana	Entre uma semana e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Outros	Total
Por correio	1	3	2	2	10	18
Por e-mail	10	0	2	2	4	18
Por malote	3	0	1	2	3	9
Pessoalmente por algum funcionário	2	2	2	1	3	10
Através de um sistema online integrando as instituições	6	1	2	1	17	27

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

### 2.7.2 – INTEGRAÇÃO COM A POLÍCIA MILITAR

Essa seção analisa as respostas de 33 gestores (41% do total) que afirmaram possuir algum tipo de integração com a Polícia Militar. De maneira geral, a integração com esse órgão começou nos anos 2000, sendo que as mais recentes ocorreram em 2011. A maioria, contudo, afirmou que tal processo teve lugar em torno do ano de 2006.

Em seguida, os respondentes foram indagados sobre a natureza das informações repassadas e recebidas da Polícia Militar. As informações repassadas por essa instituição são as constantes no Boletim de Ocorrências que essa registra. Já os respondentes da PC afirmaram repassar informações coletadas com os BOs enquanto os respondentes da SSP disseram repassar informações sobre estatística criminal e homicídios.

No que se refere à periodicidade de repasse das informações pelas Polícias Militares às Secretarias Estaduais de Segurança Pública e às Polícias Civis, foi possível constatar que na maior parte das vezes essa ocorre em tempo real, posto que os dados são compartilhadas on-line pelas organizações, tal como denota a Tabela 51.

**Tabela 51** – Periodicidade de repasse das informações da Polícia Militar às Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícia Militar e Polícia Civil

Periodicidade da integração	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	12	100	3	100	7	100	22	100
Integração online	8	67	2	67	3	43	13	59
Regularmente	3	25	1	33	1	14	5	23
Esporadicamente (quando demandado)	1	8	0	0	3	43	4	18

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Para a melhor compreensão de como ocorre o recebimento das informações, as questões seguintes do formulário procuraram compreender esse processo e, ainda, qual o tempo de processamento da informação na instituição de destino. Os dados indicaram que a principal forma de integração é a on-line e que o grande número de “outros” como padrão de resposta no quesito tempo de processamento se deve ao fato de que vários respondentes reclamaram a ausência da opção “em tempo real”, que parece ser a forma principal de intercâmbio de dados (Tabela 52).

**Tabela 52 >**

**Tabela 52** - Forma como as informações da Polícia Militar são recebidas e tempo de processamento dessas na instituição de destino (SSP, PM e PC)

As informações são recebidas	O tempo médio para o processamento (entre o registro da ocorrência na unidade até sua inserção na base de dados) é de					Total
	Uma semana	Entre uma semana e 15 dias	Entre 15 dias e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Outros (especificar)	
Por Correio	0	0	0	1	3	4
Por email	2	0	2	3	2	9
Por malote	0	0	0	1	3	4
Pessoalmente, por algum funcionário	1	1	0	1	1	4
Através de um sistema on-line, interligando as instituições	1	0	0	0	9	10

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

### 2.7.3 – INTEGRAÇÃO COM A POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

A Polícia Técnico-Científica foi mencionada por 14 entrevistados como aquela com a qual as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícias Militares e Polícias Civas mais fazem compartilhamento da informação. Segundo os respondentes, esse processo teve início no início da década de 2000, ganhando força no ano de 2006. As principais informações compartilhadas, nesse caso, são as referentes aos registros dos indivíduos no sistema de identificação, tais como número do RG, órgão expedidor, título de eleitor, nome, nome do pai, nome da mãe, nacionalidade, naturalidade, país de origem, sexo, data de nascimento, CPF, PIS/PASEP, profissão (CBO), CNH, escolaridade, estado civil, filiação a conselho profissional, dados antropométricos, peculiaridades, endereço, foto, digitais, dentre outras.

Tal como ocorre no caso da integração com as Polícias Civas e Militares, as informações são repassadas, na maioria das vezes, via integração online, ainda que nesse caso existam algumas menções a formas mais tradicionais de envio da informação como por correio ou malote, casos em que o processamento dessa pode demorar até 3 meses. Assim, ainda que as informações repassadas por esse órgão sejam de suma importância para o processamento criminal de determinados indivíduos, a inexistência de um sistema tecnológico que interligue esses dados com, por exemplo, os oriundos da Polícia Civil, faz com que a identificação de suspeitos ainda seja uma atividade eminentemente manual, em todos os sentidos.

## 2. Diagnóstico Quantitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

### 2.7.4 – INTEGRAÇÃO COM OS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

A interligação de informações entre as instituições em estudo e o sistema penitenciário foi apontada como algo real por 13 entrevistados. Segundo eles, essa integração foi iniciada a partir de 2004, com o objetivo de repassar informações sobre a movimentação dos presos entre as unidades, bem como as relacionadas aos óbitos desses. Em contrapartida, as instituições fornecem informações relacionadas a vida pregressa dos detentos.

Em geral, tais informações são repassadas esporadicamente, ou seja, quando demandadas ou pelos estabelecimentos prisionais ou pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícias Militares e Polícias Civis. Exatamente porque não parece existir um interesse no recebimento rotineiro de tais informações, a forma de seu encaminhamento ainda é bastante tradicional, sendo feita correio, malote e algum outro funcionário. Destarte esses casos, em duas situações há menção a uma integração on-line, em tempo real entre essas instituições.

### 2.7.5 – INTEGRAÇÃO COM AS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A integração de informações com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública foi mencionada por doze entrevistados, como um processo iniciado a partir do ano de 2004 no qual as organizações policiais repassam a tais órgãos os seus números consolidados relacionados à incidência criminal, dela recebendo outras informações, como a mapas de criminalidade, determinações sobre como proceder em determinadas situações, dentre outras.

No que se refere à periodicidade da integração, os entrevistados afirmaram que essa ocorre ou pela via da integração online ou regularmente, sendo que as informações são remetidas, principalmente, por email, ainda que isso não exclua a possibilidade de as SSPs receberem informações por correio ou malote.

### 2.7.6 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nessa seção foi analisada a integração de informações entre as instituições que compõem o sistema de justiça criminal e as três escrutinadas pela pesquisa. Assim, a Polícia Civil aparece como a instituição que mais

se conecta com as demais, sendo seguida pela Polícia Militar. Interessante destacar que para os próprios respondentes existe uma maior preocupação com o compartilhamento da informação com as unidades internas, algo que não ocorria antes de meados dos anos 2005 (para a PC) e 2006 (para a PM). Em parte, essa maior conectividade entre as próprias unidades da PC e da PM e entre essas e as unidades da SSP, PM e PC pode ser explicada pelos avanços tecnológicos que permitiram que essa integração se desse a partir do sistema on-line. Antes dos investimentos feitos pela SENASP na compra de equipamentos para o SINESJC, talvez essas instituições não pudessem compartilhar os seus dados como fazem hoje.

Outras instituições que receberam menções por, pelo menos, 10 entrevistados foram a Polícia Técnico-Científica, os Estabelecimentos Prisionais e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública. O Disque-denúncia, sistema judiciário e as Guardas Municipais, apesar de terem sido instituições inseridas no formulário como possíveis fontes de integração, foram mencionadas por um número bem pequeno de entrevistados, o que impediu a análise de tais resultados.

Em que pese esse resultado, é evidente a existência de um maior intercâmbio de informações entre as Polícias Militares e Cíveis e as demais instituições que compõem o sistema de justiça criminal. Como esse fenômeno é algo que começa a ganhar fôlego a partir dos anos de 2005, é possível afirmar que os resultados aqui apresentados indicam um processo que apenas está se iniciando e cujos desdobramentos serão mais visíveis nos próximos anos.

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Essa seção tem como propósito apresentar informações mais qualitativas sobre a forma como os setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública encontram-se estruturados e, ainda, quais são as suas principais rotinas, especialmente, no que diz respeito à alimentação do SINESPJC.

Para tanto, foi idealizado o I Programa Nacional de Visitas a Sistemas de Informação em Segurança Pública, composto de duas etapas: primeiro, o pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública visitava as seções responsáveis pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, nas Polícias Militares e nas Polícias Civis. Nesse momento, as questões da parte quantitativa eram devidamente aprofundadas, sendo uma oportunidade para o gestor apresentar ao pesquisador como faz o seu trabalho e quais são as potencialidades e limites do mesmo. Assim, algumas indagações inseridas nessa segunda fase se assemelham, apesar de não repetirem, questões incluídas no formulário anteriormente analisado; em um segundo momento, um gestor da SSP de um estado da federação visitava outro estado com o objetivo de conhecer novas experiências e, dessa forma, procurar desenvolver boas práticas em seu setor.

No estado do Tocantins, a entrevista com o responsável pela Polícia Civil foi realizada juntamente com o responsável pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, já que esses setores trabalham de maneira integrada realizando as mesmas atividades, razão pela qual as respostas foram computadas apenas como relacionadas à SSP. No caso de São Paulo, os pesquisadores do FBSP não conseguiram contato com a Polícia Militar a qual não foi, portanto, incluída nessa fase do diagnóstico. Essas ressalvas são importantes porque os resultados que seguem a seguir são baseados nos 79 relatórios qualitativos que foram possíveis de ser realizados com os gestores que se disponibilizaram a receber a nossa equipe.

Os pesquisadores, na maioria das situações, não encontraram qualquer dificuldade para localizar o setor de produção, análise e divulgação de informações em segurança pública, sendo que em apenas 13% das situações (10 casos), foi necessário recorrer a informações adicionais para que o setor pudesse ser encontrado. Interessante notar que em 53% das situações (42 casos) o setor contava com placas de identificação, demonstrando um reconhecimento, inclusive, institucional de sua existência, sendo que esse percentual é razoavelmente o mesmo nas três organizações pesquisadas.

De maneira geral, os nossos pesquisadores foram muito bem recebidos pelos gestores contatados desde a primeira fase para preenchimento do questionário web. Apenas em dois casos foram mencionados problemas com relação à receptividade do gestor e ao andamento da entrevista. Interessante destacar ainda que, apesar de esses gestores terem preenchido tal documento e terem sido contatados pela equipe do Fórum Brasileiro de Segurança Pública para apresentação dos objetivos gerais da pesquisa e agendamento de datas para a realização das visitas, alguns afirmaram não ter conhecimento da pesquisa e muito menos saber qual era o seu propósito.

Dos 79 gestores entrevistados nessa segunda fase da pesquisa, 13 não foram os responsáveis pelo preenchimento do questionário web, sendo que desses apenas um era oriundo da SSP (Paraná), sete da Polícia Militar

(Amapá, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pará, Piauí e Rio de Janeiro) e cinco da Polícia Civil (Bahia, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina).

Em 90% dos casos, foram os próprios gestores nomeados pela SENASP que receberam os nossos pesquisadores e foram receptivos e pontuais, sendo que em 33% das situações, as entrevistas ocorreram com os gestores e mais algum funcionário do setor convidado a participar para auxiliar nas respostas. Esse dado é importante, pois pode ocorrer de o gestor ser novo no setor e não saber exatamente qual era a rotina deste setor antes, ou ainda, quais são as atividades e projetos inovadores que começam a ser desenvolvidos pela área. Logo, contar com mais uma pessoa no momento da entrevista pode estar indicando engajamento com a pesquisa e preocupação em passar a informação mais atualizada e correta ao pesquisador.

Como o formulário de coleta de informações era estruturado em oito seções, a apresentação dos resultados seguirá essa mesma estrutura apenas para facilitar a organização da informação coletada por nossos pesquisadores em campo. É importante destacar que apesar de essa fase ter consistido em entrevistas em profundidade, a fim de facilitar a análise e a interpretação dos resultados, dentro de uma perspectiva mais globalizante do que ocorre no país, os dados qualitativos foram organizados de forma quantitativa para facilitar sua análise, mas permanecem no seu formato original em cada um dos 79 relatórios, que descrevem exatamente o que ocorreu durante a visita e os meandros das atividades de produção, análise e divulgação de informação em cada uma das três instituições, nos distintos estados da federação brasileira.

### 3.1 – Sobre a trajetória profissional do entrevistado

De maneira geral, os gestores entrevistados trabalham no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública há, em média, cinco anos, sendo que alguns iniciaram o seu trabalho nessa área antes de 2008 (o gestor mais antigo iniciou o seu trabalho em 1981) e alguns outros começaram a trabalhar nessa área em 2011.

Interessante notar que a Polícia Civil é a organização com maior percentual de gestores que trabalham na unidade há mais de quatro anos, com 56% de entrevistados nessa categoria. Já a Polícia Militar é a instituição que congrega os gestores mais novos na função, sendo que apenas 27% do total começaram a trabalhar nesse setor antes de 2008 (Tabela 53).

**Tabela 53 >**

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 53** – Ano em que o gestor começou a trabalhar no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Ano em que iniciou o trabalho no setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Até 2008	13	48	7	27	15	58	35	44
2009	2	7	6	23	4	15	12	15
2010	3	11	7	27	2	8	12	15
2011	9	33	6	23	5	19	20	25

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A pergunta seguinte procurava compreender de que maneira o gestor tinha chegado até o setor em que atuava. Os dados indicam que em 77% dos casos o início do trabalho no setor é devido ao convite do responsável pela área ou do próprio gestor da instituição (Secretário da SSP, Comandante da PM ou Diretor da PC).

Em parte, esses dados parecem indicar que poucas são as situações em que existe um nível de institucionalidade suficientemente forte para que apenas as pessoas que fizeram concurso específico para essa área, no qual foi atestado o seu conhecimento para exercício da função, possam ali trabalhar. Os dados sumarizados na Tabela 54 indicam que essa situação, que deveria ser ideal, ainda é minoritária especialmente quando comparada ao percentual de “convites” dos responsáveis.

**Tabela 54** – Mecanismos que levaram o gestor ao trabalho no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Como veio trabalhar no setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Convite do responsável pela área / secretário, comandante, diretor	24	89	19	73	18	69	61	77
Transferência determinada por superior	0	0	3	12	4	15	7	9
Interesse pelo tema	0	0	3	12	2	8	5	6
Possibilidade de aumento de salário	0	0	1	4	1	4	2	3
Concurso público	3	11	0	0	1	4	4	5

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Para compreender como foi o início do trabalho no setor, a pergunta seguinte dizia respeito à existência de cursos de qualificação que iniciem o indivíduo na prática de produção e análise de informações em segu-



rança pública. Os dados indicam que em 85% das situações, o trabalho no setor não é precedido de qualquer tipo de curso de qualificação (Tabela 55).

**Tabela 55** – Existência de curso de qualificação para início do trabalho no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Quando começou a trabalhar no setor, recebeu algum curso de qualificação?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	5	19	6	23	1	4	12	15
Não	22	81	20	77	25	96	67	85

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

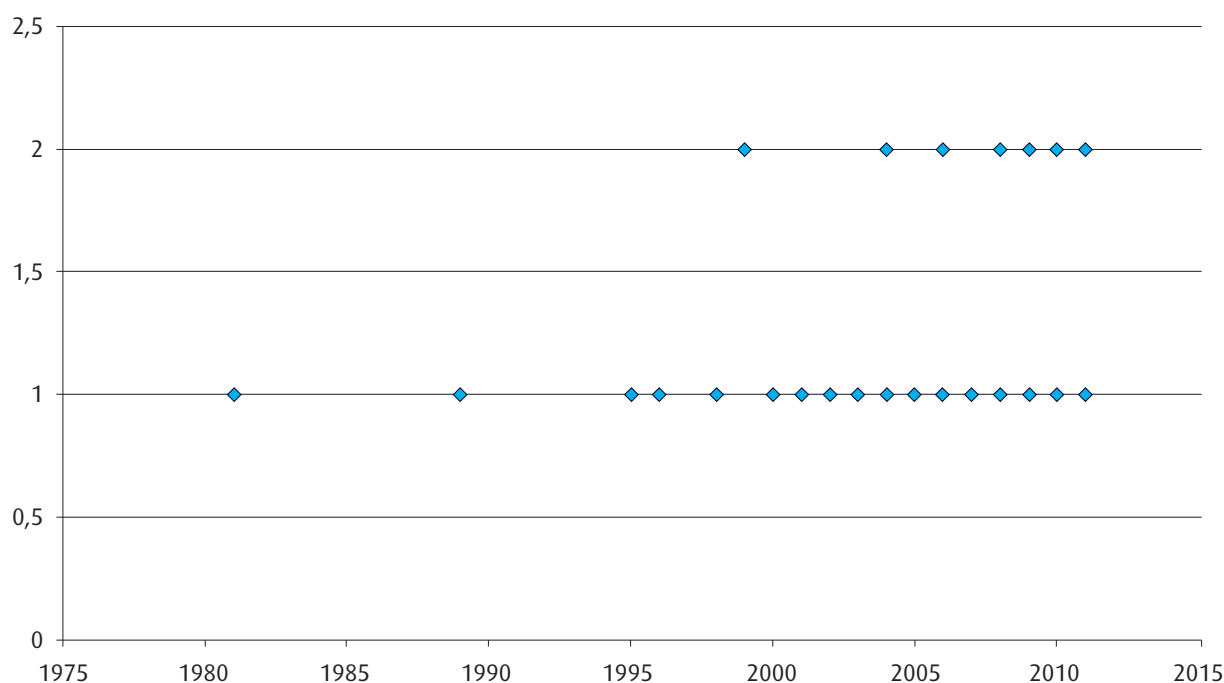
Interessante destacar que os percentuais de gestores da SSP e da PM que responderam afirmativamente a essa questão são substancialmente maior, o que confirma o dado anteriormente mapeado de que, em que pese a ausência de profissionalização no setor, essa situação é ainda mais precária entre os gestores da PC, que parecem não ser focos de treinamentos dessa natureza.

Logo, considerando apenas os que responderam afirmativamente à questão de existência de curso de qualificação, foi possível mapear como cursos introdutórios os seguintes: (1) inteligência - como manusear dados e documentos visando o planejamento de ações; (2) análise criminal; (3) introdução a programas que realizam geoprocessamento como ArcGis, Terra Crime, dentre outros; (4) desenvolvimento de habilidades em pesquisas a partir do uso softwares como SPSS, Nvivo, e por fim, Excel avançado; (5) metodologia quantitativa de pesquisa. É interessante destacar que os softwares para os quais os indivíduos receberam algum tipo de treinamento são também aqueles mais mencionados entre os utilizados no cotidiano da instituição.

Cruzando as informações sobre ano de entrada no setor e sobre recebimento de algum curso de qualificação antes do início de suas atividades na área, foi possível constatar que, em geral, os indivíduos que começaram a trabalhar nessa função após 2008 têm mais chances de terem recebido um treinamento inicial do que aqueles que começaram a trabalhar na área antes disso, ainda que essa seja uma realidade que começa a se alterar e que, por isso, em alguns estados, mesmo os que ingressaram no setor nos últimos anos não receberam qualquer tipo de qualificação para exercício da função (Gráfico 01). Essa informação é importante porque nos últimos anos a SENASP tem primado pela oferta de cursos de qualificação para essa área e, assim, pode ser que alguns desses gestores já tenham sido beneficiados por essa política.

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Gráfico 01** – Relação entre ano de início das atividades no setor de produção, análise e divulgação de informação e realização de curso de qualificação para início das atividades (Valor 1 = não recebeu treinamento inicial; Valor 2 = recebeu treinamento inicial)



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A pergunta seguinte procurava compreender como os indivíduos lotados no setor tinham adquirido a capacidade necessária para trabalhar com produção e análise de informação em segurança pública, já que a instituição não oferece cursos de qualificação quando do início das atividades do indivíduo nessa área. As respostas indicaram que nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, 52% já possuíam experiência na área; nas Polícias Militares, 35% aprenderam o trabalho pela transferência de experiência dos funcionários mais antigos para os novatos; e, nas Polícias Civis, 42% foram aprendendo com a execução do trabalho (Tabela 56). Ou seja, não existe um padrão claro de aprendizagem da tarefa entre as distintas instituições estudadas, o que também pode ajudar nas discrepâncias em termos de como essas funções são exercidas.

**Tabela 56 >**

**Tabela 56** – Forma como os gestores aprenderam a executar o trabalho pelo qual são responsáveis no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Como aprendeu a executar o trabalho pelo qual hoje é responsável	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Pela transferência de experiência dos funcionários mais antigos para os novatos.	2	7	8	31	6	23	16	20
Já possuía conhecimento na área	14	52	6	23	7	27	27	34
Buscou especialização em outras instituições	3	11	1	4	1	4	5	6
Fez curso antes de iniciar o trabalho	1	4	3	12	1	4	5	6
Foi aprendendo com a execução do trabalho	7	26	8	31	11	42	26	33

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Como não há treinamento antes do início das atividades no setor, o gestor também não tem como saber quais são os conhecimentos indispensáveis para exercício da função que, geralmente, ele aceita ocupar a partir do convite do responsável pela área. Assim, de maneira a compreender quais ferramentas os gestores acreditam que são necessárias ao bom desempenho de suas atividades, eles foram indagados a apontar quais seriam os cursos que, do ponto de vista ideal, deveriam ser ministrados tão logo o indivíduo começasse a trabalhar na área, posto que tais conteúdos seriam indispensáveis para o bom desempenho do trabalho no setor. Cada qual deveria mencionar quantos cursos julgasse necessário e, exatamente por isso, o total final de menções realizadas por cada instituição é maior que o número de respondentes dessa.

As respostas indicaram que os cursos mais demandados pelos profissionais dessa área, independente da organização da qual eles são provenientes, são os de métodos quantitativos e análise criminal (ambos mencionados por 74% dos entrevistados), além de formação de banco de dados (59%) e geoprocessamento (58%), tal como denotam os resultados sumarizados na Tabela 57.

**Tabela 57** – Cursos que, na visão dos gestores, são indispensáveis para o bom desempenho do trabalho no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Cursos necessários para o bom desempenho da atividade	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Métodos Quantitativos	23	85	18	69	17	68	58	74
Análise Criminal	22	81	17	65	19	76	58	74

Continua >

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

	N	%	N	%	N	%	N	%
Formação em Banco de dados	16	59	16	62	14	56	46	59
Geoprocessamento; georreferenciamento, GIS	19	70	15	58	11	44	45	58
Aperfeiçoamento em gerenciamento e análise de Banco de dados	12	44	12	46	9	36	33	42
Métodos Qualitativos	13	48	15	58	5	20	33	42
Gerenciamento de Projetos	9	33	6	23	6	24	21	27
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	6	22	5	19	7	28	18	23
Sistemas de Apoio a Decisão (OS&M)	9	33	2	8	4	16	15	19

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Quando indagados sobre o porquê da necessidade de cada um dos cursos mencionados, os gestores concederam respostas bastante gerais a essa questão, tais como “para aprimorar o conhecimento no processo de coleta e análise dos dados”; “para agilizar a confecção e a qualidade dos relatórios”; “para interpretar e analisar melhor os dados”; “para que seja possibilitado ao setor trabalhar de forma realmente eficiente com os dados reunidos”; “pois permite ao profissional desenvolver uma noção de como produzir informação em sentido macro”.

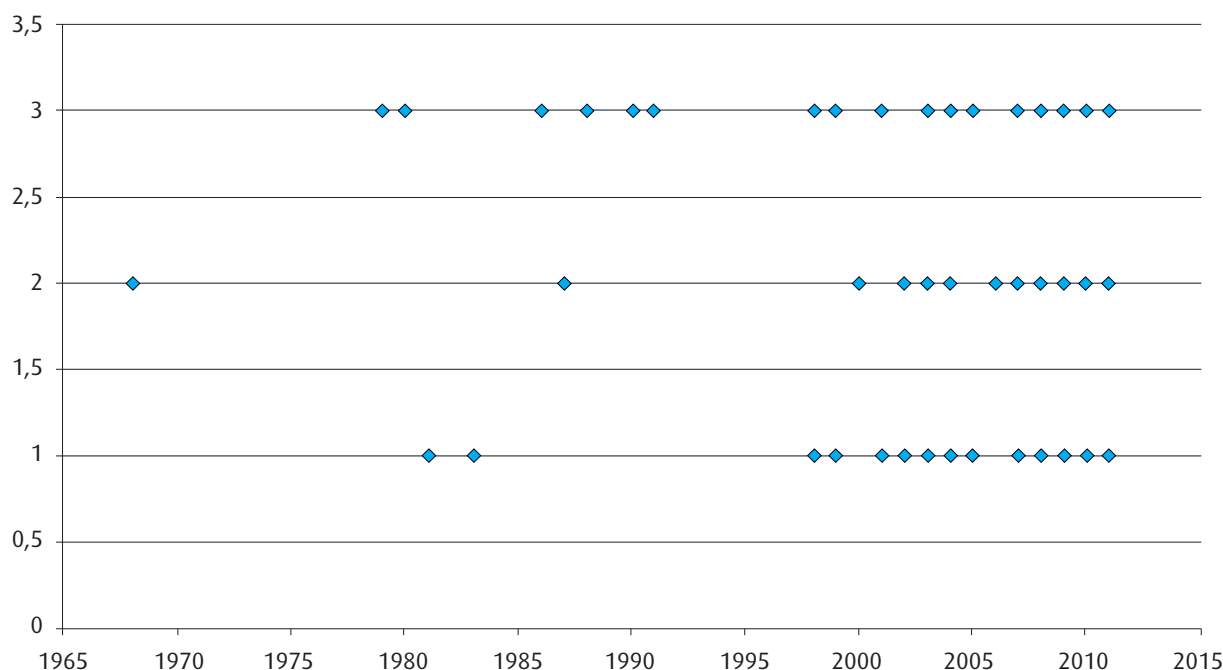
Em que pese as justificativas bastante gerais para a demanda por tais cursos, o fato de a maioria dos gestores não ter recebido qualquer tipo de treinamento antes do início de sua atividade no setor faz com que a sua capacidade de compreensão do significado da produção, análise e divulgação de informações em segurança pública seja bastante reduzido, o que reforça a necessidade de estratégias de formação para esse público como forma de melhorar a qualidade do trabalho do setor.

Interessante destacar que esses resultados apenas reafirmam a necessidade de um treinamento mais específico para o uso de softwares de análise criminal e geoprocessamento, que são os mais mencionados pelos entrevistados como aqueles programas para os quais eles não possuem uma licença definitiva ou que eles gostariam de adquirir. Contudo, de nada adianta possuir a ferramenta se eles não souberem como essa deve ser manejada. Assim, qualquer programa que vise a qualificação dos gestores desses setores deve levar em consideração essas duas dimensões: as ferramentas que eles já possuem para o trabalho e como essas poderiam ser potencializadas a partir de treinamentos mais específicos. Retomando dados colhidos através do questionário web, que revelou que todos os setores entrevistados possuem computadores à disposição dos funcionários e acesso à internet, podemos inferir que, excetuando-se a compra de softwares e os dispositivos necessários à integração entre instituições, os setores analisados não carecem diretamente de insumos tecnológicos para a execução de suas atividades, mas sim de formação voltada para o tratamento dos dados coletados e o entendimento sobre o fluxo de informações criminais no estado.

## 3.2 - Infraestrutura do setor de produção, análise e divulgação de informações em segurança pública

A primeira pergunta desse bloco foi a referente ao ano de criação do setor. Alguns entrevistados não souberam precisar essa data, mas entre os que fizeram essa atividade foi possível constatar que os setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública mais antigos são os situados na Polícia Civil, cuja multiplicação de unidades ocorreu ainda durante a década de 1990. Já os setores das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e das Polícias Militares foram criados, em regra, na metade dos anos 2000, por volta dos anos de 2004 e 2005 (Gráfico 02). Interessante notar, contudo, que o setor mais antigo, criado no ano de 1968, é o da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo.

**Gráfico 02** – Ano de criação do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição (1 = Secretaria Estadual de Segurança Pública; 2 = Polícia Militar; 3 = Polícia Civil).



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, procurou-se investigar qual era o local no qual o setor funcionava, uma vez que essa informação poderia indicar o grau de importância ou institucionalidade que essa área possui dentro da organização.

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Nesse sentido, é interessante destacar o fato de que, em algumas situações, os setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública das organizações policiais (militares e civis) se localizam nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Contudo, na maior parte das situações, os setores estão localizados nos espaços físicos de suas próprias instituições, tal como denota a Tabela 58.

**Tabela 58** – Localização dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Localização do setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Prédio da Secretaria de Segurança	24	89	3	12	6	23	33	42
Prédio da Polícia Civil	1	4	2	8	19	73	22	28
Prédio da Polícia Militar	1	4	20	77	1	4	22	28
Outro	1	4	1	4	0	0	2	3

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Ainda com o objetivo de compreender o grau de institucionalidade do setor, os gestores foram perguntados quanto à existência de um documento que regule as competências da área, sendo que as respostas indicaram que, nesse critério, as agências pesquisadas encontram-se bastante formalizadas, dado que em 59% das situações o regulamento mencionado existe (Tabela 59).<sup>7</sup>

**Tabela 59** – Existência de documento regulamentando formalmente as competências do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Existência de documento regulamentando as competências do setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	14	52	15	58	18	69	47	59
Não	13	48	11	42	8	31	32	41

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

<sup>7</sup> Cumpre destacar que a cópia desse documento nos foi fornecida na maioria das visitas, o que permite ainda uma análise do conteúdo desses regulamentos por parte dos interessados nessa questão.

Interessante notar ainda que a Polícia Civil é a instituição que conta com maior número de respostas afirmativas a essa questão, o que pode ser devido ao fato de essa ter sido a primeira instituição a disseminar a criação de setores dessa natureza. Assim, uma hipótese plausível é que sempre da criação desse setor em um novo estado, uma experiência anterior era levada em consideração como modelo e, com isso, a institucionalidade que essa possuía era também copiada.

Ainda no que diz respeito à infraestrutura do setor, os entrevistados foram perguntados quanto aos recursos disponíveis para a execução do trabalho, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de um computador para cada funcionário. Isso porque se todo o trabalho de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública depende desse equipamento, o fato de cada indivíduo não contar com um desses significa que o trabalho, possivelmente, não será realizado a contento. Os resultados indicaram que em 13% dos casos não foi possível verificar a razão de um computador por pessoa trabalhando no setor (Tabela 60).

**Tabela 60** – Existência de um computador por pessoa que trabalha no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Existência de um computador por pessoa trabalhando no setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	24	89	22	85	23	88	10	13
Não	3	11	4	15	3	12	69	87

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Quando indagados sobre o que é feito no caso de cada funcionário não possuir um computador para realizar o seu trabalho, os respondentes afirmaram que, nessas situações, “alguns levam seus computadores pessoais e quem chega atrasado fica sem lugar para trabalhar” ou “um grupo trabalha pela manhã e outro pela tarde”. Logo, essa informação deixa evidente que em algumas localidades os funcionários ainda têm que despender recursos pessoais para conseguirem desempenhar as suas atividades de maneira satisfatória, já que a instituição não fornece sequer computadores. Importante ressaltar que a prática de revezar turnos de trabalho entre os funcionários, para otimizar o uso dos equipamentos, também se aplica, em diversos estados, ao próprio gestor do setor, o que pode ter consequências importantes na forma como as atividades do setor são desempenhadas sem a presença do gestor.

Essa informação também faz com que a razão de computadores por funcionários, calculada a partir dos resultados do questionário qualitativo, seja mais refinada, já que em algumas localidades da federação, os setores podem contar com mais computadores do que funcionários e, em outros, o inverso. Logo, ainda que a

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

média nacional seja de um computador por pessoa, em 10 dos 79 setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, erra realidade não se verifica. As localidades nas quais a razão de um computador por pessoa não se verifica são as seguintes (Quadro 10):

**Quadro 10** – Localidades em que não existe, pelo menos, um computador para cada funcionário lotado no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Secretaria Estadual de Segurança Pública	Polícia Militar	Polícia Civil
Amapá	Alagoas	Maranhão
Maranhão	Espírito Santo	Sergipe
Rio Grande do Norte	Mato Grosso	
	Paraíba	

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Importante destacar que de todos os estados mencionados, a situação parece ser especialmente precária no Maranhão, já que tanto o setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública da Secretaria Estadual de Segurança Pública quanto o da Polícia Civil possuem mais funcionários que equipamentos para a adequada realização do trabalho.

Ainda no que diz respeito à organização das atividades, os pesquisadores verificaram como ocorria a distribuição dos distintos funcionários no espaço físico do setor e, com isso, puderam constatar que poucos são os casos (5% do total) em que todos os servidores da área não se encontram reunidos na mesma sala ou no mesmo espaço físico (Tabela 61).

**Tabela 61** – Disposição dos funcionários no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Distribuição dos funcionários no setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Juntos, em salas distintas, mas no mesmo espaço	6	22	3	12	8	31	17	22
Juntos, na mesma sala	19	70	22	85	17	65	58	73
Separados, em prédios distintos	0	0	1	4	0	0	1	1
Separados, mas no mesmo prédio	2	7	0	0	1	4	3	4

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.



A última pergunta desse bloco foi a relacionada à escala de serviço dos funcionários do setor. Com isso, foi possível perceber que a maioria dos funcionários dessa área trabalha no regime de 8 horas diárias (Tabela 62). Contudo, é interessante verificar que em algumas organizações policiais militares os indivíduos lotados nesse setor fazem a escala de um policial de rua, ainda que tal horário de trabalho não seja o mais adequado para o desempenho das atividades de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública.

**Tabela 62** – Escala de trabalho dos indivíduos lotados no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Escala de serviço aplicável ao setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
6 horas diárias	6	22	4	15	10	38	20	25
8 horas diárias	21	78	20	77	16	62	57	72
10 horas por dia	0	0	1	4	0	0	1	1
12 por 24 horas	0	0	1	4	0	0	1	1

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Portanto, os dados coletados no bloco “infraestrutura” parecem indicar que, apesar de os setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública estarem reconhecidos institucionalmente, sendo, na maioria das situações, acolhidos no prédio de sua instituição de origem, com uma placa identificando a sua localização e, contando, inclusive, com a existência de um documento regulamentando as suas competências e atividades, alguns problemas ainda permanecem.

Em especial, destaca-se o fato de alguns desses não possuírem sequer o maquinário indispensável para que todos os indivíduos possam exercer as suas atividades, o que faz com que alguns funcionários fiquem no setor sem trabalhar ou que tenham que levar seus próprios computadores para conseguirem desempenhar as suas funções a contento. Se a proposta é melhorar a qualidade da informação processada por esse setor, uma intervenção que deve ser realizada prioritariamente é a compra de equipamentos indispensáveis para todos os funcionários do setor.

### 3.3 - Alimentação do banco de dados

No terceiro bloco de questões procurou-se coletar informações sobre a rotina de alimentação dos bancos de dados com os quais as organizações trabalham. Isso porque, desde a publicação do primeiro Anuário do

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que se utiliza das bases de dados do SINESPJC para compilação, diversas são as discussões relacionadas aos processos de inserção do dado na base, o que, por sua vez, determina a qualidade das estatísticas que serão geradas a partir de tal sistema. Logo, entender como a informação tramita desde a ocorrência até a produção do relatório estatístico é importante porque fornece uma visão mais acurada da real qualidade da informação.

Assim, a primeira pergunta dessa seção foi qual é o banco de dados que a instituição utiliza em suas atividades rotineiras (Tabela 63). Isso porque, como se sabe, a SSP não tem como coletar diretamente os registros criminais, já que essa atividade é realizada, na maioria das situações, pelos policiais militares, que fazem o policiamento ostensivo, ou pelos policiais civis que registram as queixas de crimes e, ainda, investigam a autoria e materialidade de delitos que chegam até o seu conhecimento.

**Tabela 63** – Banco de dados utilizado pelo setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Banco de dados que utiliza	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Banco de dados da secretaria de segurança	2	7	0	0	1	4	3	4
Banco de dados exclusivo da Polícia Militar	2	7	12	46	3	12	17	22
Banco de dados exclusivo da Polícia Civil	9	33	4	15	14	54	27	34
Banco de dados integrado (Secretaria, PM e PC) ou com informações da Secretaria, PM e PC	12	44	7	27	5	19	24	30
Outros	1	4	1	4	2	8	4	5
Não trabalha com banco de dados	1	4	2	8	1	4	4	5

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

De maneira geral, as informações coletadas parecem indicar que as polícias utilizam os seus próprios bancos de dados para realização de suas atividades, sendo que no caso da Secretaria Estadual de Segurança Pública a maioria se utiliza de bancos de dados interligados com as informações das demais organizações. No quesito “outros”, apareceram respostas em que os entrevistados diziam utilizar bancos de dados integrados, mas apenas com as informações da Polícia Militar e Polícia Civil. Contudo, talvez a informação mais importante seja a de que alguns setores de produção, análise e divulgação de informações em segurança pública não se utilizam de bancos de dados em sua atividade cotidiana.

Outra informação importante de ser destacada é o fato de que quatro dos 79 gestores entrevistados, simplesmente, não trabalham com bancos de dados. Nesse ponto, cabe uma interrogação sobre como podem

ser eles os gestores nomeados pela SENASP para fazerem todo o processo de alimentação do SINESPJC, se eles não manuseiam ou sequer têm acesso à principal fonte de informação para a realização dessa atividade. As instituições nas quais foram detectados tais problemas são as seguintes: Polícia Militar do Ceará, Polícia Militar de Roraima e Polícia Civil do Ceará. Assim, nesse quesito, parece que a situação é mais preocupante no caso do Ceará, localidade em que os gestores de ambas as polícias não trabalham com bancos de dados.

Em seguida, procurou-se descortinar o processo que deve ser percorrido desde a ocorrência de um crime até a chegada da informação ao setor responsável pela análise. Em todas as entrevistas, os gestores desenharam juntamente com os pesquisadores um fluxograma de encaminhamento das informações. No entanto, como essas rotinas são bastante distintas e diversas, essa descrição será deixada apenas nos relatórios de cada um dos estados da federação, sendo que nessa seção apresentar-se-á apenas as questões relacionadas ao fluxo que são mais gerais e, por isso, aplicáveis a todos os entrevistados.

No que diz respeito aos processos de alimentação dos bancos de dados, conforme verificado na primeira parte da pesquisa, na maior parte das situações, o policial preenche a ocorrência em papel e, em seguida, ela é entregue a alguém da organização, que se torna responsável por inserir tais informações no sistema, alimentando, dessa forma, o banco de dados. Nesse sentido, é importante que o funcionário encarregado de realizar essa atividade tenha formação condizente com o exercício da função, caso contrário as estatísticas produzidas a partir de tal banco de dados não serão capazes de refletir o que os policiais têm registrado em seu trabalho de rua.

Assim, os gestores foram perguntados quanto à existência de treinamento para os responsáveis pela alimentação do banco de dados com o qual a instituição trabalha (Tabela 64). Interessante notar que se para os gestores não há qualquer treinamento antes do início de suas atividades no setor, para os responsáveis pela alimentação do banco de dados, esse não parece ser o caso, já que 72% dos entrevistados afirmaram existir tal política em seu setor.

Em parte essa política pode ser decorrente da maior consciência dos gestores dessas unidades de que um sistema mal alimentado significa estatísticas precárias e, por conseguinte, políticas de intervenção deficientes, posto que baseadas em dados que fornecem um diagnóstico incompleto ou incorreto da realidade.

**Tabela 64 >**

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 64** - Existência de treinamento para os responsáveis pela alimentação do banco de dados utilizado pelo setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Existência de treinamento para quem alimenta o banco de dados	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	21	78	16	62	20	77	57	72
Não	6	22	10	38	6	23	22	28

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A informação de cunho mais qualitativo denota a preocupação das academias de polícia em ministrar aos seus policiais cursos sobre como preencher corretamente o Boletim de Ocorrências (PM) ou o Registro de Ocorrências (PC). Em outras situações, foi possível verificar a preocupação do gestor da área em padronizar essa atividade, seja a partir da elaboração de uma cartilha sobre como inserir as informações no sistema (Polícia Militar de Alagoas) até a realização de videoconferências para discussão das inconsistências encontradas no sistema, bem como disponibilização de uma “linha direta” para o usuário utilizar sempre que tiver alguma dúvida (Polícia Civil da Bahia).

Em seguida, os gestores foram perguntados se, no momento de preenchimento dos campos existentes no sistema, existe algum processo ou procedimento de checagem quanto à correta alimentação do banco de dados. Com isso, desejávamos entender se há, por exemplo, uma rotina que impeça a passagem à fase seguinte caso algum campo não seja preenchido corretamente pelo responsável pela alimentação do sistema de informações.

As respostas revelaram que em metade das situações existe um procedimento dessa natureza (Tabela 65), sendo que os sistemas desenvolvidos pelas Polícias Cíveis são os que mais possuem algum tipo de rotina dessa natureza, como forma de se garantir que todos os campos do registro sejam completamente e adequadamente preenchidos.

Tabela 65 >

**Tabela 65** - Existência de procedimento para garantir a correta alimentação do banco de dados com o qual trabalha o setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Existência de rotina que garanta a consistência dos dados	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	12	44	12	46	15	58	41	52
Não	15	56	14	54	11	42	38	48

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

No que se refere à natureza do procedimento adotado, essa é bastante diversa e distinta dependendo da organização, incluindo desde a concepção de um programa que impede a progressão no preenchimento das informações e envia um alerta com os dados preenchidos indevidamente, identificando ainda quem fez o registro equivocadamente (Polícia Militar do Espírito Santo); até a “existência de uma rotina de apuração que, ao final de cada mês, faz avaliações por amostragem de um determinado número de ocorrências para se verificar o percentual de informações que apresenta algum tipo de distorção e quais são as suas unidades de origem” (Polícia Civil da Bahia). Contudo, de maneira geral, os procedimentos comumente adotados pelas organizações são os seguintes (Tabela 66):

**Tabela 66** - Procedimento aplicado para garantir a correta alimentação do banco de dados com o qual trabalha o setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Procedimento que garanta a consistência dos dados	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Não há procedimento previsto para esse tipo de problema	5	19	7	27	5	19	17	22
O programa impede a progressão no preenchimento das informações	6	22	6	23	5	19	17	22
O setor faz consistência sistemática do preenchimento do banco de dados corrigindo qualquer problema identificado	4	15	2	8	2	8	8	10
Envia um alerta para a unidade que não está preenchendo o campo ou está preenchendo de maneira equivocada	8	30	1	4	6	23	15	19
Realiza algum procedimento para requalificação de quem faz essa atividade	2	7	1	4	5	19	8	10
Não sabe informar	2	7	9	35	3	12	14	18

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Um ponto que merece ser destacado é o fato de que um percentual bastante elevado dos sistemas apenas impede que o usuário prossiga no registro da ocorrência caso ele não tenha completado todos os campos. Esse procedimento foi pensado como forma de impedir a subnotificação de algumas informações importantes, como o perfil sócio-biográfico de autores e vítimas. Ocorre que, tal como demonstrado por Miranda et al (2006), o fato de o sistema possuir uma rotina dessa natureza não significa melhoria na qualidade dos registros. Isso porque diversos policiais apenas digitam uma informação qualquer no campo para garantir o prosseguimento do registro da ocorrência e, dessa forma, quando o analista verifica esse problema, dificilmente há como verificar quem cometeu o erro e, muito menos, responsabilizar ou requalificar o responsável por essa prática. Assim, sistemas que geram relatórios, enviando alertas à unidade central sobre quem não está preenchendo determinados campos ou está preenchendo de maneira equivocada são mais eficientes por garantirem algum tipo de correção nos problemas de inserção da informação no banco de dados.

Em termos das principais falhas existentes no preenchimento dos registros, os entrevistados destacaram os erros cometidos no que se refere à tipificação do crime e ainda à ausência de informações sobre os envolvidos (autores, vítimas e testemunhas). Nesse ponto, os gestores da Polícia Civil foram muito críticos com relação aos gestores da Polícia Militar, que fariam registros incompletos em seus respectivos sistemas, inviabilizando o seu uso para a realização de investigações policiais.

Ao final dessa seção, os entrevistados foram convidados a fazerem uma avaliação dos principais acertos e erros do processo de coleta e sistematização da informação em segurança pública. De acordo com eles, entre os principais acertos está a informatização do sistema, que permite a criação de determinadas rotinas impedindo que alguns campos fiquem sem preenchimento. Além disso, vários mencionaram o treinamento feito com os policiais ou demais responsáveis pela alimentação do sistema como forma de padronizar os registros e impedir que esses cheguem até o setor demasiadamente incompletos. Para vários, foi a conscientização dos policiais acerca da importância da qualidade dos registros que fez com que esses melhorassem substantivamente.

Outro acerto mencionado foi a integração dos bancos de dados, que permite aos responsáveis pela fase subsequente em termos de procedimento criminal terem acesso ao que foi registrado antes, facilitando o seu trabalho e também diminuindo o retrabalho que ocorre quando tais dados não são repassados. Importante destacar, contudo, que vários entrevistados disseram que não houve acertos ou melhorias no processo de alimentação dos sistemas de informação.

Em termos dos problemas que ainda persistem, os entrevistados apontaram o fato de várias unidades policiais ainda não serem informatizadas, o que faz com que a informação venha em papel até uma determinada unidade para que essa alimente o sistema. De acordo com eles, isso é um grande óbice à realização de uma análise criminal de melhor qualidade, pois faz com que as estatísticas de segurança pública sejam sempre incompletas, já que é impossível estimar ao certo quanto tempo é despendido nesse procedimento de encaminhamento das informações.

Além disso, vários destacaram que apesar dos programas contínuos de qualificação dos policiais para melhor alimentação do sistema, vários ainda preenchem os registros de maneira incompleta, pois não tem a real dimensão da importância desse trabalho ser bem feito. Por isso, para vários, além de uma melhor adequação tecnológica da ponta, faz-se indispensável programas de qualificação mais contínuos e que sejam capazes de mostrar os problemas e as dificuldades advindas de informações equivocadas, decorrentes de um trabalho precário feito pelo policial no momento do preenchimento da ocorrência. Ainda nesse sentido, alguns entrevistados apontaram como solução para os problemas a contratação de profissionais não policiais para que esses venham a desempenhar a tarefa de alimentação do sistema.

### 3.4 – Política de análise e divulgação de informações em segurança pública

Nesse quarto bloco de questões, procurou-se investigar quais são atividades realizadas pelo setor uma vez que as informações são totalizadas, seja diariamente, semanalmente, mensalmente ou anualmente (que são as temporalidades verificadas a partir do questionário quantitativo, tal como destacado no capítulo anterior).

De acordo com os entrevistados, uma vez que esses dados são recebidos, a primeira providência é dar andamento às rotinas já estabelecidas no setor, as quais incluem a alimentação do SINESPJC, a produção de relatórios, mapas e informes às unidades operacionais.

Com o objetivo de descortinar um pouco melhor essa rotina dos setores, a primeira pergunta realizada foi quanto à realização de algum procedimento de análise de informações (para fins operacionais, divulgação de dados, auxílio no planejamento) e, nesse caso, a maioria (76% do total dos entrevistados) respondeu afirmativamente (Tabela 67).

**Tabela 67** – Realização de análise do banco de dados quando esse é enviado ao setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Realiza procedimento de análise ao receber a informação?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	22	81	21	81	16	62	59	75
Não	5	19	5	19	10	38	20	25

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Interessante notar, contudo, que os percentuais da Polícia Civil são bastante diferentes dos percentuais das demais organizações, indicando que apesar de essas localidades possuírem os setores mais antigos de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, a atividade de análise de dados propriamente dita parece ser relegada a outras instâncias como, por exemplo, as Secretarias Estaduais de Segurança Pública que, muitas vezes, se utilizam dos bancos de dados da Polícia Civil para produzir os seus relatórios e estudos.

Nesse sentido, pode acontecer de a própria SSP ser a primeira a realizar algum tipo de análise não apenas para verificar a consistência do banco de dados, mas também para informar as próprias unidades policiais da distribuição da incidência criminal no estado. Em parte, esse é o modelo adotado pelo estado do Rio de Janeiro, localidade na qual a Polícia Civil coleta as informações, mas quem realiza as análises dos dados é o Instituto de Segurança Pública (ISP) que é uma autarquia vinculada à SSP.

No que diz respeito ao conteúdo da análise, os entrevistados destacaram a confecção de relatórios atualizados sobre as principais incidências criminais para fins de planejamento operacional e, ainda, a elaboração de informes a serem encaminhados à autoridade máxima da instituição (Secretário, comandante ou diretor). Indicaram ainda que as análises mais completas, com informações mais detalhadas, são feitas quando especificamente demandadas por alguma unidade ou por algum gestor.

Exatamente com o propósito de compreender se há alguma preocupação em se produzir relatórios com os dados tratados pelo setor, foi realizada uma questão específica quanto a esse ponto. Com isso, constatou-se que essa atividade de produção de relatórios é realizada pela maioria absoluta dos respondentes (Tabela 68), o que parece indicar que essas informações são efetivamente indispensáveis para a execução da atividade de planejamento operacional.

**Tabela 68** – Realização da atividade de produção de relatórios a partir da informação produzida no setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Confecciona relatórios com a informação produzida no setor?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	24	89	23	88	20	77	67	85
Não	3	11	3	12	6	23	12	15

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

O conteúdo desses relatórios, por sua vez, é determinado pelo diretor ou responsável pelo setor em 33% dos casos. Uma informação surpreende é a grande quantidade de casos em que o próprio gestor (14% dos casos) ou os funcionários da seção (14% dos casos) podem determinar o conteúdo de tais documentos, tal como indicam os resultados da Tabela 69.



**Tabela 69** – Responsável por determinar o conteúdo do relatório produzido pelo setor responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Quem determina o conteúdo do relatório?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
O diretor ou chefe do setor	7	26	9	35	10	38	26	33
O comando	0	0	2	8	1	4	3	4
O próprio gestor	4	15	2	8	5	19	11	14
A equipe que trabalha no lugar	7	26	1	4	3	12	11	14
A cada solicitação é feito um modelo de relatório	1	4	1	4	2	8	4	5
Já está determinado em publicação oficial	0	0	4	15	0	0	4	5
Não sabe ou não produz relatórios	8	30	7	27	5	19	20	25

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Contudo, considerando que muitas vezes esses gestores não receberam qualquer tipo de treinamento para exercício dessa função, é possível inferir que tais relatórios tendem a ser bastante simples, em razão da ausência de conhecimento que eles possuem sobre a utilidade da análise criminal enquanto ferramenta de planejamento operacional.

Ainda com o objetivo de escrutinar os relatórios produzidos pelos setores responsáveis pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, os entrevistados foram indagados a apontar as principais informações incluídas nesses documentos. Com isso, foi possível perceber que número de ocorrências global dos principais crimes (75% dos casos) e local de ocorrência (68% dos casos) são dois dados que não podem faltar em tais documentos (Tabela 70).

**Tabela 70** – Conteúdo dos relatórios produzidos pelos setores responsáveis pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Qual é o conteúdo do relatório?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Número de ocorrências global dos principais crimes	23	85	21	81	15	58	59	75
Local de ocorrência	21	78	21	81	12	46	54	68
Número de ocorrências global de todos os crimes	15	56	15	58	15	58	45	57
Taxa de crimes	22	81	12	46	11	42	45	57
Natureza da arma empregada na execução do crime	18	67	15	58	11	42	44	56
Perfil de vítima	20	74	9	35	10	38	39	49
Natureza do objeto subtraído	15	56	10	38	8	31	33	42

Continua >

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

	N	%	N	%	N	%	N	%
Dados do atendimento	12	44	11	42	7	27	30	38
Motivo presumido	10	37	9	35	7	27	26	33
Perfil de autor	13	48	5	19	7	27	25	32

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Outra questão que nos pareceu bastante importante foi entender qual o destino desses relatórios. Logo, a proposta era verificar se esses são disponibilizados apenas para os dirigentes de unidades da própria instituição ou se para todos os interessados na questão. De acordo com os dados sumarizados na Tabela 71, as Secretarias Estaduais de Segurança Pública divulgam muito mais essas informações do que as Polícias Militares e Cíveis, cujos relatórios ainda são produzidos apenas para consumo da própria instituição.

**Tabela 71** – Destino dos relatórios produzidos pelos setores responsáveis pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Destino dos relatórios produzidos no setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	16	62	26	100	79	100
São divulgados	18	67	7	27	7	27	32	41
São utilizados apenas internamente	6	22	16	62	14	54	36	46
Não souberam responder	3	11	3	12	5	19	11	14

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Para melhor entendimento de como ocorre a divulgação dos dados de tais relatórios, os entrevistados foram demandados a apresentarem os meandros de tal sistemática. Com isso, foi possível constatar que apesar de na maioria das situações a circulação do documento ser de natureza restrita, ficando a cargo do chefe do setor a sua liberação ou não para outrem, um número substantivo de gestores afirmou que o relatório é digitalizado e fica disponível na internet para todos os interessados (Tabela 72).

**Tabela 72** – Metodologia de divulgação dos relatórios produzidos pelos setores responsáveis pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Metodologia de circulação dos relatórios produzidos	SSP	PM	PC	Total
Total	19	10	9	38

Continua >

A circulação do documento é de natureza restrita, ficando a cargo do chefe do setor a sua liberação ou não para outrem	3	4	5	12
O relatório é impresso e entregue apenas aos demais órgãos de segurança pública por malote ou mala direta	2	3	2	7
O relatório é digitalizado e enviado apenas para autoridades e órgãos de segurança	2	2	0	4
O relatório é digitalizado e fica disponível na internet para todos os interessados	8	0	2	10
O relatório é divulgado de outra forma	1	0	0	1
O relatório é divulgado apenas sob demanda	3	1	0	4

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Outra informação que nos pareceu importante de ser destacada é como ocorre a análise e divulgação dos dados de homicídio. Isso porque, antes da constituição dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, os dados que eram utilizados como principais indicadores da incidência criminal eram os provenientes do sistema de saúde e que, por isso, diziam respeito ao número de mortes que teriam como causa algum tipo de violência. Além disso, como o homicídio é um dos crimes mais graves, ele é geralmente utilizado como indicador de comparação de distintas realidades no que diz respeito ao grau de violência ou de incidência criminal.

No entanto, em uma perspectiva de política criminal, uma das críticas que é feita ao Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) é a sua incapacidade em diferenciar os homicídios dolosos (aqueles nos quais existe a intenção de matar) dos homicídios culposos (nos quais tal intencionalidade não se verifica). Isso porque o disparo acidental de projétil de arma de fogo, nos registros do SIM, entra apenas como mortes por causas externas decorrentes de arma de fogo, sem qualquer outro tipo de especificação. Assim, como a medida do grau de “violência” de uma dada sociedade é determinada pela quantidade de conflitos que terminam propositalmente em morte, é importante que os sistemas sejam capazes de diferenciar essa informação, não agregando-as em uma mesma categoria. Claro que essa diferenciação quanto à intencionalidade do delito não compete ao sistema de saúde, posto que depende de investigações que apenas o aparato policial têm como realizar.

Ou seja, o enfoque do SIM é epidemiológico e não substitui a importância de um sistema de segurança pública para a coleta de dados bem estruturado. O SIM pode atuar, junto a esse sistema de segurança, como uma importante ferramenta de análise do fenômeno da violência letal, uma vez que permite a comparação entre os dados produzidos pelas instituições de segurança e as mortes tipificadas como violentas no sistema de saúde, indicando patamares máximos e mínimos para a tipificação desse fenômeno pelas instituições de segurança e criando, ainda, mais uma ferramenta de controle social e transparência sobre esses dados à população, uma vez que o SIM é acessível pela internet a qualquer cidadão, o que não acontece com as bases da segurança. Isso significa que a produção de relatórios precisos sobre a situação do crime e da violência em uma dada localidade apenas poderá ocorrer se os sistemas de informação em segurança pública forem analisados vis-à-vis os sistemas de saúde pública.

Além disso, conforme destacado por diversas organizações de proteção aos direitos humanos (como a Human Rights Watch) um dos problemas que assola as forças de segurança no Brasil é a incapacidade dessas em

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

dialogar com os agressores (e suspeitos) o que, por conseguinte, resulta em um elevado número de intervenções policiais que têm como resultado a morte de civis. Logo, a capacidade dessas organizações em registrarem os homicídios decorrentes de situações como essa, também permite o monitoramento da necessidade de requalificação dos profissionais em políticas relacionadas ao uso da força, especialmente, a letal. Destarte, ainda que o SIM procure registrar essa informação na categoria “mortes decorrentes de operação de guerra”, como não estamos em guerra e como as organizações policiais deveriam zelar pela proteção à vida dos civis e não o inverso, ter esses registros somados à categoria homicídio doloso é de extrema importância, já que em algumas localidades um percentual substantivo de mortes intencionais é devida à ação dos próprios agentes da lei.

Por outro lado, conforme o debate atual relacionado à qualidade dos registros de morte violenta parece indicar (Cerqueira, 2011), categorias como “encontro de ossada”, “encontro de cadáver” e “morte suspeita” podem também encobrir casos de homicídios e, por isso, necessitam ser identificadas para que possam ser somadas aos números finais, sob pena de se ter uma taxa de mortes violentas que não reflete a realidade.

Portanto, a questão inserida no formulário de entrevista com os gestores dos setores de produção, análise e divulgação da informação em segurança pública tinha como objetivo verificar de quê forma esses registros (homicídios culposos, homicídios dolosos, mortes decorrentes de intervenção policial, dentre outros) são considerados dentro da categoria mais ampla de homicídio.

A Tabela 73 apresenta tais informações, permitindo-nos concluir que a categoria direta “homicídio doloso” é o indicador principal levado em consideração no cálculo das taxas de mortalidade violenta, sendo que os demais fenômenos citados acima, que não deixam de ser mortes intencionalmente causadas e, portanto, componentes centrais do fenômeno da “violência”, entendido como diretamente ligado à violência letal intencional, são considerados para fins desse cálculo por apenas 1/3 dos setores pesquisados. Por outro lado, é mister destacar a categorização equivocada que alguns setores fazem de suas ocorrências criminais, somando os homicídios culposos e as mortes decorrentes de acidentes de trânsito na categoria homicídio doloso, fazendo com que registros que não deveriam ser enquadrados como mortes intencionalmente causadas o sejam.

**Tabela 73** – Categorias que são contabilizadas como homicídio doloso (aquele no qual existe a intenção de matar) pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

Categorias somadas como homicídio doloso	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homicídio doloso	27	100	23	88	24	92	74	94
Policiais (Militares e Civis) mortos em serviço	12	44	7	27	12	46	31	39
Encontro de cadáver	10	37	9	35	10	38	29	37
Lesão Corporal Seguida de Morte	9	33	11	42	7	27	27	34

Continua >

Roubo Seguido de Morte (latrocínio)	9	33	10	38	7	27	26	33
Resistência com Morte do Opositor – (Auto de Resistência)	11	41	8	31	7	27	26	33
Homicídio culposo	10	37	7	27	4	15	21	27
Encontro de ossada	7	26	5	19	8	31	20	25
Homicídio decorrente de acidente de trânsito	8	30	5	19	6	23	19	24
Morte suspeita	7	26	7	27	5	19	19	24

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, os entrevistados foram perguntados sobre a unidade de registro dessas ocorrências. Isso porque, como se sabe, um mesmo fato criminoso (ocorrência) pode possuir várias vítimas e, assim, para se compreender a gravidade do evento, o ideal é que o registro possua essas duas informações separadamente. Contudo, de acordo com os dados sumarizados na Tabela 74, apenas sete entre as 79 instituições pesquisadas registram a informação tal como idealmente desejado – ocorrências e vítimas separadamente -, sendo que a maioria (70%) registra apenas as vítimas. Importante destacar, contudo, os dois casos discrepantes, que somam as ocorrências e as vítimas. São eles: a Secretaria Estadual de Segurança Pública de Alagoas e a Polícia Civil de Pernambuco<sup>8</sup>.

**Tabela 74 – Unidade utilizada pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública para registro dos homicídios dolosos, por instituição**

Unidade de registro dos homicídios	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total <sup>1</sup>	24	100	22	100	25	100	71	100
As vítimas	17	70	15	68	18	72	50	70
As ocorrências	4	17	4	18	4	16	12	17
Vítimas e Ocorrências, separadamente	3	13	3	14	3	12	9	13

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

<sup>1</sup> Como nem todos entrevistados responderam a essa questão, o total se refere ao total de respondentes desse item e não ao total de entrevistados

Outra informação importante de ser detalhada é a fonte de dados que é utilizada para cálculo das taxas de homicídio doloso. Isso porque pode ocorrer de um caso registrado como tentativa de homicídio pela Polícia Militar, vir a resultar no evento morte no dia seguinte e, por isso, ser registrado como homicídio doloso pela Polícia Civil. Logo, para que as estatísticas sejam capazes de apresentar com maior veracidade possível

<sup>8</sup> A Polícia Civil de Pernambuco informou que o sistema implementado por eles permite a geração de relatórios que têm como unidade de análise as vítimas e as ocorrências, mas utiliza preferencialmente as vítimas, no caso de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, categoria que inclui os homicídios dolosos, para trabalhos internos e divulgação a unidade de análise é a vítima, mas para alimentação do SINESPJC a unidade de análise é a ocorrência. Além disso, no caso específico do homicídio há uma categorização de tipos de acordo com a quantidade de vítimas, qual seja: homicídio doloso com uma vítima; homicídio duplo; homicídio com 3 ou mais vítimas (chacina).

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

o que ocorre nas distintas localidades, faz-se indispensável que o fluxo de investigação preliminar das ocorrências, centralizado na Polícia Civil, seja também refletido nos registros compilados e publicizados por todas as instituições do sistema de segurança pública estadual e, para se ter uma idéia de como isso ocorre, faz-se indispensável a identificação das fontes de informação utilizadas para tal cálculo.

A tabela 75 indica que o banco de dados da Polícia Civil ainda é o mais utilizado para cálculo das estatísticas de homicídio doloso (38%). Isso pode ser explicado pelo fato de essa ter sido a primeira instituição a contabilizar os números de mortes registradas pelos policiais e ser também a instituição em que se centraliza o fluxo de investigação criminal e, por isso, a que tende a possuir os dados mais completos, o que explica a utilização de tal informação, inclusive pela Polícia Militar (19%). Contudo, o dado mais interessante é o que diz respeito ao fato de que 28% das instituições fazem a compatibilização dos bancos de dados das Polícias Militares com os das Polícias Cíveis, produzindo uma informação mais completa e mais qualificada sobre o número de mortes violentas intencionais ocorridas na localidade.

**Tabela 75** – Banco de dados utilizado pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública para cálculo das taxas de homicídio doloso, por instituição

Banco de dados utilizado para cálculo das taxas de homicídio	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
O setor não é responsável pela produção de estatísticas	1	4	1	4	1	4	3	4
Apenas dados da Polícia Civil	8	30	5	19	17	65	30	38
Apenas dados da Polícia Militar	0	0	12	46	1	4	13	16
Compatibilização dos dados da Polícia Civil e da Polícia Militar	13	48	6	23	3	12	22	28
Dados da polícia técnica	1	4	0	0	0	0	1	1
Dados do IML	1	4	1	4	0	0	2	3
Dados da Polícia Civil e do IML	0	0	0	0	4	15	4	5
Outras fontes ou combinações de fontes	3	11	1	4	0	0	4	5

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A última pergunta desse bloco procurava desvelar a opinião do entrevistado no que diz respeito à divulgação da informação em segurança pública. Partimos da suposição de que, como muitas vezes o entrevistado era o responsável pelo setor e tinha sido convidado pelo dirigente maior da instituição a realizar aquela atividade, seria bem provável que este gestor possuísse algum poder de influenciar a política no que se refere às práticas de divulgação de dados.

Nesse sentido, a Tabela 76 aponta que para 22% dos entrevistados, a informação produzida pelo setor

não deve ser publicizada de forma algum, sendo que o maior número de casos de manifestação contrária à constituição de uma política de transparência dos dados é encontrado entre os policiais militares (nove dos 17 casos são dessa organização).

**Tabela 76** – Posicionamento do entrevistado quanto à divulgação dos dados produzidos pelo setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por instituição

As informações em segurança pública produzidas pelo setor devem ser divulgadas?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	25	93	17	65	20	77	62	78
Não	2	7	9	35	6	23	17	22

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Quando perguntados sobre as razões do seu posicionamento em relação à publicidade das informações em segurança pública, os entrevistados que eram a favor de tal ação afirmaram que:

*“é importante para a comunidade tomar ciência dos problemas que estão ocorrendo na área de segurança pública. Por outro lado, o gestor perde tempo de seu trabalho esclarecendo críticas” (SSP – Rio de Janeiro)*

*“porque é uma forma de deixar mais transparente os fatos relacionados à violência e a criminalidade, além de ser uma tentativa de sensibilizar a sociedade a exercer a cidadania” (SSP – Distrito Federal)*

*“as informações criminais produzidas pelo setor devem ser divulgadas para que a sociedade veja o que realmente está acontecendo. Dessa forma, a população possuiria ferramentas para poder distinguir os dados disponibilizados pela imprensa, os quais, em muitos casos, não são informados de modo correto” (PM – Santa Catarina)*

Entre os que afirmaram que a informação criminal não deveria ser publicizada, um deles ofereceu como justificativa para tal posicionamento o entendimento de que “se [tal dado] for divulgado o crime migra” (PM – Bahia); outros destacaram a necessidade de que a informação circule apenas na própria instituição, afirmando que “os dados são para uso interno da polícia” (PM – Paraíba) e que “os dados não devem ser disponibilizados ao grande público, mas somente às instituições de segurança pública” (PC – São Paulo) e, por fim, têm-se os casos em que a organização afirma que a responsabilidade pela divulgação deve ser de outra instituição, como a Secretaria Estadual de Segurança Pública (caso da PM – Rio de Janeiro).

Portanto, no que se refere à política de análise e divulgação de informações em segurança pública foi pos-

## 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

sível perceber que não apenas os sistemas de registro de ocorrência avançaram bastante no que se refere ao desenvolvimento de controles automáticos de inserção de dados, como também há uma maior conscientização por parte das organizações sobre a importância de se analisar tais registros para fins de planejamento operacional. Além disso, a maior parte dos gestores entrevistados está ciente da importância de essas informações serem disponibilizadas a todo o público de alguma forma, revelando um importante fortalecimento das práticas de controle social da segurança pública no Brasil, ainda que existam avanços a serem conquistados nesse campo, especialmente se pensarmos na construção de uma cultura institucional de divulgação de informações junto às Polícias Militares (em que 35% dos gestores entrevistados negaram as práticas de divulgação dos dados).

Os dados revelaram ainda que os sistemas de informação parecem mais integrados e que, por isso, o cálculo das taxas de homicídio doloso leva em consideração, muitas vezes, os desdobramentos que um caso pode possuir na Polícia Civil após o seu registro na Polícia Militar, ainda que o banco de dados utilizado majoritariamente seja o da Polícia Civil, exclusivamente.

Apesar desses avanços, é forçoso notar que as estatísticas de homicídio doloso ainda não são capazes de revelar a totalidade de pessoas intencionalmente mortas como decorrência da violência em determinado estado, posto que esses números, muitas vezes, não levam em consideração categorias como mortes de civis pela polícia, encontro de cadáveres, dentre outros. Além disso, outras situações bastante inusitadas contribuem para questionamento da informação dessa natureza que é divulgada pelos estados, sendo que nesse ponto vale destacar o somatório de ocorrências e vítimas feito por algumas organizações. Como as taxas de homicídio doloso são as medidas principais da situação do crime e da violência em uma dada localidade, essas constatações indicam que a maioria das comparações, bem como diagnósticos não é capaz de refletir a realidade da localidade em razão dos problemas metodológicos que assolam o processo de registro e análise de dados.

Nesse ponto, a análise dos resultados obtidos por este levantamento no tocante às formas de compilação e divulgação dos dados relativos, especialmente, a homicídios dolosos nos revela a importância e a centralidade de um projeto de pesquisa como este na construção de um sistema nacional de segurança pública que efetivamente seja capaz de refletir e comparar a situação do fenômeno da violência em diferentes localidades, a partir da proposição de insumos à padronização de registros e de sistemas de coleta e divulgação de informações criminais.

### 3.5 – Integração com os demais órgãos de segurança pública

Nessa seção, procurou-se identificar as organizações que procuram as instituições analisadas para recebimento ou encaminhamento de informações em segurança pública. Assim, para escolher quais casos serão de-



talhados, posto que participam desse processo de intercâmbio de dados, a primeira pergunta realizada foi se o setor era procurado pelas demais organizações do sistema de segurança pública em razão das informações que ele produz. As respostas indicaram que em 82% dos casos, as instituições pesquisadas são demandadas em termos de disponibilização de informação em segurança pública (Tabela 77). As mais demandadas são as SSPs e as menos são as Polícias Militares.

**Tabela 77** – Setores que são procurados pelas demais organizações do sistema de segurança pública em razão das informações que produzem, por instituição

A organização é procurada por outras em razão das informações que produz?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	25	93	19	73	21	81	65	82
Não	2	7	7	27	5	19	14	18

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em parte, o resultado sumarizado pela Tabela 77 já era, em parte, esperado uma vez que as SSPs são as que mais realizam a atividade de produção de relatórios de análise criminal e, por conseguinte, disponibilização dos mesmos ao público em geral e, por isso, é bem provável que essa instituição também seja reconhecida pelos demais organismos que trabalham com a questão como fonte de dados.

Assim, a segunda pergunta procurava identificar quais são as organizações que procuram o setor em busca de informação em segurança pública. Nesse quesito, como pode ocorrer de mais de uma organização procurar o setor em busca desse tipo de dado, cada respondente deveria mencionar todas as instituições que, em algum momento, entraram em contato em busca de qualquer tipo de informação em segurança pública.

Nesse ponto, algumas questões merecem ser destacadas. Primeiro, o fato de que a SSP parece ser mais procurada (do que a PM e a PC), pelas demais instituições, quando a questão é a obtenção de informação em segurança pública. As organizações que mais demandam acesso a tais dados são as Polícias (militares e civis), outras Secretarias Estaduais de Segurança Pública e, ainda, a imprensa. Destaca-se ainda as Universidades, que foram apontadas por 19% dos respondentes como instituições que recorrem ao setor para obter informações sobre segurança pública. Por fim, é interessante apontar que um percentual substantivo de entrevistados não respondeu a essa questão, o que pode indicar que o setor não é reconhecido pelas demais instituições como localidade que repassa informações em segurança pública (Tabela 78).

**Tabela 78 >**

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 78** – Organizações que procuram os setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública para a obtenção de dados, por instituição

Organizações que procuram o setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Polícia Militar	21	78	16	62	10	38	47	59
Polícia Civil	20	74	10	38	16	62	46	58
Secretaria Estadual de Segurança Pública	16	59	12	46	16	62	44	56
Imprensa	19	70	13	50	10	38	42	53
Ministério Público	12	44	9	35	9	35	30	38
ONG's /Organizações da sociedade civil	14	52	3	12	7	27	24	30
Gabinete de Gestão Integrada Estadual	13	48	5	19	4	15	22	28
Bombeiros Militares	14	52	3	12	2	8	19	24
Judiciário	8	30	1	4	8	31	17	22
Guarda Municipal	9	33	4	15	2	8	15	19
Universidade	6	22	4	15	5	19	15	19
Secretaria Estadual de Defesa Civil	6	22	3	12	3	12	12	15
Secretaria Municipal de Segurança Pública	8	30	1	4	2	8	11	14
Conselho de Segurança Pública Estadual	8	30	0	0	3	12	11	14
Disque Denúncia	6	22	3	12	1	4	10	13
Secretaria Municipal de Defesa Civil	7	26	1	4	1	4	9	11
Gabinete de Gestão Integrada Municipal	6	22	0	0	3	12	9	11
Conselho de Segurança Pública Municipal	3	11	0	0	1	4	4	5
Não é procurado por outro órgão ou instituição	2	7	7	27	5	19	14	18

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Já a pergunta seguinte procurou mapear as instituições que os setores em análise procuram quando desejam obter informações relacionadas à segurança pública. Para fins de comparação com a questão anterior, foram mantidas exatamente as mesmas categorias, pois isso permite verificar se as instituições que procuram o setor em busca de informações em segurança pública são também as que o setor procura quando necessita obter dados semelhantes.

As polícias ainda são os órgãos mais procurados pelas instituições (SSP, PM e PC) quando essas necessitam de qualquer informação em segurança pública. Destarte esse fato, 27% de todos os respondentes afirmaram que não procuram outras instituições em busca de informações em segurança pública (Tabela 79).

Tabela 79 >

**Tabela 79** – Organizações que são demandadas pelos setores analisados para a obtenção de informação em segurança pública, por instituição

Organizações que o setor procura	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Polícia Civil	15	56	8	31	4	15	27	34
Polícia Militar	13	48	2	8	5	19	20	25
Secretaria Estadual de Segurança Pública	1	4	9	35	5	19	15	19
Bombeiros Militares	5	19	1	4	6	23	12	15
Disque Denúncia	4	15	1	4	1	4	6	8
Guarda Municipal	2	7	1	4	1	4	4	5
Secretaria Municipal de Segurança Pública	3	11	1	4	0	0	4	5
Gabinete de Gestão Integrada Estadual	4	15	0	0	0	0	4	5
Judiciário	2	7	0	0	2	8	4	5
Conselho de Segurança Pública Estadual	2	7	0	0	0	0	2	3
Conselho de Segurança Pública Municipal	1	4	0	0	0	0	1	1
Gabinete de Gestão Integrada Municipal	1	4	0	0	0	0	1	1
Secretaria Estadual de Defesa Civil	0	0	1	4	0	0	1	1
Ministério Público	0	0	1	4	0	0	1	1
Universidade	0	0	0	0	1	4	1	1
Secretaria Municipal de Defesa Civil	0	0	0	0	0	0	0	0
Imprensa	0	0	0	0	0	0	0	0
ONG's /Organizações da sociedade civil	0	0	0	0	0	0	0	0
Não procura outro órgão ou instituição	3	11	8	31	10	38	21	27

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Para aqueles que afirmaram procurar alguma organização em busca de informação em segurança pública foi perguntado ainda em que situações isso ocorre. Com isso, constatou-se que as instituições em análise procuram outras instâncias ou organizações quando desejam complementar o seu relatório, que provavelmente subsidiará alguma intervenção pública, com outras informações que não são produzidas pelo setor (Quadro 11):

**Quadro 11** – Razões apontadas pelos respondentes para busca de informações nas organizações mencionadas

Órgão procurado	Por que é procurado
Guarda municipal	Busca de informações sobre danos ao patrimônio público e pichações – PC de Santa Catarina
Secretaria Municipal de Segurança Pública	Para o mapeamento de informações municipais que podem compor a análise dos dados – SSP de São Paulo

Continua >

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

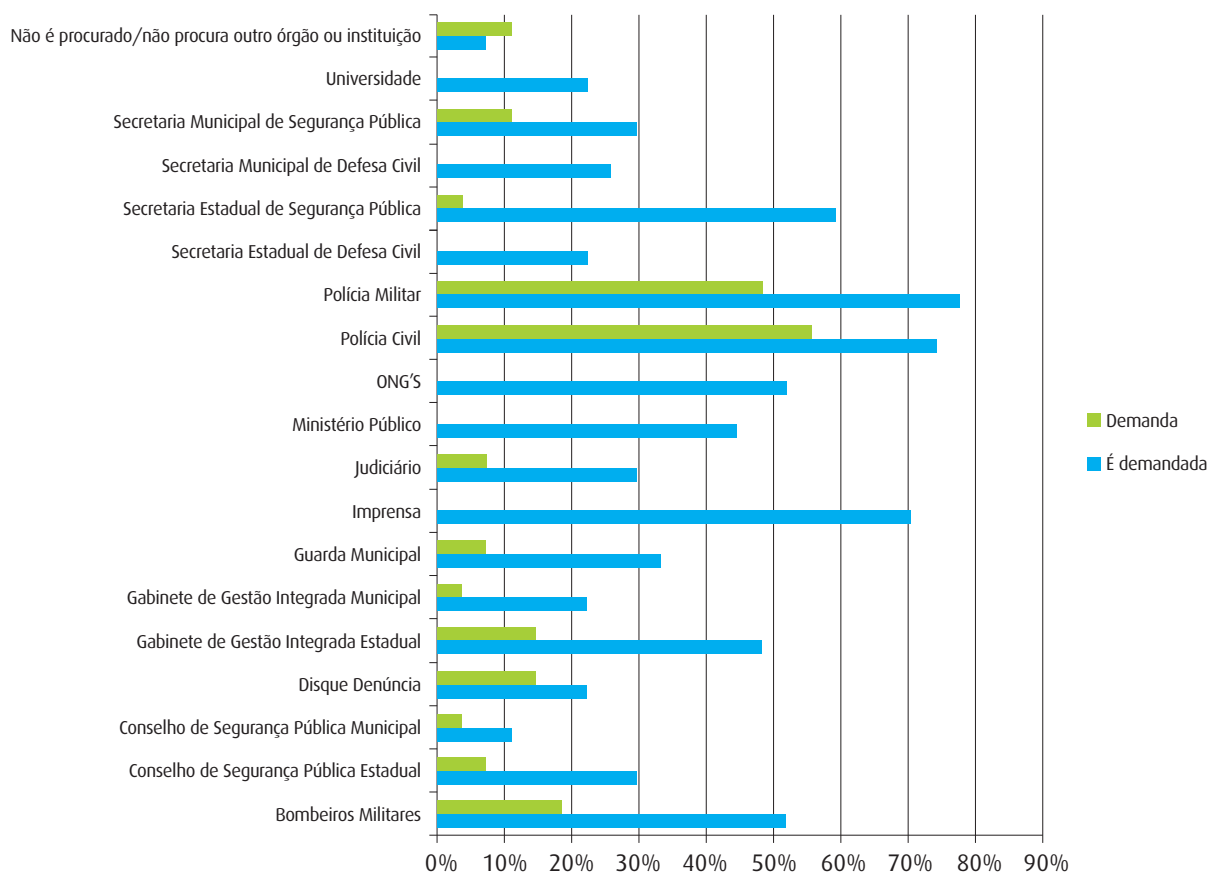
Conselho de Segurança Pública Municipal	Este órgão participa de reuniões com o setor, no sentido de compartilhar idéias para elaboração de ações – SSP do Rio Grande do Sul
Secretaria Estadual de Segurança Pública	Para confrontar e complementar informações – PC do Mato Grosso
Conselho de Segurança Pública Estadual	São buscadas informações acerca das políticas utilizadas pelo próprio conselho – SSP do Paraná
Gabinete de Gestão Integrada Estadual	Para se ter acesso aos dados produzidos pelas instituições que integram o GGI – SSP do Amapá
Polícia Militar	O setor troca informações sobre erros e problemas na alimentação de dados com este órgão – SSP de Santa Catarina
Polícia Civil	Para se corrigir as informações do banco de dados e para solicitar dados não enviados – SSP do Distrito Federal
Judiciário	O setor tem tentado desenvolver com o judiciário alternativas para que o processo de recebimento de inquéritos produzidos pela polícia civil possa ser por meio digital, assim como para que a polícia civil possa receber dados acerca do fluxo criminal após o recebimento do inquérito pelo judiciário – PC do Paraná
Bombeiros Militares	Para solicitar dados de incêndio, afogamentos, danos ao patrimônio e laudos de fiscalização – SSP do Acre
Disque Denúncia	O setor procura o órgão no sentido de verificar informações que chegam ao órgão e não viram ocorrências policiais de fato – PC do Rio Grande do Sul

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Logo, os relatos trazidos pelos gestores acerca das razões que motivam o setor a procurar outras organizações em busca de informações em segurança pública parecem indicar que outras agências também podem contribuir com dados importantes, que podem auxiliar na elaboração de diagnósticos mais precisos sobre as situações de crime e violência. Apesar da importância desse intercâmbio de dados, as Tabelas 78 e 79 parecem indicar que as instituições pesquisadas (SSP, PM e PC) são mais demandadas do que demandam informação em segurança pública; algo que se torna ainda mais evidente quando se analisa os Gráficos 03 a 05.

Gráfico 03 >

**Gráfico 03** – Comparação entre o percentual de instituições que demandam e que são demandadas em termos de informações em segurança pública – Secretaria Estadual de Segurança Pública

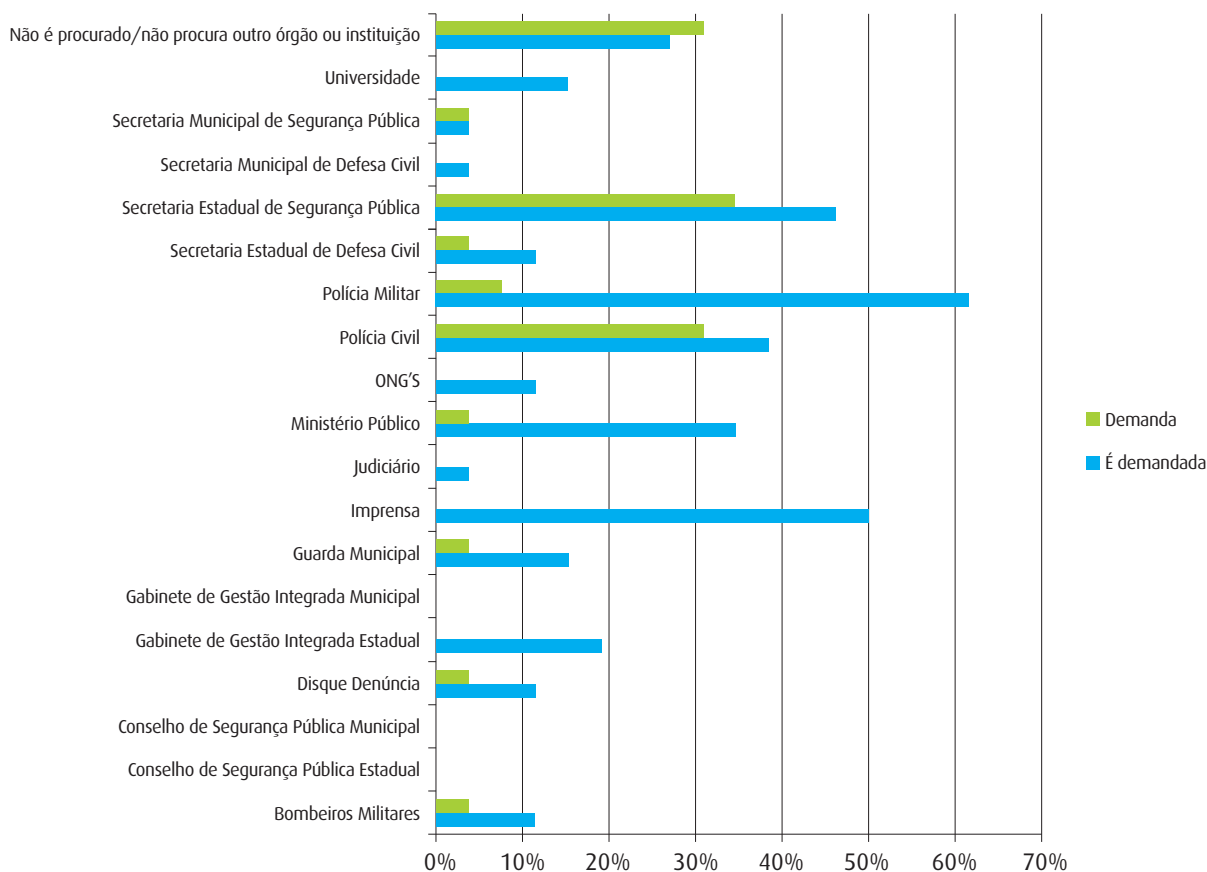


**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Gráfico 04 >

### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

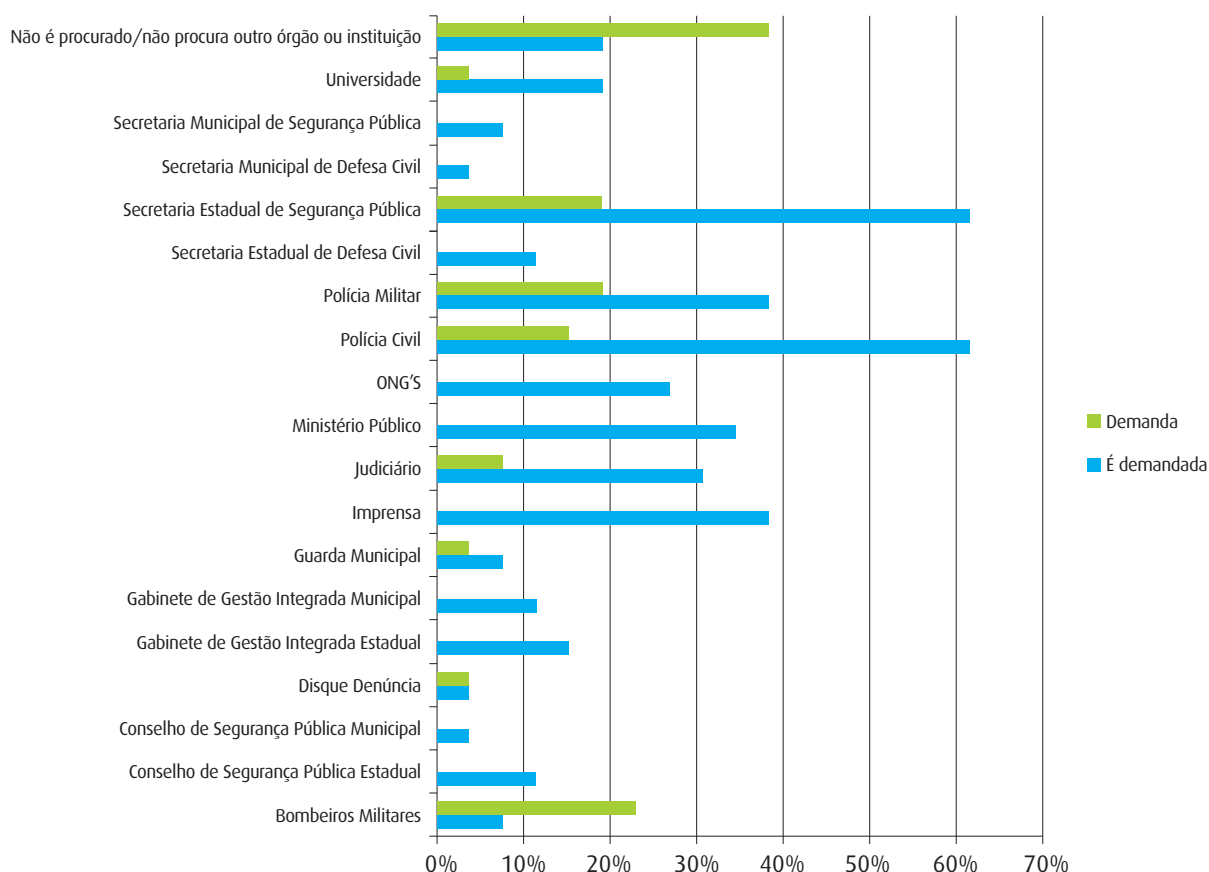
**Gráfico 04** – Comparação entre o percentual de instituições que demandam e que são demandadas em termos de informações em segurança pública – Polícia Militar



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Gráfico 05 >

**Gráfico 05 – Comparação entre o percentual de instituições que demandam e que são demandadas em termos de informações em segurança pública – Polícia Civil**



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Essas figuras indicam, por um lado, a institucionalização dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública enquanto agências responsáveis pela disseminação de dados desse gênero, uma vez que tais unidades são procuradas pelas distintas organizações que trabalham com o tema; por outro lado, o fato de esses setores tenderem a não procurar essas mesmas agências quando necessitam de informações parece denotar que eles ainda trabalham de maneira razoavelmente isolada, não sendo capazes de demandarem dados que poderiam sofisticar o planejamento operacional ou os relatórios que o setor produz.

Além disso, quando os três gráficos são comparados entre si, é possível perceber como os setores de produção, análise e disseminação de informação em segurança pública das polícias (militares e civis) estão



# 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

mais isolados das organizações que possuem interesse na temática do que os setores da SSP, já que essa última instituição possui um percentual de “não procura outros órgãos em busca de informação” e de “não é procurado por outros órgãos” substancialmente menor do que os verificados na PM e na PC.

## 3.6 - Procedimentos relacionados ao SINESPJC

Nessa seção, procurou-se escrutinar quais são os procedimentos que o entrevistado segue na alimentação do SINESPJC, já que esse é o sistema responsável por coletar as informações sobre incidência criminal nos estados e, em seguida, viabilizar a disseminação de tais dados nacionalmente, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Logo, a primeira pergunta realizada foi se o setor é o responsável pela alimentação de tal sistema, já que, conforme verificado com os resultados do questionário web, apesar de alguns entrevistados estarem cadastrados como gestores de tal sistema, diversos não mais ocupam esse cargo ou não realizam essa função.

Dessa forma, por analogia, o nosso entendimento era o de que o mesmo fenômeno poderia afetar o setor como um todo, o qual apesar de cadastrado pela SENASP como responsável pela alimentação do SINESPJC poderia não realizar tal atividade. Os dados coletados, em certa medida, confirmam essa suposição, já que 51% dos entrevistados afirmaram que o setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública no qual a nossa visita ocorreu não era o responsável pela alimentação do SINESPJC (Tabela 80).

**Tabela 80** – Responsabilidade do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública pela alimentação do SINESPJC, por instituição

Responsável pela alimentação do SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	14	52	10	38	15	58	39	49
Não	13	48	16	62	11	42	40	51

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Esse dado é bastante preocupante, principalmente, quando são analisadas as justificativas apresentadas pelos gestores para a não alimentação do SINESPJC pelo setor. Para uma compreensão mais detalhada desse cenário, o Quadro 12 sumariza as respostas dos gestores por organização que não alimenta o SINESPJC.

Algumas questões apontadas pelos entrevistados merecem ser destacadas para que seja possível o aprimoramento do SINESPJC. Primeiro, destaca-se que dos 40 gestores que responderam que não alimentam o



SINESPJC, apenas 36 apresentaram alguma justificativa para tal fato, sendo que desses nove eram oriundos da SSP, 10 da PC e 17 da PM. Logo, a Polícia Militar parece ser a organização que ainda possui maior dificuldade ou resistência para inserir as suas informações nesse sistema.

Segundo, o fato de que vários setores afirmaram não alimentar o SINESPJC, sem que isso signifique, no entanto, que as informações sobre incidência criminal não sejam repassadas à SENASP. O que ocorre é que a inserção de informações é realizada diretamente pelas delegacias (PC) ou pelos batalhões (PM), sendo que o setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública realiza apenas a atividade de supervisão desse processo, mas não atua diretamente junto ao sistema de coleta. Nesse ponto, cumpre destacar, que o SINESPJC foi pensado para ser alimentado, idealmente, dessa maneira compartilhada entre os órgãos de segurança pública em todos os estados da federação. Esse é o caso da PM do Amapá, da PC do Mato Grosso e da PM de Pernambuco.

Terceiro, as respostas dos entrevistados indicam em alguns casos o velho jogo de “empurra-empurra” de responsabilidades parece se verificar também no caso do SINESPJC. Em diversas situações, as polícias dizem que não alimentam tal sistema porque essa tarefa é responsabilidade das Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Com isso, percebe-se que apesar de o SINESPJC possuir vários módulos, que deveriam ser alimentados pelas distintas instituições que compõem o sistema de segurança pública, apenas alguns deles são preenchidos.

Por fim, destacam-se ainda os casos em que a alimentação do SINESPJC não ocorre porque não existem equipamentos tecnológicos suficientes para tanto (PM de Alagoas, PC do Amapá e SSP de Goiás, que afirmam que a “ponta do processo” não pode inserir as informações no SINESPJC porque não possui computadores em quantidade suficiente) ou porque não existem profissionais especialmente designados para o exercício dessa função (PM do Piauí). Acresce-se a isso as situações em que os responsáveis nomeados para a inserção de tal informação não o fazem porque julgam não possuírem um reconhecimento institucional por parte da SENASP enquanto gestores e, por isso, não podem se ocupar com a alimentação do sistema (PM de Rondônia).

**Quadro 12 >**



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Quadro 12** – Justificativas apontadas pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública para não alimentação do SINESPJC, por estado da federação e instituição

Estado	Instituição	Razão apresentada para não alimentar o sistema
Acre	PM	O setor visitado não é responsável por alimentar o SINESPJC, quem tinha esta função era o Coordenador do CIOSP, somente a partir de julho de 2011 o setor teve contato com o sistema e passará alimentá-lo depois de novembro.
Alagoas	PM	O setor não está estruturado para a realização dessa atividade.
Amapá	SSP	Cada Delegacia de Polícia tem um responsável por alimentar o sistema, mas na prática não é isto que ocorre, pois nem todas as Delegacias possuem computador e internet.
	PM	Em cada um dos Batalhões há um policial que fica responsável por esta atividade, após o envio dos dados a SENASP o Batalhão envia um ofício ao setor informado que a atividade já foi realizada, a equipe do setor confere e dá um posicionamento ao Batalhão caso esteja tudo correto.
	PC	De acordo com a entrevistada não é este setor o responsável por alimentar o SINESPJC. Desde Setembro de 2011 cada Delegacia conta com um policial para esta atividade. No entanto, os Delegados estão resistindo em alimentar o sistema com dados anteriores a este período. Além disso, as unidades do interior do Estado não alimentam o sistema porque não possuem os equipamentos (computadores) necessários para tanto.
Amazonas	PM	O Capitão Schimitz, me informa que é nomeado como gestor do SINESPJC (módulo PM), mas que não é ele quem alimenta o sistema. Ele informa que por conta da organização das forças de segurança a Secretaria de Segurança fica responsável por alimentar todos os módulos (PM, PC e SSP).
Bahia	SSP	A alimentação é feita pelo CEDEP.
Ceará	PM	O setor não trabalha com estatística, isso é de responsabilidade da SSPDS
	PC	A alimentação é de responsabilidade do setor de estatística da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).
Distrito Federal	PM	O setor é responsável por alimentar o SINESPJC. Porém, o responsável pelo preenchimento é o capitão Cavalcanti, que se encontrava de férias no período da visita. Assim, o entrevistado, que não possui função de gestor ou suplente do SINESPJC, não sabia responder as questões sobre os procedimentos relacionados ao sistema.
Espírito Santo	PM	Quem alimenta o SINESPJC é a Secretaria Estadual de Segurança Pública, não a PM.
Goiás	SSP	Afirma não alimentar o SINESPJC em razão de sua precária estrutura e por saber que a PM e a PC já realizam tal atividade.
Maranhão	PM	A alimentação não está ocorrendo, não foi feito o trabalho de implantação e o gestor não conhece o SINESPJC.
Mato Grosso	PM	Não alimenta o SINESPJC porque a gestão do banco de dados está com a polícia civil. O gestor alegou que já era assim quando assumiu cargo no setor.
	SSP	O Núcleo de Estatística e Análise Criminal valida e monitora a alimentação do SINESPJC. Quem alimenta o sistema são os policiais civis nas delegacias.
	PC	O gestor informou que quem alimenta o sistema são os policiais das delegacias. Ele apenas checa se os preenchimentos estão corretos.
Minas Gerais	PM	A PM realizou a alimentação do SINESPJC até 2010 e atualmente esta se adequando à nova metodologia para enviar os dados, razão pela qual não tem alimentado o referido sistema há mais de um ano.
Pará	PC	Não é o setor de estatística da Polícia Civil o responsável por alimentar o SINESPJC, a Polícia Civil não tem quem alimente o sistema, mas pretende no próximo ano retornar com esta atividade.
Paraíba	SSP	Essa atividade é realizada pela gestora da polícia civil.

Continua >

Estado	Instituição	Razão apresentada para não alimentar o sistema
Paraná	PM	No estado do Paraná é a Secretaria de Segurança Pública a responsável por alimentar o SINESPJC.
	PC	Somente alimenta um dos relatórios, o que diz respeito a 5% das informações pedidas pelo SINESPJC (dados a respeito de inquéritos policiais). Os outros 95% dos dados que devem alimentar o SINESPJC são de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (CAPE).
Pernambuco	PM	É descentralizado, cada unidade coloca os dados.
Piauí	SSP	Esta função é exercida pela polícia civil.
Piauí	PM	O setor não consegue alimentar o SINESPJC porque falta pessoal para a realização dessa atividade.
Rio de Janeiro	PM	O ISP alimentava até 2008. Desde meados do ano passado, lançou-se um decreto para a PM alimentar o SINESPJC. Só que para isso, o setor precisaria passar por modificações que ainda estão em andamento, principalmente os relacionados aos tipos penais propostos pelo SINESPJC.
	PC	Não sabe responder se o órgão alimenta o SINESPJC
Rio Grande do Norte	SSP	Esta função é exercida pela polícia civil.
	PM	A responsabilidade de preenchimento do SINESPJC no estado é da Secretaria de Segurança Pública.
Rondônia	PC	Desde julho de 2011 cada Delegacia recebeu a função de preencher suas estatísticas no sistema, sendo que o setor ficou com a função de gerenciar este preenchimento.
	PM	O setor é responsável por alimentar o SINESPJC, mas o entrevistado não foi nomeado para tal função, apenas indicado, e além dele existe outro profissional envolvido no processo de gerenciamento do SINESPJC em seu órgão que também não foi nomeado como gestor ou suplente do sistema, mas ela afirma que este profissional assim como ela possui conhecimento dos fluxos do sistema, mas como não foi nomeado, não alimenta.
Roraima	PC	Não alimenta o SINESPJC pelo fato de não ser oficialmente o setor de estatística da polícia civil.
Santa Catarina	SSP	De acordo com o gestor, o setor é responsável por alimentar o sistema, mas não o faz. Ainda segundo o gestor, o setor pretende colocar as informações em dia no SINESPJC, mas o processo ainda não havia sido iniciado até o momento da realização da entrevista.
	PC	O SINESPJC é alimentado na Secretaria de Segurança Pública
São Paulo	PC	A gestora afirma que o preenchimento do SINESPJC é feito somente pelo Osvaldo, gestor da CAP, que insere os resultados consolidados da Resolução 160, repassados pelo NAD, no módulo de ocorrências da Secretaria.
Sergipe	SSP	Não existe para o corpo de bombeiros
	PM	Não alimenta porque não existem informações suficientes, completas, com todos os campos para que os dados possam ser inseridos no SINESPJC.

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Considerando que um dos propósitos dessa pesquisa é conhecer melhor como os estados encontram-se estruturados em termos de equipamentos necessários para a alimentação do SINESPJC, já que esse é um dos pontos nos quais a SENASP pode intervir, a questão seguinte perguntava se a estrutura na qual o gestor está lotado é adequada para atender às demandas gerencias de tal sistema em termos de coleta, tratamento, análise, envio e consulta de informações.

Antes de apresentar os resultados decorrentes das respostas a essa questão é importante salientar que, apesar de vários entrevistados terem afirmado que não alimentam o SINESPJC, alguns deles responderam esse bloco de perguntas, pois pode acontecer de os gestores terem alimentado no passado e nesse momento



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

não o fazerem em razão de alguma questão burocrática (por exemplo, o gestor não foi nomeado pela SENASP ou houve algum tipo de mudança no regulamento transferindo a responsabilidade para outro setor).

Entre os que responderam à questão sobre estrutura para diálogo do setor com o SINESPJC (coleta, tratamento, análise, envio e consulta de informações), 43% afirmaram que possuem os equipamentos necessários para a realização de tal atividade, sendo que a Polícia Militar parece ser a instituição menos estruturada para a realização dessas atividades (Tabela 81).

**Tabela 81** – Opinião dos entrevistados sobre a adequabilidade da estrutura do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública para alimentação do SINESPJC, por instituição

Possui estrutura para dialogar com o SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	20	100	16	100	17	100	53	100
Sim	10	50	2	13	11	65	23	43
Não	10	50	14	88	6	35	30	57

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, procurou-se escrutinar a institucionalidade do respondente enquanto interlocutor da SENASP e, por isso, a primeira questão foi se o respondente exercia a função de Gestor do SINESPJC, tendo sido nomeado conforme a Portaria, ou se ele apenas tinha sido indicado por alguém do setor para ocupar essa função. Entre os que responderam a essa pergunta, 86% afirmaram que foram nomeados para a realização dessa atividade (Tabela 82).

**Tabela 82** – Institucionalidade do respondente perante o SINESPJC, por instituição

Institucionalidade do gestor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	20	100	14	100	17	100	51	100
Foi indicado para ocupar a função	1	5	3	21	3	18	7	14
Foi nomeado	19	95	11	79	14	82	44	86

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Com o intuito de desvelar quantas pessoas são efetivamente envolvidas com o processo de alimentação do SINESPJC, a pergunta seguinte dizia respeito à existência no setor de produção, análise e divulgação de

informação em segurança pública de outro profissional envolvido nesse processo e que não era nomeado como Gestor ou Suplente de tal sistema pela SENASP. As respostas indicaram que, ainda que o governo federal procure coibir esse tipo de situação, essa parece ser a regra na maioria dos setores que faz a alimentação do SINESPJC (Tabela 83).

**Tabela 83 – Existência de outro profissional envolvido no processo de gerenciamento do SINESPJC, por instituição**

Existe outro profissional envolvido no processo de gerenciamento do SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	18	100	14	100	16	100	48	100
Sim	13	72	9	64	12	75	34	71
Não	5	28	5	36	4	25	14	29

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Entre as possíveis razões para tal configuração destaca-se o fato de que os respondentes, na maioria das situações, eram pessoas que haviam sido convidadas a trabalhar no setor sem, contudo, possuir qualquer conhecimento do trabalho a ser exercido, além de iniciar suas atividades sem receber qualquer treinamento para tanto. Com isso, um elevado percentual de profissionais fica à mercê dos funcionários mais antigos do setor, que devem lhe “treinar” para a realização da atividade ou ainda realizar algumas funções que seriam responsabilidade do respondente, uma vez que esse não possui conhecimento para tanto.

Nesse cenário, pode acontecer de o indivíduo nomeado como gestor do SINESPJC ser alguém que não possui qualquer familiaridade com a inserção de informações em sistemas estatísticos e, assim, apesar de ele ser a pessoa que formalmente deveria realizar tal ação, na realidade, quem a faz é alguém que trabalha no setor há muitos anos, mas que não foi nomeado pela SENASP para tal função simplesmente porque não ocupa qualquer cargo em comissão.

Com o objetivo de testar essa hipótese, a pergunta seguinte dizia respeito ao conhecimento que essa pessoa, que auxilia no gerenciamento do SINESPJC, possui com relação ao fluxo de rotinas desse sistema. Com isso, foi interessante perceber que dos 33 casos que contam com outra pessoa alimentando o sistema, 12 não possuem esse conhecimento (Tabela 84). Essa informação revela um quadro um tanto quanto dramático, já que o gestor nomeado pela SENASP para gerenciamento do SINESPJC não apenas não realiza tal atividade como parece delegá-la para quem não possui conhecimento suficiente para o seu exercício.

**Tabela 84 >**



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 84** – Relação entre existência de outro profissional responsável pelo gerenciamento do SINESPJC (que não o gestor nomeado pela SENASP) e conhecimento que esse indivíduo possui das rotinas de tal programa

Existe outro profissional envolvido no processo de gerenciamento do SINESPJC em seu órgão que não foi nomeado como Gestor ou Suplente do sistema?	Este profissional possui conhecimento dos fluxos do SINESPJC (coleta, tratamento, análise, envio e consulta)?		
	Não	Sim	Total
Total	13	23	36
Não	1	2	3
Sim	12	21	33

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

As questões seguintes procuravam desvelar o grau de conhecimento que o respondente possuía em relação às rotinas do SINESPJC, pois, em um cenário no qual há várias pessoas cuidando do gerenciamento desse programa, é importante que pelo menos o contato institucional da SENASP possua clareza quanto a esses procedimentos, até para que ele possa repassar aos demais envolvidos quais são as rotinas a serem executadas.

Logo, entendeu-se que o conhecimento do respondente seria tanto maior se alguma vez ele já tivesse executado quaisquer das rotinas do SINESPJC e, desta forma, a primeira pergunta dizia respeito à experiência anterior com o preenchimento ou conhecimento do formulário do módulo de coleta. Assim, 29 dos 43 entrevistados que responderam a essa questão, afirmaram que possuem notícia de como esse módulo deve ser alimentado (Tabela 85).

**Tabela 85** – Conhecimento do entrevistado em relação ao módulo coleta do SINESPJC, por instituição

Preencheu ou tem conhecimento do módulo de coleta do SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	17	100	12	100	14	100	43	100
Sim	12	71	6	50	11	79	29	67
Não	5	29	6	50	3	21	14	33

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Com o objetivo de compreender qual o grau de dificuldade que o entrevistado possui na alimentação do módulo de coleta, além de uma pergunta que mensurava esse item, outra que detalhava os problemas específicos encontrados na execução de tal atividade também foi inserida no questionário.

Com isso, foi possível constatar que dos 37 entrevistados que responderam à questão sobre dificuldades na alimentação do SINESPJC, apenas 13 relataram algum tipo de dificuldade (Tabela 86), sendo essas

relacionadas à (1) extensão do formulário (SSP – RS; PM – RN); (2) o usuário não conseguir enviar as informações via web, já que o sistema não faz upload (SSP – PE); (3) a mudança de interface, de uma natureza para outra, ser muito lenta, tornando o processo de inserção de informações cansativo e demorado (PM – GO, PC – RS, PC – MA); (4) as unidades não estarem todas cadastradas no sistema e o usuário não saber como inserir novas unidades para alimentação (PM – PA); (5) o setor não possuir algumas das informações que são demandadas pelo sistema (PC – AC, PC – PI); (6) o sistema não possuir qualquer mensagem de alerta quando informações incongruentes são inseridas (PC – BA).

**Tabela 86 – Possui dificuldade na alimentação do módulo de coleta de informações do SINESPJC, por instituição**

Verificou alguma dificuldade na alimentação do módulo coleta do SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	14	100	7	100	16	100	37	100
Sim	3	21	5	71	5	31	13	35
Não	11	79	2	29	11	69	24	65

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A questão seguinte procurava compreender como os entrevistados alimentam o SINESPJC. Assim, dos 35 que responderam a essa questão, 16 disseram realizar tal atividade a partir da importação de um arquivo em formato txt; 10 a partir do módulo local e nove através do módulo web (Tabela 87).

**Tabela 87 – Formas de alimentação do módulo de coleta do SINESPJC, por instituição**

Formas de alimentação do SINESPJC	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	13	100	7	100	15	100	35	100
importação via txt	6	46	3	43	7	47	16	46
módulo web	2	15	2	29	5	33	9	26
módulo local	5	38	2	29	3	20	10	29

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, os entrevistados foram indagados quanto aos procedimentos adotados antes do envio dos dados via SINESPJC. Logo, a primeira questão dizia respeito à realização de algum tipo de verificação, como geração de um relatório comparando os dados da base local com os dados que serão enviados. Dos 37 entrevistados



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

que responderam a essa questão, 24 afirmaram realizar algum procedimento de tal natureza (Tabela 88), sendo o mais comum a geração de relatório comparando os dados da base local com os dados que serão enviados.

**Tabela 88** – Realiza algum procedimento para checagem das informações inseridas no SINESPJC antes do seu envio final, por instituição

Verifica os dados antes do envio final ao SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	14	100	8	100	15	100	37	100
Sim	12	86	3	38	9	60	24	65
Não	2	14	5	63	6	40	13	35

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Os entrevistados destacaram que nesse processo de checagem da informação, caso algum erro seja constatado, são adotados os seguintes procedimentos: (1) correção manual, pelo próprio setor, da informação equivocada; (2) comunicação do equívoco à unidade responsável pelo preenchimento, sendo essa a responsável pela correção do dado no SINESPJC; (3) realiza um contato direto com o responsável pelo SINESPJC junto à SENASP informando sobre o erro e, em seguida, envia ao mesmo a correção dos dados por e-mail.

Os entrevistados foram demandados também a apresentarem propostas de melhoria para o módulo de coleta de informações do SINESPJC. Entre as sugestões apresentadas, destacam-se as seguintes: (1) uniformização dos padrões de coleta de dados, já que os estados entendem de modo diferenciado como as informações devem ser sistematizadas e os manuais repassados pela SENASP não esclarecem devidamente todas as dúvidas (SSP – ES); (2) redução do número de categorias solicitadas, juntamente com o aprofundamento de algumas categorias consideradas mais significativas (SSP – RS; PC – PA); (3) construção de uma ferramenta que permita ao SINESPJC ser online em tempo integral e diretamente interligado aos sistemas de informação estaduais (SSP – MS); (4) ampliação das tipificações criminais do sistema do Ministério da Justiça, com a inserção de tipos penais que são “específicos” de cada estado (PM – TO; PM – MS; PM – RO). Logo, as respostas parecem indicar que nem os próprios gestores possuem um posicionamento unânime quanto ao que deveria ser registrado no SINESPJC, já que, enquanto alguns desejam diminuir o número de categorias para as quais devem coletar informações outros desejam ampliá-las.

Contudo, é importante destacar que SINESPJC não foi projetado apenas para coletar informações junto aos estados, mas também para fornecer aos gestores dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública dados sobre a incidência criminal em outras localidades e, até mesmo, no estado do próprio gestor, já que o sistema congrega informações oriundas de diferentes instituições.



Assim, a questão seguinte procurou desvelar se após o envio dos dados para o SINESPJC, o usuário realiza qualquer tipo de consulta. Dos 35 gestores que responderam a essa questão, 18 disseram desempenhar essa atividade (Tabela 89).

**Tabela 89 – Realização de consultas no SINESPJC após envio das informações, por instituição**

Depois do envio, realiza consultas no SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	14	100	6	100	15	100	35	100
Sim	9	64	3	50	6	40	18	51
Não	5	36	3	50	9	60	17	49

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Além disso, procurou-se investigar se existe algum tipo de dificuldade quando são realizadas consultas. Dos 22 gestores que responderam a essa questão, 14 disseram não possuir qualquer problema com a realização de tal ação (Tabela 90). Apesar disso, sugeriram como melhoria para esse módulo do SINESPJC a criação de mais caixas e janelas informativas, esclarecendo os passos a serem tomados para a consecução dessa atividade, bem como a criação de ferramentas que tornem o sistema mais leve e, por conseguinte, mais dinâmico.

**Tabela 90 – Verificação de alguma dificuldade quando da realização de consultas ao SINESPJC, por instituição**

Dificuldade na realização de consultas no módulo análise do SINESPJC	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	12	100	4	100	6	100	22	100
Sim	1	8	2	50	5	83	8	36
Não	11	92	2	50	1	17	14	64

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A questão seguinte procurava detalhar a natureza das consultas realizadas pelos gestores no SINESPJC e, por isso, indagava sobre a extração de dados relativos à incidência criminal no estado do respondente. Dos 37 indivíduos que responderam a essa pergunta, apenas 11 afirmaram realizar esse tipo de consulta (Tabela 91) e disseram que essa informação é utilizada para redação de relatórios, a serem encaminhados ao secretário, com dados da região e do estado.



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 91 – Realização de consulta extração de dados relacionados ao estado do módulo de análise do SINESPJC, por instituição**

Realiza extração de dados relacionados ao seu estado do módulo de análise do SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	14	100	8	100	15	100	37	100
Sim	5	36	3	38	3	20	11	30
Não	9	64	5	63	12	80	26	70

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, os entrevistados foram perguntados quanto à consulta dados de outros estados via SINESPJC. As respostas indicaram que dez dos 37 respondentes realizam tal atividade (Tabela 92) com o propósito de coletarem informações que permitam a realização de análises comparadas, as quais, em regra, têm como base o crime de homicídio.

**Tabela 92 – Realização de consultas ao SINESPJC para a extração de informações referentes a outros estados, por instituição**

Realiza extração de dados no módulo de análise do SINESPJC, mas relacionados a outros estados?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	14	100	8	100	15	100	37	100
Sim	7	50	2	25	1	7	10	27
Não	7	50	6	75	14	93	27	73

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em termos de melhorias para esse módulo do SINESPJC, os entrevistados sugeriram as seguintes medidas: (1) desagregação da informação também para municípios com menos de 100 mil habitantes (SSP – DF, PM – RN); (2) melhoria da ferramenta com a inserção de mais opções para gráficos e tabelas (SSP – TO, PM – PB, PM – ES, PM – AI);

Como um percentual bastante substantivo de entrevistados afirmou que a alimentação do SINESPJC ocorre pelas “unidades de ponta” das organizações (batalhões e/ou delegacias de polícia), a penúltima pergunta desse bloco indagava se são realizadas atualizações das unidades de polícia cadastradas no sistema, já que pode ocorrer de novas unidades serem criadas e se essas não forem inseridas no sistema, a estatística gerada para a localidade será incompleta, posto que não levará em consideração os crimes registrados nesse batalhão e/ou delegacia de polícia.

Dos 36 indivíduos que responderam a essa questão, 28 disseram atualizar essa informação (Tabela 93), mas destacaram que, muitas vezes, em razão dos poucos recursos existentes no interior, essas unidades são

cadastradas como apenas uma e, com isso, a inserção dos dados relacionados a tais circunscrições é feita por um funcionário do setor. Os que não realizam tal atualização apontaram como razões para tanto (1) o desconhecimento de qual deve ser o procedimento adotado para tal mudança e (2) a ausência de recursos tecnológicos que permitam a determinadas unidades fazerem a alimentação do SINESPJC.

**Tabela 93** – Atualização das unidades de polícia existentes no estado e que fornecem informações para o SINESPJC, por instituição

Atualiza as unidades de polícia no SINESPJC?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	14	100	8	100	14	100	36	100
Sim	12	86	5	63	11	79	28	78
Não	2	14	3	38	3	21	8	22

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

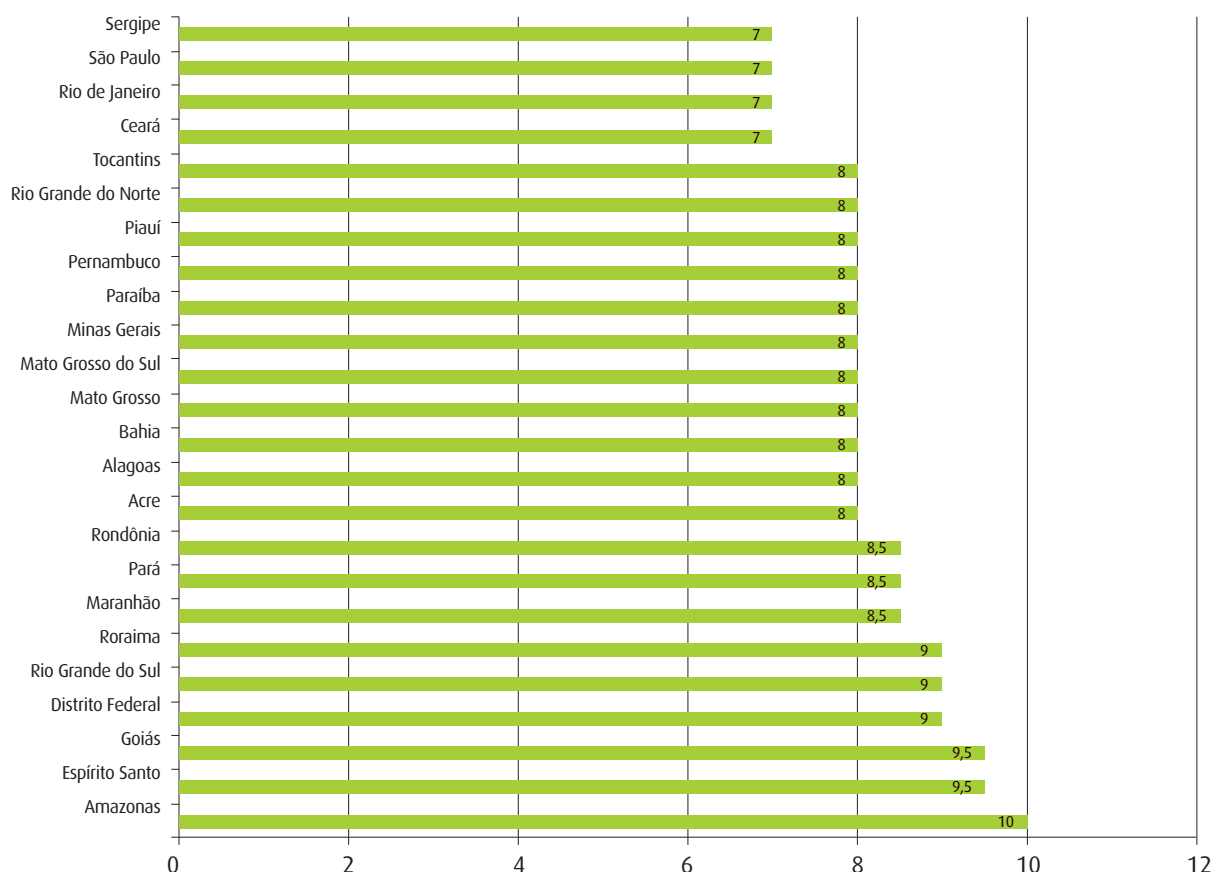
A última pergunta pedia para que o entrevistado avaliasse a interface do SINESPJC em uma escala onde 0 (zero) era muito ruim e 10 (dez) era excelente. A nota média concedida pelos gestores foi oito, sendo que tal valor não apresentou diferenças significativas quando desagregado por instituição. Contudo, comparando as notas atribuídas pelos gestores que responderam a essa questão (37 dos 79 entrevistados), foi possível verificar que eles avaliam a interface do SINESPJC com o usuário como algo muito bom (nota 07) ou excelente (nota 10), tal como indica o Gráfico 06.

Gráfico 06 >



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Gráfico 06** – Nota atribuída pelo gestor no quesito interface do SINESPJC com o usuário (sendo 0 o valor mínimo e 10 o valor máximo), por estado



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Portanto, as respostas às questões relacionadas ao SINESPJC parecem indicar que: (1) o fato de existir um gestor nomeado pela SENASP para alimentação do sistema não implica na realização dessa atividade e, prova disso é que esse bloco de perguntas foi respondido por, em média, 37 entrevistados, que são dentre os 79 gestores entrevistados os que efetivamente alimentam o sistema; (2) a existência de um gestor nomeado não significa que ele será o responsável por alimentar o sistema, uma vez que várias foram as situações nas quais o indivíduo que realiza tal função é alguém que foi indicado para essa atividade, ainda que não seja formalmente reconhecido como interlocutor da SENASP nesse processo; (3) existem vários indivíduos que alimentam o sistema sem qualquer conhecimento de suas rotinas ou parâmetros de inserção de registros; (4) em que pese a disponibilidade de diversas funcionalidades e rotinas no SINESPJC, poucos são os estados da federação que fazem uso de tais módulos, mas quando o fazem é

para sofisticar os relatórios que são encaminhados às autoridades de segurança pública do estado com informações mais detalhadas tanto na localidade como em comparação com outras realidades.

Pode-se verificar, a partir dos dados coletados, uma importante lacuna na comunicação entre a SENASP e os setores estaduais analisados, que se manifesta na figura do gestor nomeado como interlocutor estadual e no uso efetivo que se dá à principal ferramenta desta comunicação, o SINESPJC. É possível verificar que não há informação disseminada entre os próprios gestores sobre a nomeação pela SENASP. Esta nomeação parece ser, em muitos estados, meramente simbólica, não estando diretamente atrelada ao desempenho das funções de sistematização de estatísticas criminais, uma vez que não leva em consideração as reais estruturas nos estados e suas especificidades, ou seja, a forma como estão estruturados os setores e as instituições do sistema de segurança pública estadual em termos de divisão de funções.

Nesse caso, podemos citar os estados em que os órgãos analisados não são os responsáveis pelo acesso e preenchimento do SINESPJC por uma configuração diferenciada da estrutura do sistema de segurança pública naquele estado, em que, por exemplo, o setor da PC possa ser o único responsável pelo repasse de informações à SENASP. Quanto ao baixo uso da principal ferramenta desta comunicação, pode-se verificar que a maior parte dos gestores consultados não considera o SINESPJC como uma fonte de análise de seus dados ou das informações de outros estados, o que pode revelar o baixo conhecimento destes gestores sobre todas as ferramentas disponibilizadas pelo sistema, a ausência de treinamentos diretamente voltados à manipulação deste sistema e, por fim, uma lacuna na comunicação entre os setores estaduais e o órgão federal.

### 3.7 – Avaliação geral do setor

A última seção do formulário que orientou as visitas aos setores de produção, análise e divulgação de informações em segurança pública e as entrevistas com os gestores responsáveis por essas unidades procurou fazer uma avaliação geral da percepção que o indivíduo possui acerca da missão de sua área e de como essa é percebida pelo restante da instituição na qual ela se encontra inserida.

Logo, a primeira pergunta desse bloco foi se o entrevistado acreditava que a produção de estatísticas era uma prioridade de sua instituição, sendo que 62% deles responderam afirmativamente a essa indagação (Tabela 94).

**Tabela 94 >**



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 94** – Percepção do entrevistado quanto à prioridade da produção de estatísticas na organização à qual o setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública está vinculado

A produção de estatísticas é uma prioridade da instituição?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	19	70	13	50	17	65	49	62
Não	8	30	13	50	9	35	30	38

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Para vários, essa prioridade era decorrente do entendimento de que a produção estatística traz elementos para o debate, para a criação e amadurecimento de grupos de gestão comunitária. Além disso, observa-se a adoção do modelo de “gestão por resultados” em diversas localidades, o qual, contudo, apenas pode funcionar adequadamente a partir do monitoramento diário das estatísticas criminais. Outras observações enfatizaram que sem a produção de estatísticas não é possível a adequada condução de políticas de prevenção e redução ao crime e, muito menos, a realização de operações integradas entre as polícias (civil e militar), razão pela qual essa atividade acaba se tornando uma prioridade nas instituições pesquisadas.

Destarte essa constatação, em alguns estados, os gestores afirmaram que a produção de estatísticas não era uma prioridade dada a inexistência de uma cultura da informação na instituição, o que faz com que os gestores locais não a vejam como algo importante. Nesses casos, os recursos destinados a essas áreas são reduzidos, inviabilizando o investimento em pessoal e equipamentos, decorrente da falta de interesse dos administradores públicos pela área.

Assim, considerando as ferramentas indispensáveis para a boa execução do trabalho de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, os entrevistados foram convidados a avaliar as seguintes dimensões em uma escala na qual 0 (zero) era muito ruim e 10 (dez) era excelente: condições de trabalho com relação aos recursos materiais (computadores, softwares); ambiente físico do trabalho (instalações do prédio, espaço, iluminação, mesas); quantidade de funcionários que trabalham no setor; treinamento concedido antes do início do trabalho no setor; relacionamento com a chefia imediata e relacionamento com o comandante / secretário estadual (Tabelas 95 a 98).

Os resultados indicaram que a dimensão com maior avaliação média é a de relacionamento com a chefia imediata, que recebeu uma avaliação média de nove pontos. Em parte esse resultado pode ser explicado pelo fato de que a grande maioria dos respondentes tinha ido trabalhar no setor em razão de um convite imediato do responsável pela área, sendo tal chamado motivado, na maioria das vezes, por relações anteriores de amizade em detrimento do conhecimento das atividades a serem desenvolvidas pelo convidado.

Em segundo lugar, tem-se o ambiente físico do trabalho (instalações do prédio, espaço, iluminação, mesas), que recebeu uma nota média de sete pontos. Conforme se constatou com essa pesquisa, salvo algumas exceções pontuais, os setores de produção, análise e divulgação de informações em segurança pública encontram-se razoavelmente institucionalizados, contando com salas próprias, devidamente identificadas dentro do próprio prédio da organização à qual eles pertencem, o que faz com que o grau de satisfação dos respondentes possa ser classificado como muito bom nesse critério.

O item relacionamento com o comandante / secretário estadual recebeu uma avaliação média de sete pontos. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que, em algumas situações, o dirigente da instituição ainda interfere sobremaneira na rotina de atividades do setor, determinando quais relatórios devem ser produzidos e, ainda, quais são as informações que podem ser divulgadas a todos os interessados e quais são as de uso restrito. Em que pese a concordância dos funcionários com tais determinações, alguns foram substantivamente críticos ao conteúdo dessas decisões, defendendo uma maior autonomia na determinação do conteúdo da análise e, ainda, no que se refere à transparência das informações produzidas pelo setor, o que pode explicar porque a nota global desse quesito foi muito bom e não excelente.

O item condições de trabalho com relação aos recursos materiais (computadores, softwares) recebeu uma nota média de seis pontos. Em parte, o resultado que classifica essa dimensão como regular é devido ao fato de que, em algumas localidades, os setores não contam com, pelo menos, um computador por funcionário, fazendo com que alguns ainda tenham que trazer esse equipamento de casa para realizarem o seu trabalho ou tenham que se submeter ao sistema de rodízio. Soma-se a isso o fato de que, apesar de todos os setores contarem com conexão à internet, em algumas localidades, essa é apenas do setor central, o que faz com que as unidades responsáveis pelo preenchimento das ocorrências policiais não possam alimentar o SINESPJC imediatamente, sobrecarregando o setor com tais atividades.

**Tabela 95 >**



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 95** – Avaliação que os gestores fazem de alguns aspectos estruturais dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, global (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)

Item avaliado	Número de casos	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana
Condições de trabalho com relação aos recursos materiais (computadores, softwares)	79	0	10	6	3	6
Ambiente físico do trabalho (instalações do prédio, espaço, iluminação, mesas)	79	0	10	7	3	8
Quantidade de funcionários que trabalham no setor	79	0	10	5	3	5
Treinamento concedido antes do início do trabalho no setor	79	0	10	3	3	2
Relacionamento com a chefia imediata	79	0	10	9	2	9
Relacionamento com o comandante / secretário estadual	79	0	10	7	3	8

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 96** – Avaliação que os gestores fazem de alguns aspectos estruturais dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, Secretarias Estaduais de Segurança Pública (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)

Item avaliado	Número de casos	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana
Condições de trabalho com relação aos recursos materiais (computadores, softwares)	27	0	10	7	3	8
Ambiente físico do trabalho (instalações do prédio, espaço, iluminação, mesas)	27	0	10	7	3	8
Quantidade de funcionários que trabalham no setor	27	0	10	6	3	7
Treinamento concedido antes do início do trabalho no setor	27	0	10	5	4	6
Relacionamento com a chefia imediata	27	0	10	9	2	9
Relacionamento com o comandante / secretário estadual	27	0	10	9	2	9

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Tabela 97 >



**Tabela 97** – Avaliação que os gestores fazem de alguns aspectos estruturais dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, Polícias Militares (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)

Item avaliado	Número de casos	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana
Condições de trabalho com relação aos recursos materiais (computadores, softwares)	26	0	9	5	3	5
Ambiente físico do trabalho (instalações do prédio, espaço, iluminação, mesas)	26	0	10	6	3	7
Quantidade de funcionários que trabalham no setor	26	0	10	4	3	5
Treinamento concedido antes do início do trabalho no setor	26	0	10	3	3	2
Relacionamento com a chefia imediata	26	0	10	9	2	10
Relacionamento com o comandante / secretário estadual	26	0	10	7	3	8

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 98** – Avaliação que os gestores fazem de alguns aspectos estruturais dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, Polícias Civis (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)

Item avaliado	Número de casos	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana
Condições de trabalho com relação aos recursos materiais (computadores, softwares)	26	0	10	6	2	6
Ambiente físico do trabalho (instalações do prédio, espaço, iluminação, mesas)	26	0	10	7	3	8
Quantidade de funcionários que trabalham no setor	26	0	10	5	3	6
Treinamento concedido antes do início do trabalho no setor	26	0	7	2	2	0
Relacionamento com a chefia imediata	26	0	10	8	3	9
Relacionamento com o comandante / secretário estadual	26	0	10	6	4	7

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Outro item que possui uma avaliação regular foi a quantidade de funcionários que trabalham no setor, que recebeu uma nota média de cinco pontos. Conforme destacado pelos entrevistados, várias são as atividades que essas unidades não podem realizar em razão da ausência de pessoas que se ocupem especificamente do seu desenvolvimento. Com isso, vários funcionários terminam sendo sobrecarregados com determinadas atividades mais gerenciais, sem que a tarefa de análise de dados, tão importante para a boa consecução do planejamento operacional, possa ser devidamente executada.



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

No entanto, o item com pior avaliação foi o referente ao treinamento concedido pelo setor antes do início do trabalho na área, dimensão essa que recebeu uma nota média de três pontos. Conforme destacado em outros momentos da pesquisa que focalizavam essa dimensão, os indivíduos que trabalham nessas unidades, em regra, não são submetidos a cursos que ensinem o trabalho de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública. Assim, as atividades que são realizadas no setor ou são aprendidas com os funcionários mais velhos da unidade ou são aprendidas pelo próprio gestor com os seus inúmeros erros. Aqueles que desejam se aprimorar tecnicamente devem custear diretamente os cursos necessários para tanto, já que poucos são os setores nos quais existe qualquer tipo de política de qualificação dos seus funcionários.

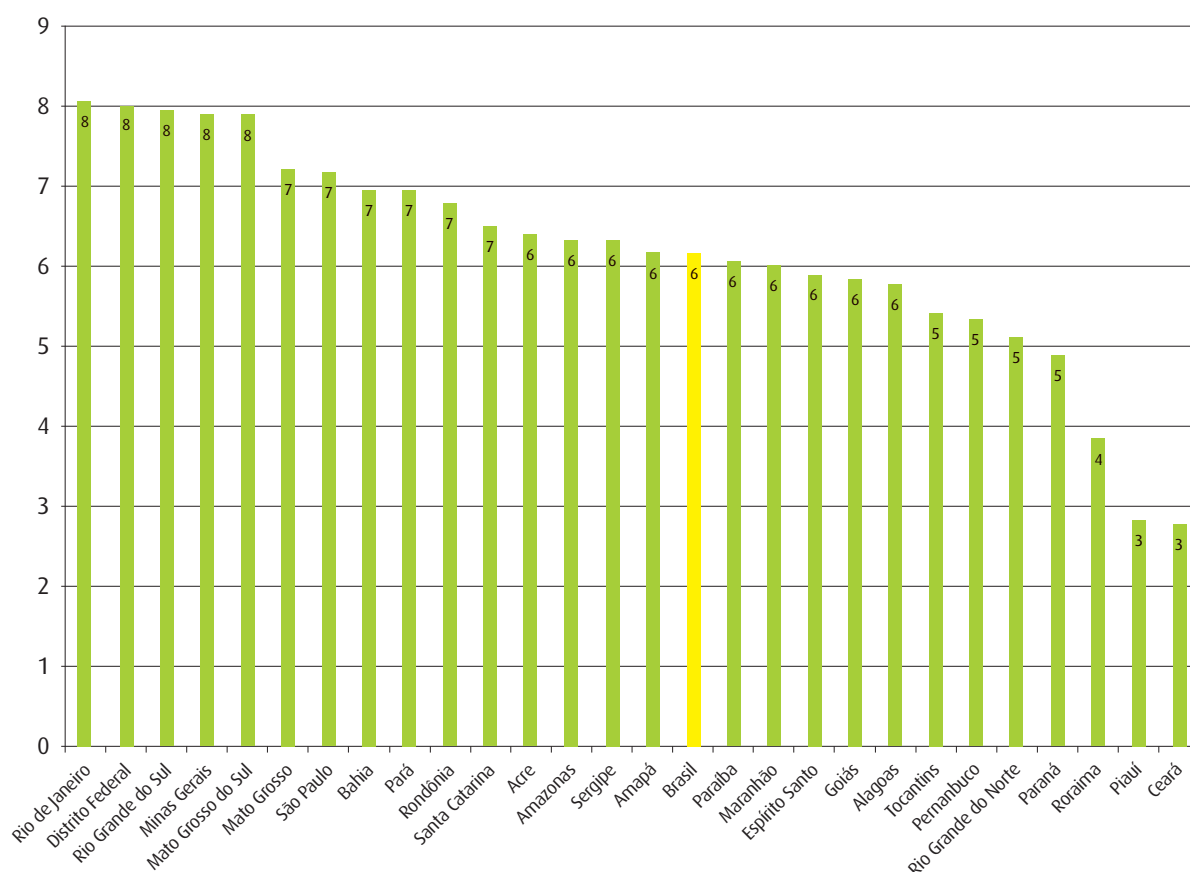
Por fim, ainda considerando as respostas a cada uma das dimensões analisadas nas Tabelas 95 a 98, é possível afirmar que as avaliações dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública são diferenciadas de acordo com a instituição em questão. Assim, os dados parecem indicar que os gestores das polícias tendem a ser mais críticos, concedendo notas mais baixas às dimensões analisadas quando são comparados aos gestores das secretarias estaduais de segurança pública.

Como forma de comparar as estruturas dos setores nos diferentes estados, foi realizado o cálculo de uma nota média global, dada pela média atribuída pelos entrevistados aos itens listados nas Tabelas 98 a 98. Desta forma, foi possível constatar que, em média, os setores de produção, análise e divulgação da informação em segurança pública são avaliados por seus próprios funcionários como regulares no que diz respeito a sua estrutura, recebendo uma nota média de seis pontos. Os setores melhores avaliados são os localizados nos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, os quais receberam uma nota média de oito pontos. Os setores piores avaliados são os localizados nos estados do Piauí e Ceará, os quais receberam uma nota média de três pontos (Gráfico 07).

Gráfico 07 >



**Gráfico 07** – Nota média atribuída aos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, em termos de estrutura para funcionamento, por estado da federação (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, procurou-se compreender como o entrevistado avaliava as diferentes atividades que eram realizadas pelo setor, dentre as quais se destacam as seguintes: sistematização das ocorrências registradas; análise da consistência das informações repassadas; relatórios produzidos; relacionamento com os demais setores da segurança pública no estado e relacionamento com o público interessado em estatísticas criminais. Como as instituições estudadas podem possuir diferentes rotinas quanto a essas atividades, novamente, as informações serão apresentadas em quatro tabelas, uma que sumariza o resultado para todas as organizações (Tabela 99), sendo que as demais apresentam os resultados para as Secretarias Estaduais de Segurança Pública (Tabela 100), para as Polícias Militares (Tabela 101) e para as Polícias Civis (Tabela 102).



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

**Tabela 99** - Avaliação que os gestores fazem de algumas atividades rotineiras, realizadas pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública. Global (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)

Item avaliado	Número de casos	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana
Sistematização das ocorrências registradas	79	0	10	7	3	8
Análise da consistência das informações repassadas	79	0	10	6	3	8
Relatórios produzidos	79	0	10	7	3	8
Relacionamento com os demais setores da segurança pública no estado	79	0	10	7	3	8
Relacionamento com o público interessado em estatísticas criminais	79	0	10	7	3	8

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 100** - Avaliação que os gestores fazem de algumas atividades rotineiras, realizadas pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública. Secretarias Estaduais de Segurança Pública (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)

Item avaliado	Número de casos	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana
Sistematização das ocorrências registradas	27	0	10	7	2	8
Análise da consistência das informações repassadas	27	0	10	7	2	8
Relatórios produzidos	27	0	10	7	3	8
Relacionamento com os demais setores da segurança pública no estado	27	0	10	8	2	8
Relacionamento com o público interessado em estatísticas criminais	27	0	10	8	3	8

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Tabela 101 >

**Tabela 101** - Avaliação que os gestores fazem de algumas atividades rotineiras, realizadas pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública. Polícias Militares (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)

Item avaliado	Número de casos	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana
Sistematização das ocorrências registradas	26	0	9	6	3	8
Análise da consistência das informações repassadas	26	0	10	6	3	8
Relatórios produzidos	26	0	10	7	3	8
Relacionamento com os demais setores da segurança pública no estado	26	0	10	6	3	7
Relacionamento com o público interessado em estatísticas criminais	26	0	10	6	4	8

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

**Tabela 102** - Avaliação que os gestores fazem de algumas atividades rotineiras, realizadas pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública. Polícias Civis (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)

Item avaliado	Número de casos	Valor mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	Mediana
Sistematização das ocorrências registradas	26	0	10	6	3	7
Análise da consistência das informações repassadas	26	0	10	6	3	7
Relatórios produzidos	26	0	10	7	3	8
Relacionamento com os demais setores da segurança pública no estado	26	0	10	8	2	8
Relacionamento com o público interessado em estatísticas criminais	26	0	10	7	4	8

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Os resultados dessa parte indicam que os entrevistados avaliam como muito boa a capacidade dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública em executarem as tarefas de sistematização das ocorrências registradas e produção de relatórios, bem como o relacionamento que esse possui com os demais setores da segurança pública no estado e com o público interessado em estatísticas criminais, sendo que para todos esses itens a nota média concedida pelos gestores foi de sete pontos.

A atividade que parece ser realizada de maneira ainda regular, posto que avaliada com a nota média de seis pontos, é a de análise da consistência das informações repassadas. Conforme destacado anteriormente

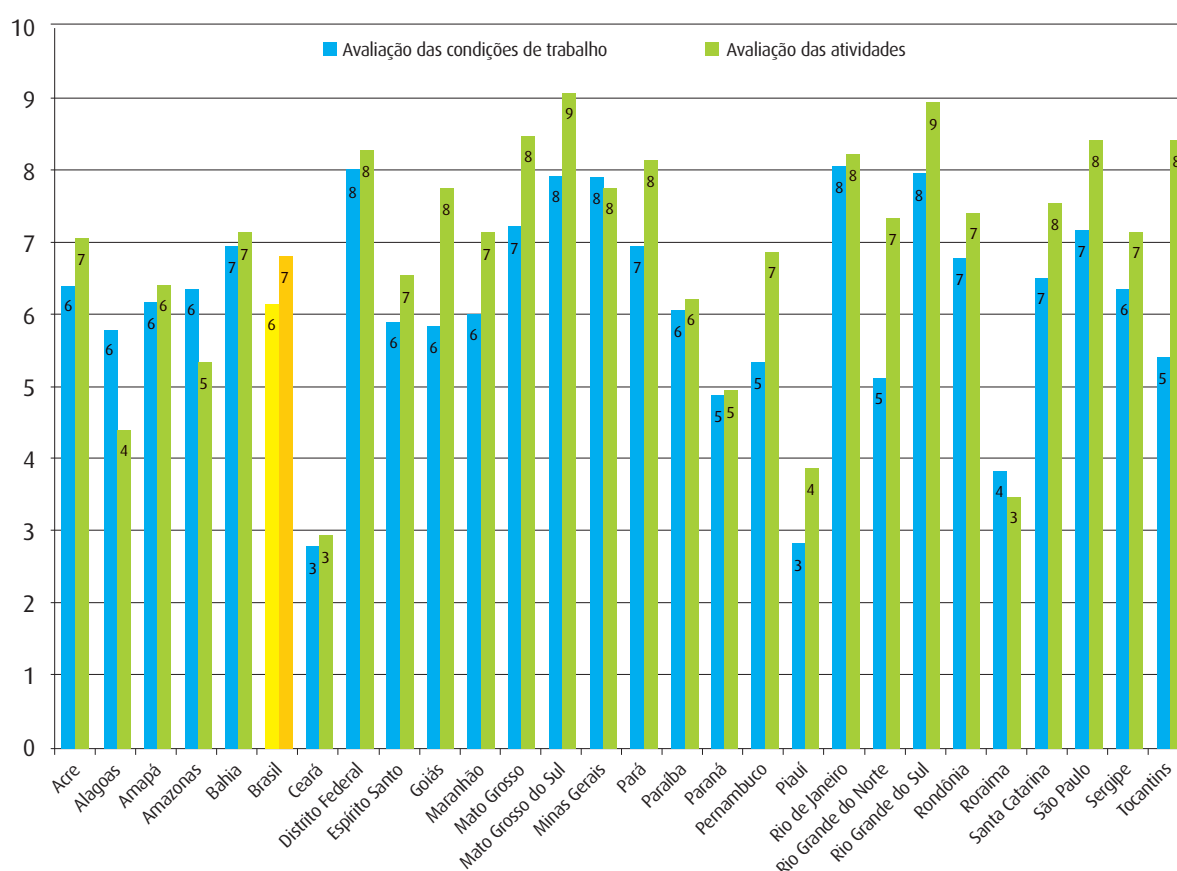


### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

nesse relatório, poucas são as unidades que realizam esse tipo de procedimento ou têm consciência de sua importância para a análise criminal. Em parte, esse resultado se conecta com o anterior, relacionado à ausência de políticas de qualificação para os profissionais lotados no setor. Assim, se não há cursos que focalizem a importância de se realizar determinados procedimentos antes de proceder à análise criminal propriamente dita, poucos serão aqueles que irão realizar essa atividade.

Com o objetivo de comparar como os gestores dos diferentes estados avaliam as condições estruturais do setor vis-à-vis as atividades que esses desempenham, as médias finais dos dois blocos de questões (Tabelas 95 a 98 e Tabelas 99 a 102) foram contrastadas (Gráfico 08).

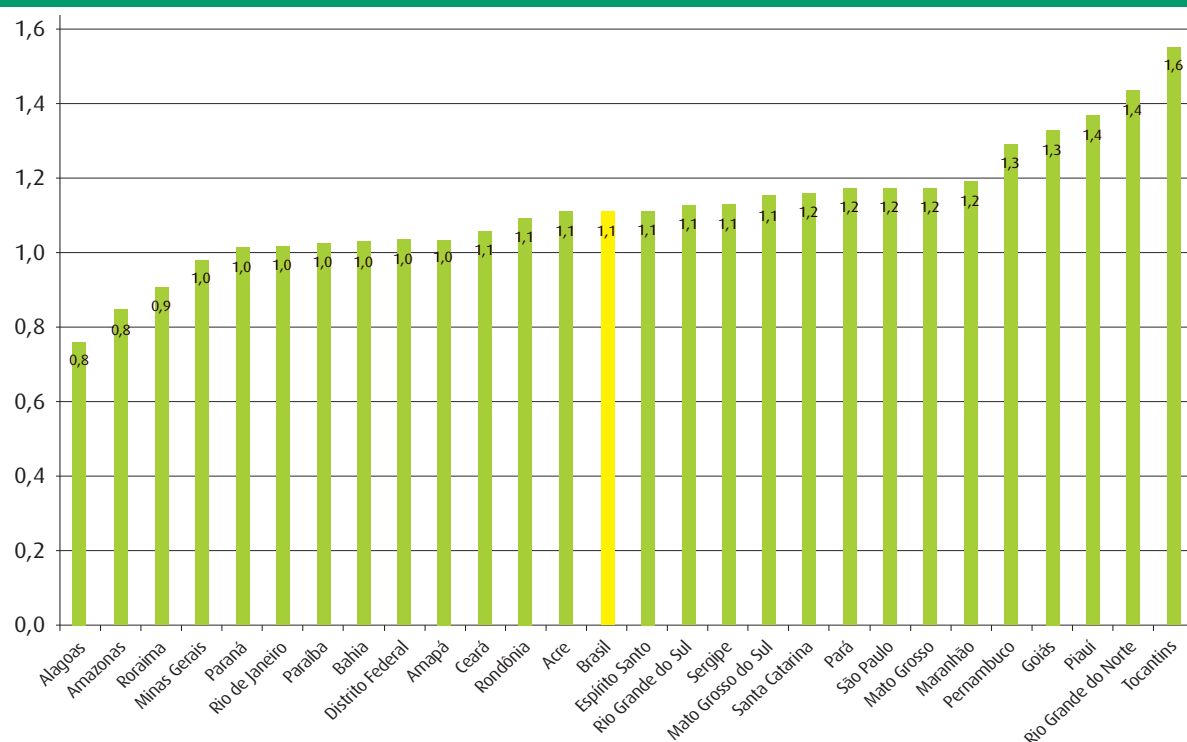
**Gráfico 08** – Nota média atribuída aos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, em termos de estrutura para funcionamento e trabalho realizado, por estado da federação (escala: 0 – muito ruim e 10 – excelente)



Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Desta forma, foi possível constatar que para os entrevistados os setores realizam suas atividades bem, independentemente da estrutura disponível para tanto, já que as notas atribuídas ao item relativo às atividades foram 1,11 vezes maiores que as atribuídas ao item que analisa as condições de trabalho (Gráfico 09).

**Gráfico 09** – Razão entre a nota média de avaliação da qualidade das atividades desenvolvidas e a nota média da qualidade da estrutura dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, por estado da federação



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Logo, para que as atividades desempenhadas pelos funcionários desses setores possam ser efetivamente melhoradas parece que, na visão dos respondentes, faz-se indispensável um maior investimento na qualificação dos responsáveis por essas áreas. Afinal, a ausência de profissionais especializados no desenvolvimento das tarefas de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública foi apontada pela grande maioria dos entrevistados como a principal dificuldade para realização do trabalho mencionado<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> De acordo com o gestor do Estado do Alagoas, as informações apresentadas pelos Gráficos 08 e 09 não levam em consideração a incipiência formal de tais setores. No caso de Alagoas, o setor, NEAC-Núcleo de Estatística e Análise Criminal, foi criado em Maio de 2011 pela Lei Delegada nº 44/2011. Logo, face à estruturação e à formação de recursos, no momento do questionário, os responsáveis pelo setor estavam estudando modelos, elaborando e organizando procedimentos para iniciarem a produção de informação e de conhecimento.



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

Por fim, já com o objetivo de introduzir a seção seguinte, que apresenta os dados das viagens de intercâmbio dos gestores responsáveis pelos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, os respondentes foram indagados quanto ao conhecimento que possuem no que diz respeito à experiência de outros estados na seara de produção e gestão da informação relacionada à segurança pública. Com isso, foi possível constatar que um pouco mais da metade dos entrevistados conhece as experiências de outros estados da federação no que diz respeito a essas atividades, sendo que o maior percentual de respostas afirmativas encontra-se entre os gestores da SSP (Tabela 103).

**Tabela 103** – Conhecimento de outras experiências nas atividades de produção e gestão da informação relacionada à segurança pública, por instituição

Conhece a experiência de outros estados nessa área?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	27	100	26	100	26	100	79	100
Sim	20	74	15	58	8	31	43	54
Não	7	26	11	42	18	69	36	46

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Quando perguntados sobre que experiência era essa, os entrevistados mencionaram as relacionadas aos seguintes estados (Quadro 13).

**Quadro 13** – Experiências conhecidas pelos respondentes, por dimensão que mais chamaram a atenção

Estado	Dimensão mencionada pelo entrevistado
Espírito Santo	O banco de dados registra ocorrências em tempo real e possui sistema integrado entre a geração e a finalização da ocorrência.
Santa Catarina	Sistema informatizado em tempo real
Brasília	Integração entre a polícia federal e a polícia civil
Minas Gerais	Metodologia adotada na análise dos dados, gerenciamento de projetos e a simplicidade em se “fazer polícia”
Rio Grande do Sul	Relatório interno gerado diariamente com informações de todos os municípios do estado e sobre vários tipos de crimes. Além disso, o sistema conta com um aplicativo que verifica se há ocorrência duplicada no banco de dados
São Paulo	Melhorias a obtenção de informações e no sistema de coleta de dados ocorreram em conjunto com a redução da escala de serviço, investimento em material e quadro de pessoal. COPOM online, que propicia o geoprocessamento a partir do momento em que a viatura entra na área da ocorrência. O GPS do carro alimenta o sistema de maneira automática com dados de horário de chegada da viatura ao local do fato.

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.



Quando indagados de que forma conheceram as experiências de outros estados, vários mencionaram os espaços dos encontros promovidos pela SENASP como espaços de promoção e compartilhamento de conhecimento das realidades dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública dos distintos estados da federação brasileira. Em sendo dessa forma, o programa de viagens de intercâmbio promovido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública representou, para vários, uma oportunidade de conhecer in loco experiências das quais eles apenas tinham “ouvido falar”. Assim, a seção seguinte apresenta as informações coletadas a partir dessa experiência.

### **3.8 – A visão dos gestores sobre os setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública de outras localidades**

Conforme destacado na introdução desse relatório, o I Programa Nacional de Visitas a Sistemas de Informação em Segurança Pública era composto por dois momentos: no primeiro, um pesquisador contratado pelo FBSP visitava os setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública da SSP, da PM e da PC; no segundo, havia um intercâmbio entre os gestores das secretarias para que esses tivessem a oportunidade de conhecer melhor a experiência de outra localidade e, com isso, pudessem pensar em melhorias para a sua própria realidade.

Os gestores da SSP foram escolhidos como foco do programa de intercâmbio porque, como se verificou nas seções precedentes, essas instituições tendem a ser os principais responsáveis pelo desenvolvimento de uma série de atividades de análise e divulgação das informações em segurança pública produzidas pelas polícias. Logo, a promoção da troca de experiências entre esses profissionais pode auxiliar no desenvolvimento de políticas que tenham como objetivo o aumento da transparência de dados nessa seara.

Assim, todos os gestores da SSP foram contatados acerca da disponibilidade para realização dessas viagens e da agenda que deveriam cumprir no estado de destino. Conforme destacado anteriormente, dos 27 gestores contatados, apenas 25 aceitaram prontamente o convite e realizaram a viagem a um outro estado, além de terem recebido um visitante em seu estado de origem. Isso significa que cada um dos gestores da SSP teve a oportunidade de entrar em contato com, pelo menos, duas experiências diferenciadas: uma na qualidade de gestor visitante e outra na qualidade de gestor visitado. Contudo, é importante destacar que os dados utilizados para a estruturação dessa seção são os referentes a 23 relatórios, pois dois gestores ainda não encaminharam tais documentos: o oriundo do Rio Grande do Norte e da Bahia.



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

De maneira geral, os gestores parecem ter compreendido o propósito desse programa e, em diversos momentos, destacaram a possibilidade de esse intercâmbio efetivamente contribuir para o aprimoramento das rotinas da área e para o desenvolvimento de políticas inovadoras para o setor.

*“[o objetivo do intercâmbio era] Buscar conhecer a realidade de outro Estado para aprimorar a técnica e metodologia de processos e procedimentos de produção de estatísticas e análise criminal” (Gestor de Santa Catarina que visitou a Paraíba)*

*“[o objetivo do intercâmbio] Era conhecer o trabalho de outro Estado, a maneira a metodologia usada, para ver se podemos aprimorar o nosso trabalho com novas experiências” (Gestor do Pará que visitou o Maranhão).*

*“Para mim, o objetivo deste programa visou a troca de conhecimentos e experiências, entre os gestores, além da possibilidade de conhecer in loco, as metodologias adotadas para produção do conhecimento e os produtos gerados a partir das bases de dados disponíveis e a aproximação dos gestores proporcionando credibilidade, confiança nas informações do Estado visitado” (Gestor do Distrito Federal que visitou o Amazonas)*

Quando indagados sobre a receptividade do gestor visitado, todos foram unânimes em dizer que os gestores visitados foram bastante cordiais e se empenharam em apresentar todas as dependências do setor, bem como todas as atividades que diziam respeito às tarefas de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública.

Contudo, alguns participantes do programa destacaram que apesar dos esforços dos gestores visitados, não foi possível conhecer em detalhes a experiência do outro estado, já que o tempo reservado para tal atividade foi, na visão de alguns, demasiado curto:

*“O tempo foi insuficiente para fazer uma visita mais detalhada. Ainda houve imprevisto no voo do meu acompanhante do Fórum, gerando atraso na minha visita. Daí a importância de um tempo maior para contornar todos os imprevistos” (Gestor do Maranhão que visitou Roraima)*

*“[a visita] Ocorreu tudo muito rapidamente, não possibilitando o detalhamento das atividades” (Gestor do Amazonas que visitou Pernambuco)*

*“Em um dia seria impossível conhecer em detalhes a experiência de um Estado tão grande, contudo, o gestor visitado esclareceu de forma lógica o funcionamento do setor o qual é responsável” (Gestor do Acre que visitou o Rio de Janeiro)*

Apesar das reclamações referentes ao tempo, várias foram as impressões positivas e negativas que esses gestores descreveram com relação aos setores visitados. De maneira geral, os recursos tecnológicos empregados para checagem das informações e produção de relatórios automáticos foram os aspectos positivos que mais chamaram a atenção dos gestores nos estados visitados.

*“O uso de ferramentas voltadas à identificação automática de veículos roubados / furtados. A abrangência das análises englobando as polícias civil e militar e ainda o corpo de bombeiros” (Gestor do Rio de Janeiro que visitou o Rio Grande do Norte)*

*“O controle de mortos. Foi desenvolvido um procedimento operacional que possibilita uma confiabilidade maior nos resultados finais relativos a causa da morte. Num futuro próximo, eles estarão a frente nesse quesito de muitos estados” (Gestor de Rondônia que visitou o Alagoas)*

*“Foram vários os pontos que me impressionaram: 1) A extração de relatórios estatísticos diários de todos os municípios do Estado, possibilitando o monitoramento criminal diariamente, isso é muito interessante pra quem precisa de informação para planejamento de policiamento preventivo e também para o nível estratégico da Segurança Pública. 2) O uso de geoprocessamento que permite cruzar informações de registros criminais com outras variáveis de dados censitários, achei interessante, pois, permite gerar gráficos e mapas temáticos que são fundamentais para esclarecer e entender melhor a dinâmica criminal em uma cidade, dando mais subsídios aos Gestores da segurança para a tomada de decisão. 3) A possibilidade de acesso a vários bancos de dados para consulta e com isso agregar valor a sua informação ou relatório, nesse sentido o que mais me chamou atenção foi a possibilidade de acesso à base de dados da SUSEPE para consulta à ficha criminal dos reeducandos, possibilitando saber, por exemplo, a população carcerária no Estado, taxa de reincidência criminal, crimes cometidos e outras informações que agregam informações para o analista criminal. 4) A possibilidade de verificar se há boletins de ocorrência duplicados na base de dados, uma vez que a PM e a OJC realizam registros de ocorrência, essas correções geram maior confiabilidade à informação criminal. 5) A Divisão de Estatística Criminal é órgão responsável pela divulgação e publicação dos dados estatísticos junto à imprensa e no Diário Oficial, isso é importantíssimo para a Secretaria de Segurança Pública daquele Estado, pois, evitam que outros dirigentes falem em nome da segurança pública, como é o nosso caso, gerando diversas interpretações” (Gestor do Mato Grosso que visitou o Rio Grande do Sul).*

Além disso, a capacidade de alguns funcionários dessas áreas em superarem os seus próprios limites foi destacada pelos colegas de outros estados como um dos aspectos que os impressionaram positivamente:

*“A dedicação da gestora visitada, porque ela ainda faz um trabalho braçal de digitação dos dados do interior, e não tem muito apoio dos seus superiores, apoio de pessoal, tecnológico espaço físico” (Gestor do Pará que visitou o Maranhão)*

*“O entusiasmo e o profissionalismo de todos os agentes de segurança pública e servidores envolvidos no processo de construção do conhecimento e o planejamento estratégico no sentido de buscar novas ferramentas e uma melhor qualificação de seus servidores visando garantir uma maior qualidade das informações” (Gestor do Distrito Federal que visitou o Amazonas)*

Os aspectos que impressionaram os gestores negativamente foram a falta de equipamentos e de profissionais para a realização de determinadas atividades, bem como o não reconhecimento, pela instituição visitada, da importância do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública.



### 3. Diagnóstico Qualitativo dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública

*“A coleta de dados, realizada atualmente pelas delegacias, para preencher do SINESPJC – módulo PC. É feita em formulários de papel, alguns são preenchidos à caneta e outros digitados” (Gestor de Roraima que visitou o Piauí)*

*“A falta de importância esse trabalho tem lá, para ter uma idéia, a Estatística nem faz parte do organograma deles, é um serviço de estatística, não uma divisão, diretoria ou gerência” (Gestor do Pará que visitou o Maranhão)*

Outros gestores destacaram como aspecto negativo o fato de o estado visitado não padronizar o seu sistema de registro de ocorrências de acordo com as linhas estabelecidas pela SENASP como um ponto negativo, posto que inviabiliza a realização da contabilidade nacional dos delitos de maneira acurada.

*“A metodologia de contagem dos homicídios, ou seja, o Espírito Santo não separa os tipos penais de acordo com a legislação vigente, Homicídio Doloso, Homicídio Culposo no Trânsito, Homicídio Culposo. Segundo a Gestora Estadual, todos são agrupados apenas como homicídios. No entanto, entendemos que para se estabelecer políticas públicas de segurança, faz-se necessário avaliar separadamente cada delito, tendo em vista que as formas de controle requerem políticas diferentes para cada modalidade” (Gestor do Mato Grosso do Sul que visitou o Espírito Santo)*

*“Os problemas relatados, em que pesa as peculiaridades locais, são problemas decorrentes nos estados brasileiros principalmente no que tange à dificuldade de preenchimento por parte dos membros das Corporações que fazem uso dos Sistemas. Se os Sistemas são preenchidos de forma precária, os dados e informações oriundas dos mesmos não serão confiáveis” (Gestor de Minas Gerais que visitou o Sergipe)*

Inclusive, no quesito que dizia respeito à capacidade das visitas em promover um aprimoramento técnico e metodológico de processos e procedimentos de produção de estatísticas e análises criminais sobre segurança pública, diversos gestores destacaram como os problemas verificados na localidade visitada os auxiliaram a pensar o seu próprio trabalho cotidiano.

*“O ideal seria se o Governo Federal tivesse um programa único de produção de dados e que atendesse às necessidades técnicas e metodológicas de cada estado da Federação. E, quem sabe, um Banco de Dados único” (Gestor do Mato Grosso do Sul que visitou o Espírito Santo)*

*“Pois se torna imprescindível o estabelecimento de uma metodologia única a ser exercida para o processamento da produção dos dados de segurança pública, dessa forma legitimando os bancos de dados e, conseqüentemente contribuindo para a adoção de políticas públicas eficazes” (Gestor da Paraíba que visitou Minas Gerais)*

Por fim, com o objetivo de verificar em que medida a realidade visitada se diferencia da que o gestor se encontra inserido, o visitante foi convidado a conceder duas notas entre zero (muito ruim) e 10 (excelente): uma para o seu próprio local de trabalho e outra para o local de trabalho visitado. Com isso, foi possível

constatar que, em regra, os gestores tendem a atribuir uma nota superior ao próprio local de trabalho em comparação com a unidade visitada (Tabela 104).

**Tabela 104** – Nota atribuída pelos gestores ao setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública ao qual ele se encontra vinculado e ao qual ele teve a oportunidade de visitar (escala: 0 – muito ruim; 10 – excelente)

Nota atribuída ao	Número de casos	Valor mínimo	Valor máximo	Valor médio	Desvio Padrão
Setor de origem	22	5	10	7,9	1,5
Setor de destino	22	3	10	7,2	2,1

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em que pese a diferença média de 0,7 pontos entre os setores (de origem e de destino) é importante destacar que o valor mínimo atribuído ao setor de origem é maior dois pontos maior que o valor mínimo do setor de destino, demonstrando que os gestores tendem a ser mais críticos com a realidade visitada do que com a sua própria.



## 4. Considerações finais

O objetivo da pesquisa foi o de construir um diagnóstico dos setores de produção, análise e publicação de informação em segurança pública, considerando as três principais instituições responsáveis por essas atividades: as Secretarias Estaduais de Segurança Pública (e suas correlatas estaduais), as Polícias Militares e as Polícias Civas.

Para tanto, foram desenhados dois instrumentos principais de coleta de informação: um quantitativo, no formato web, a ser preenchido por uma pessoa indicada pela SENASP, que deveria ser também o gestor do SINESPJC; um qualitativo, que orientaria a realização de visitas e entrevistas (como os mesmos gestores do SINESPJC que responderam ao formulário web), a serem conduzidas por pesquisadores contratados pelo FBSP. A esses dois se somou um terceiro, decorrente da viagem de intercâmbio dos gestores do SINESPJC lotados nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, que visitariam a experiência de outro estado para melhor conhecer as iniciativas empreendidas nessa área por seus pares.

Com isso, pretendia-se gerar dois produtos: um diagnóstico globalizante acerca dos instrumentos disponíveis para a produção, análise e publicação de informação em segurança pública, identificando aspectos de infraestrutura, recursos humanos, recursos tecnológicos e estrutura dos bancos de dados acessados em todos os setores pesquisados; e, um mapeamento dos procedimentos seguidos pelos gestores nomeados pela SENASP no que diz respeito à alimentação do SINESPJC e à respectiva operacionalização de consultas às informações armazenadas por esse sistema.

Portanto, a escolha dos gestores do SINESPJC nomeados pela SENASP como interlocutores – tanto no que se refere ao preenchimento do questionário web, como na concessão de entrevistas aos pesquisadores responsáveis pela elaboração do relatório qualitativo e na recepção dos gestores visitantes – foi baseada na idéia de que a pesquisa deveria ser capaz de mapear o fluxo completo de produção, análise e publicação de informação em segurança pública e, ainda, a troca de informações nessa seara entre a SENASP e os organismos estaduais, através da principal ferramenta criada pelo governo federal para viabilizar este processo (SINESPJC).

Contudo, a metodologia inicialmente idealizada para balizar a pesquisa foi violada já nesse primeiro pressuposto. Isso porque, considerando os resultados do questionário web, dos 74 entrevistados que o responderam apenas 53 se declararam como responsáveis pela alimentação do SINESPJC. Soma-se a isso o fato de que mesmo na primeira fase, de preenchimento do questionário web alguns problemas foram verificados. Assim, apesar de o login e senha terem sido encaminhados ao gestor nomeado pela SENASP, ele acabou delegando atividade de preenchimento do questionário web a outrem em cinco casos, quais sejam: Polícia Civil de Goiás, Minas Gerais<sup>10</sup> e Santa Catarina, Polícia Militar do Alagoas e Secretaria Estadual de Defesa Social de Minas Gerais.

---

10 A Polícia Civil de Minas Gerais e a Secretaria Estadual de Defesa Social de Minas Gerais explicaram que o preenchimento do questionário web por uma pessoa diferente do gestor foi com o propósito de melhor aproximar as respostas colhidas ao conhecimento técnico e histórico a respeito do SINESPJC no estado.

Considerando os resultados do programa de visitas, dos 79 respondentes, exatamente 50% disseram alimentar efetivamente o SINESPJC e 44 gestores disseram ter sido efetivamente nomeados para o preenchimento do SINESPJC pela SENASP. Além disso, a proposta de que os gestores contatados em todas as fases da pesquisa seriam exatamente os mesmos também não se concretizou: dos 79 respondentes que participaram do programa de visitas recebendo os nossos pesquisadores, apenas 65 estiveram envolvidos na primeira etapa, referente ao questionário web. Isso ocorreu porque vários foram os casos em que os funcionários do setor de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública se identificaram como gestores nomeados ou suplentes, apesar de não constarem no banco de dados da SENASP. Há casos, ainda, de gestores que não foram oficialmente alterados junto ao banco da SENASP, mas que dizem não atuarem mais como tais gestores há tempos.

Portanto, como a SENASP não possui controle sobre quem são efetivamente os gestores do SINESPJC em cada um dos estados da federação, alguns dos respondentes dessa pesquisa não realizavam essa atividade e, outros, apesar de fazê-la não puderam ser entrevistados porque não se encontram devidamente cadastrados no banco de dados do Ministério da Justiça.

Nesse sentido, talvez uma questão que merecesse ser problematizada é a relativa ao significado da nomeação do gestor do SINESPJC. Se ser nomeado pela SENASP para tal função não significa ser o responsável pelo preenchimento do sistema e também não implica em ter o encargo de responder às demandas de tal órgão, então, qual é, na prática, o significado desse reconhecimento institucional?

Baseado nas informações coletadas com os três instrumentos de pesquisa, é possível afirmar que a nomeação para tal função parece ser meramente simbólica em diversos estados, não estando efetivamente vinculada ao desempenho das funções de sistematização de estatísticas criminais. Talvez, o caso mais absurdo constatado com essa pesquisa seja o do indivíduo nomeado como gestor do SINESPJC na Polícia Militar de Roraima. Isso porque esse profissional é vinculado ao Serviço de Saúde e não desempenha quaisquer atividades relacionadas à coleta, sistematização ou divulgação de informações do campo da segurança pública, conforme informou ao pesquisador. Como nem o setor e nem os funcionários ligados a este gestor tinham qualquer relação com essa atividade, poucas foram as informações concedidas ao pesquisador que puderam ser utilizadas para a composição do diagnóstico relativo à PMRR. Nesse ponto, a grande indagação é como esse indivíduo se tornou um gestor do SINESPJC.

Ainda no que se refere aos problemas relacionados aos contatos da SENASP nos estados, é importante destacar que a Polícia Militar do Estado de São Paulo foi a única instituição que não forneceu quaisquer informações para esse diagnóstico, uma vez que esta instituição não preencheu o formulário web e também não recebeu os nossos pesquisadores para visita e entrevista. Logo, cabe questionarmos se ser nomeado para a função de gestor do SINESPJC na organização não significa atender às demandas da SENASP (como a relacio-



## 4. Considerações finais

nada à cessão das informações necessárias à execução dessa pesquisa), então, qual o significado de tal posição? Ao iniciarmos o processo de desenho metodológico deste levantamento, consideramos que a figura dos interlocutores do Ministério de Justiça que nos auxiliaram nos contatos com as instituições estaduais deveria significar maior probabilidade de resposta aos instrumentos encaminhados, mas então, como explicar essa ausência de informação para o caso da Polícia Militar de São Paulo, apesar de diversas tentativas de intervenção da equipe da SENASP em prol da execução do diagnóstico nesta instituição?

Portanto, a primeira constatação dessa pesquisa significou também a violação de seus pressupostos metodológicos, uma vez que ser nomeado como gestor do SINESPJC na localidade não significa ser o responsável por realizar uma série de atividades, mas apenas ser aquele que irá para Brasília sempre que a SENASP demandar que alguém do setor compareça a uma dada reunião. Por outro lado, no que diz respeito à realização das atividades relacionadas à alimentação do SINESPJC propriamente ditas, foi possível constatar uma forte pessoalização, já que uma dada pessoa podia ser responsável por essa atividade, mesmo não sendo o gestor nomeado.

Somam-se a esse cenário as situações em que o gestor nomeado não se encontrava (por férias, licença, etc.) e que, por isso, as atividades que se encontravam sob sua responsabilidade não eram executadas, já que ninguém do setor sabia como dar andamento a tais tarefas. Do ponto de vista da operacionalização da pesquisa, nosso pressuposto era, inicialmente, de que em casos como esses acionaríamos o gestor “suplente”, figura oficialmente nomeada pela SENASP como co-responsável no processo de alimentação do SINESPJC e contato com o órgão federal.

No entanto, a partir dos resultados obtidos em campo, é possível afirmar que a figura do gestor suplente segue a mesma lógica da figura do gestor principal nomeado, uma vez que nem sempre o suplente possui conhecimento sobre as rotinas do setor ou sobre as especificidades do processo de produção, análise e divulgação de informações, o que fez com que, nos casos em que esses funcionários tiveram que ser entrevistados, devido à ausência do gestor principal, diversas perguntas do questionário não puderam ser devidamente respondidas. Logo, pensar em mecanismos que viabilizem a rotinização de determinadas tarefas, sem que ocorra a vinculação pessoa-atividade, parece ser uma questão premente para que esses setores possam efetivamente se profissionalizar, no sentido de fornecer insumos duradouros à consolidação do sistema de informações da instituição. Apenas dessa forma o processo de intercâmbio de informações entre o Ministério da Justiça e os estados poderá ser efetivamente realizado ainda que os seus responsáveis formais tenham que se ausentar.

Contudo, é importante destacar que essa pessoalidade perpassa todas as dimensões relacionadas à estruturação dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública. Talvez, em razão de tais setores ainda estarem vinculados aos gabinetes dos secretários da SSP, comandantes da PM e chefe ou diretores da PC, os escolhidos para a gerência de tais unidades são, geralmente, pessoas de con-



fiança desses gestores, ainda que eles não sejam os mais especializados na execução de tais atividades. Com isso, há uma forte tendência à constituição de uma equipe de “amigos”, que pouco conhecimento possui das tarefas relacionadas à produção, análise e divulgação de informação em segurança pública e que, consequentemente, desconhece o funcionamento do sistema de segurança pública estadual e do papel central da coleta e divulgação qualificada de informações nesse campo como instrumento de promoção da transparência na gestão pública, noções essas elencadas pelos próprios gestores como uma das principais fontes de “acertos” na inserção de dados na “ponta” do processo pelas unidades policiais.

Esse cenário se torna ainda mais problemático quando os números coletados com a pesquisa são apresentados: 61 dos 79 entrevistados no programa de visitas foram convidados para trabalhar no setor pelo responsável pela área ou outro superior. Somente cinco declararam que vieram trabalhar na área em razão do interesse pelo tema e quatro encontram-se lotados no setor porque realizaram um concurso público para tal vaga. Do total de respondentes (79), apenas 12 declararam ter recebido algum tipo de qualificação para o desempenho de suas atividades, mas afirmaram como é central o papel da transferência de conhecimento entre os funcionários antigos e novos, já que esse é um dos mecanismos a partir do qual o aprendizado da atividade no setor ocorre (de novo, pessoalização da atividade). Ainda nesse quesito destaca-se o fato de que 1/3 dos respondentes afirmou que aprendeu o seu trabalho no setor fazendo-o, o que denota o completo despreparo de uma proporção substantiva de pessoas envolvidas com a produção, análise e divulgação de informações em segurança pública.

Esse quadro de pessoalização poderia ser revertido se os setores possuísem políticas efetivas de profissionalização dos indivíduos que trabalham nessas áreas o que, contudo, não ocorre. Não existe qualquer preocupação em se escolher funcionários para o setor de acordo com a sua formação técnica, sendo o principal critério as relações de amizade com o responsável pela área. Inclusive esse fato fica evidente quando os entrevistados são demandados a apresentar o quantitativo existente e ideal de funcionários trabalhando no setor. Quando o referente da pergunta é a instituição de origem do indivíduo (por exemplo, policiais militares, funcionários concursados), os entrevistados tendem a apresentar um número substantivamente maior do que quando o referente da pergunta é a formação de tal profissional (estatístico, analista criminal, etc.). Em regra, os respondentes desejam mais indivíduos oriundos da mesma instituição que ele em detrimento de profissionais especializados no exercício de certas atividades.

Também não existe qualquer política de formação de tais profissionais, já que poucas são as localidades que oferecem cursos de qualificação introdutórios ou que possuem uma política de treinamento e requalificação constante de seus profissionais. Ainda que esse cenário tenha começado a se alterar nos últimos anos, o que se percebe é que a maior ou menor qualificação dos indivíduos lotados nessa área é dada pelo interesse que o próprio profissional possui em adquirir novos conhecimentos.



## 4. Considerações finais

Por outro lado, os resultados da pesquisa indicam que esses setores encontram-se bastante institucionalizados, possuindo um espaço próprio dentro da organização (devidamente indicado com placas) e documento institucional apresentando as competências dessas áreas. É importante destacar que tal processo foi iniciado durante a década de 1990, quando a discussão sobre a “escalada” de crimes no Brasil começa a demandar dados mais recentes que os disponibilizados pelo sistema de saúde (que possuem uma defasagem de dois anos) e, também, mais diversificados do ponto de vista da natureza do incidente criminal. Além de diagnósticos baseados em informações mais diversas e precisas, já nos anos 2000, a discussão passou a ser sobre o uso dessa informação enquanto instrumento indispensável para o planejamento operacional das organizações responsáveis pela gestão da segurança pública, como instrumento que viabilizaria a racionalização do trabalho policial. Essas duas pressões parecem ter contribuído para a criação de setores de produção, análise e divulgação da informação em segurança pública já que, com exceção de Roraima (que possui um sistema integrado entre a SSP e a PC), todas as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícias Militares e Polícias Civis possuem uma área específica para a realização de tais atividades.

Cumpre destacar ainda que não estamos nos referindo a uma área criada, mas sem condições de operação. Os dados coletados na pesquisa indicam que em termos de maquinário os setores parecem estar razoavelmente equipados, sendo que a maioria deles conta com, pelo menos, um computador por profissional. A exceção nesse caso é dada pelas Secretarias de Estado de Segurança Pública do Amapá, Maranhão e Rio Grande do Norte; Polícias Militares de Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso e Paraíba; e Polícias Civis do Amazonas, Maranhão e Sergipe, localidades nas quais os funcionários ainda precisam ou levar seus computadores pessoais para conseguirem desempenhar suas atividades laborativas ou participarem de um sistema de rodízio com as demais pessoas que trabalham no setor.

Por outro lado, todos os respondentes afirmaram que os setores têm acesso à internet, apesar de os computadores nem sempre operarem tal como desejado e de essas áreas não contarem com um profissional responsável pela manutenção constante dos equipamentos ou com uma política de renovação do parque tecnológico condizente com as necessidades do setor. Porém, ainda que não exista uma política de renovação freqüente dos equipamentos existentes, a possibilidade de se substituir a totalidade do parque tecnológico quando isso se faz necessário, é um importante indicativo da preocupação das instituições pesquisadas em fornecer aos setores os insumos tecnológicos necessários para a boa execução de suas atividades.

Logo, as informações relacionadas à ausência de capacitação dos recursos humanos e condições razoáveis de infraestrutura dos setores, quando conjugadas, revelam um cenário bastante incongruente: se há alguns anos, o discurso dessas organizações era o de que as atividades de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública não podiam ser realizadas em razão da ausência de equipamentos tecnológicos,

é patente que, na atualidade, a precariedade de tais ações diz respeito, principalmente, à inexistência de profissionais suficientemente qualificados para o desempenho de tais tarefas.

Assim, em termos de políticas públicas, as instituições do sistema de segurança pública deveriam traçar alguns condicionantes para a entrada do profissional no setor e, ainda, alguns cursos que, necessariamente, todos os que trabalham nessa área deveriam realizar não apenas nos seus primeiros dias de trabalho, mas com certa periodicidade, visando a renovação de seus conhecimentos. Mesmo porque, novos softwares vão surgindo e as instituições pesquisadas parecem acompanhar essa evolução tecnológica (já que quase todos os respondentes indicaram possuir softwares lançados recentemente de análise criminal ou espacial), ainda que os seus funcionários não saibam como utilizar tais ferramentas em toda a sua extensão.

Portanto, caso não ocorram esforços no sentido de se incrementar significativamente a qualificação dos funcionários lotados nos setores pesquisados, ter-se-á um grande desperdício de dinheiro público, investido prioritariamente na aquisição de ferramentas sem o adequado investimento na qualificação de quem deve operá-las. É claro que, conforme destacado por diversos entrevistados, a “necessidade” de realização do serviço fez com que muitos soubessem como manejar esses sistemas operacionais, mas a qualidade dessa atividade ainda é algo bastante questionável, o que se reflete numa crescente preocupação com a qualidade e consistência das informações criminais disseminadas por estas instituições.

Os dados coletados pela pesquisa evidenciam também que não apenas a composição do setor é dada por relações de amizade, mas poucos são os setores que possuem uma rotina tal que o seu funcionamento possa ocorrer ainda que o “chefe” não esteja presente. Assim, em suas rotinas, os entrevistados se restringem às atividades de análises estatísticas simples, coleta e sistematização de dados, apoio ao planejamento operacional, gerenciamento de base dados e produção de mapas, apenas executando o que o “chefe do setor” demanda e quando demanda, sem terem uma função mais proativa, que poderia resultar em diagnósticos mais interessantes e mais completos da realidade da segurança pública nas distintas localidades pesquisadas. Em parte, esse diagnóstico parece indicar que, como os profissionais lotados no setor não possuem uma compreensão mais globalizante do significado de sua função ou da própria área, eles também não são capazes de entender o significado dos relatórios de análise criminal para a melhor elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas de prevenção e repressão ao crime.

Essa ausência de um maior conhecimento técnico sobre as atividades envolvidas na produção, análise e divulgação de informação em segurança pública pode explicar também porque poucos se dedicam a analisar a consistência dos dados com os quais trabalham. Como essa tarefa não é demandada pelo chefe e muito menos entendida como importante pelos entrevistados, vários são os relatórios que são produzidos a partir de informações incongruentes ou incompletas. Mais uma vez, o desconhecimento dos efeitos deletérios que diagnósticos baseados em informações equivocadas podem possuir, em termos de



## 4. Considerações finais

inadequado investimento dos recursos públicos ou de inadequados resultados decorrentes da intervenção pública na realidade social, faz com que os setores não se preocupem em reverter esses cenários. Logo, mais do que realizar análise da informação em segurança pública e divulgar os resultados de tais estudos, os setores deveriam problematizar a qualidade da informação que eles produzem, pois apenas dessa forma poder-se-á construir programas de prevenção e repressão ao crime mais efetivos, posto que mais condizentes com o que de fato ocorre nas localidades.

Assim, com o intuito de compreender o que deve ser melhorado em termos de alimentação dos sistemas de informação, a pesquisa procurou desvendar quais eram os caminhos percorridos por um dado registro desde o momento de sua ocorrência, tal como detectado por um policial, até a sua análise e divulgação pelo indivíduo que respondia o questionário web ou concedia entrevista a um de nossos pesquisadores. Com isso, constatou-se que, na maior parte das situações, o policial preenche a ocorrência em papel e, em seguida, ela é entregue a alguém da organização, que se torna responsável por inserir tais informações no sistema, alimentando, dessa forma, o banco de dados.

Contudo, o que é importante de ser destacado é o fato de que tanto o policial que registra o evento em papel quanto o responsável pela alimentação do sistema têm sido focos de distintos programas de qualificação que visam, por um lado, conscientizá-los sobre a importância de que todos os campos da ocorrência sejam devidamente preenchidos e, por outro, ensiná-los a inserir as informações coletadas em cada um dos campos do Registro ou Boletim de Ocorrências de maneira adequada, evitando, dessa forma, perda ou deturpação da informação.

Esse dado também é importante por indicar que existe uma preocupação com a melhoria da qualidade do registro, ainda que a mesma preocupação não seja adequadamente vislumbrada com relação a quem administra o setor e que, por isso, deveria demandar dos funcionários que realizam as atividades de ponta determinadas mudanças para que a informação fosse mais detalhada ou mais específica. Logo, se treinar os responsáveis pela alimentação dos sistemas é algo de extrema importância e, definitivamente, uma política que deve ser continuada nos próximos anos, é preciso pensar que a pessoa que coordena tais atividades também deve possuir qualificação suficiente para verificar se o trabalho desses profissionais está sendo bem feito e, em caso negativo, corrigir tais rumos. Portanto, essa parece ser outra incongruência que precisa ser revista, já que as políticas de qualificação devem ser dirigidas a esses dois públicos e não a apenas um deles.

Em parte, essa incongruência também pode ser a razão para a existência de mecanismos deficientes de controle da inserção da informação nos bancos de dados. Isso porque, apesar de um percentual bastante elevado dos sistemas impedir que o usuário prossiga no registro da ocorrência caso ele não tenha completado todos os campos, como não existe nenhuma rotina realizada pelo supervisor dessa alimentação com o intuito de verificar se os campos estão sendo adequadamente preenchidos, diversos policiais escrevem barbaridades

ou inserem apenas símbolos aleatórios nessas seções com o objetivo de se finalizar o registro de ocorrência. Inclusive, esse é um bom exemplo de como, do ponto de vista formal, os registros parecem estar adequados, mas não são capazes de resistir a uma análise de conteúdo, razão pela qual eles terminam por serem descartados quando o objetivo é a produção de qualquer relatório analítico.

É interessante destacar, contudo, que a mesma crítica pode ser feita aos padrões de preenchimento, teste de consistência e análise dos resultados inseridos no SINESPJC. Isso porque a lógica de alimentação de tal sistema é a mesma empregada nos sistemas estaduais. Se no segundo caso as unidades policiais enviam suas ocorrências em papel para que alguém insira tais informações no sistema estadual, no primeiro exemplo, em regra, os totais do estado são digitados no SINESPJC pelo gestor nomeado pela SENASP como responsável pelo repasse das informações daquela organização. Ocorre que não existe qualquer análise ou procedimento de checagem do que é digitado em tais campos e, assim, se o gestor inserir 0 (zero) em todos eles, o sistema entenderá que tudo foi preenchido devidamente e o relatório formulado a partir dessas informações apresentará esse dado como o número válido de ocorrências para aquela realidade.

Claro que situações como essas poderiam ser evitadas a partir de um simples comparativo dos números inseridos no SINESPJC com os números que o próprio estado divulga como quantitativos de ocorrências criminais mensais, semestrais ou anuais, pois, como a pesquisa indicou, a maioria das instituições consultadas já disponibiliza essas informações em seus respectivos websites. Trata-se de um teste de consistência um pouco trabalhoso, mas que uma vez rotinizado pelo Ministério da Justiça, poderia significar um maior controle dos estados que constantemente apresentam problemas no repasse de suas informações, algo que, com o passar do tempo, poderia ser revertido pela ênfase na existência de mecanismos de controle que impedem que um dado inserido equivocadamente no SINESPJC venha a ser divulgado como informação correta.

Essas duas situações, quando analisadas de maneira combinada, indicam que a informação começa a ser inserida na ponta sem nenhum tipo de análise de consistência e, apesar de passar por um grande fluxo, ainda chega ao banco de dados da SENASP sem qualquer análise, sendo divulgada dessa forma ainda que seja equivocada. Logo, o grande efeito deletério dos erros sucessivos, para além da impossibilidade de comparação real da realidade do crime e da violência nos estados é a impossibilidade de se dizer com segurança que informação é correta e que informação é equivocada e, por conseguinte, que políticas devem ser desenhadas para que a mudança de tais realidades possa ser operacionalizada.

Em que pese os problemas apontados, as organizações pesquisadas parecem ter avançado substancialmente no que se refere à integração de sistemas de informações, especialmente, no que diz respeito ao compartilhamento das bases de dados da Polícia Civil com a Polícia Militar e com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública. Especialmente no que diz respeito ao primeiro processo, essa informação é importante porque apenas recentemente as Polícias Militares passaram a se preocupar com a sistematização de seus



## 4. Considerações finais

registros de ocorrência e, por conseguinte, produção de análises que sirvam à melhoria do planejamento operacional de tal organização. Logo, contar com as bases de dados das Polícias Civis permite que essa atividade possa ser realizada pelas PMs sem os possíveis vieses que um novo sistema, ainda não testado, pode possuir.

As organizações parecem ter avançado ainda na divulgação de dados em segurança pública, já que 41% do total de respondentes disseram que essas informações são amplamente divulgadas, 41% afirmaram que elas são divulgadas apenas internamente e 14% disseram que elas não são divulgadas em quaisquer situações. Nesse ponto, é importante destacar que as Secretarias Estaduais de Segurança Pública divulgam muito mais essas informações do que as Polícias Militares e Civis, cujos relatórios ainda são produzidos apenas para consumo da própria instituição. Contudo, esses dados são importantes porque até alguns anos atrás essa informação era classificada como sigilosa e, por isso, a única pessoa que tinha acesso às mesmas era o dirigente da corporação que, nem sempre, a repassava aos demais subordinados, com o temor de que tal dado se tornasse de conhecimento público o que, por conseguinte, poderia colocar em questionamento a sua capacidade em gerenciar a segurança pública em uma dada localidade. Hoje os dirigentes de tais instituições parecem ter consciência de que a publicidade dessa informação auxilia não apenas no desenho de políticas de prevenção e repressão ao crime, como também no próprio envolvimento da comunidade em tais ações com o fim de se constituir espaços efetivamente seguros em seus locais de residência ou trabalho.

No que diz respeito aos padrões de alimentação do SINESPJC, a pesquisa quantitativa revelou algumas questões bem interessantes. Primeiro, nenhum policial militar respondeu às indagações relacionadas ao processo de alimentação do SINESPJC, o que denota certo isolamento dessa organização no que diz respeito à realização de tais atividades. Essa informação é especialmente preocupante quando o foco é a questão de civis mortos por policiais, já que a PM é a principal responsável pela realização das atividades de policiamento ostensivo e, por isso, a mais suscetível a estar envolvida em ocorrências de tal natureza. Logo, se ela não alimenta bem o SINESPJC nesse quesito, dificilmente, o Ministério da Justiça e a sociedade em geral terão um conhecimento real sobre a dimensão deste fenômeno.

Por outro lado, como um dos objetivos do SINESPJC é a produção de estatísticas criminais padronizadas para toda a federação brasileira, a pesquisa procurou desvelar em que medida os entrevistados seguem os parâmetros de alimentação de tal sistema. Assim, a primeira questão foi a relacionada à unidade de registro dos crimes letais intencionais, a qual, de acordo com os padrões do SINESPJC, deveria ser a vítima, afinal, a pretensão do sistema é a de contabilizar quantas pessoas morreram como decorrência de um determinado evento criminoso. Contudo, diversos respondentes informaram que a unidade de preenchimento é a ocorrência, o que significa que em casos que envolvam mais de uma morte, essa informação não é registrada. Logo, pode acontecer de uma chacina em que 20 pessoas foram mortas ser registrada como apenas uma ocorrência, encobrindo a gravidade do evento criminoso.

Os respondentes foram demandados ainda a apresentarem se contabilizam determinadas ocorrências letais e não letais envolvendo civis e os profissionais das forças policiais (militares e civis) e, dessa forma, constatamos que as principais ocorrências dessa natureza são registradas nas seguintes categorias: pessoas mortas em confronto com policiais militares em serviço; policiais mortos em serviço; pessoas mortas em confronto com policiais civis em serviço e policiais civis mortos em serviço.

Além disso, categorias como o latrocínio não são corretamente registradas, já que os gestores da SSP e da PC afirmaram que, em regra (89% dos casos), não há esse duplo registro, do crime de roubo e do crime de homicídio e também não indicaram em qual categoria dentre as duas esse crime é efetivamente registrado. Assim, é possível concluir que qualquer diagnóstico sobre a incidência do latrocínio no país, que tenha como base as informações congregadas pelo SINESPJC, fornece apenas um retrato incompleto e impreciso dessa realidade.

O diagnóstico qualitativo, que deveria reunir informações mais detalhadas sobre os procedimentos de gerenciamento do SINESPJC foi bastante decepcionante porque, dos 79 entrevistados, apenas 39 disseram alimentar tal sistema. Com isso, toda a parte de compreensão de como ocorre essa interface com o usuário, quais são os principais problemas verificados e, ainda, o que pode ser realizado para melhoria do sistema, levou em consideração apenas metade do universo de gestores visitados.

Contudo, uma ressalva que merece ser feita nesse sentido é o fato de que vários respondentes terem indicado que a alimentação do SINESPJC tem sido descentralizada nas instituições pesquisadas, isto é, ela tem sido feita pelos policiais nas próprias delegacias e batalhões de polícia. Essa informação é importante porque, na realidade, ela representa o próprio ideal do sistema: fornecimento de informações sobre incidência criminal tão logo o delito seja registrado por alguma organização policial. O problema verificado nesse quadro diz respeito à incapacidade dos gestores em supervisionar a forma como essa alimentação tem ocorrido, modificar – inserindo ou retirando - novas unidades policiais e, ainda, corrigir os principais problemas decorrentes de inserção de informações incompletas ou equivocadas no sistema. Logo, além de uma maior interligação entre o gestor estadual e a SENASP, é mister pensar em formas mais efetivas de integração entre o trabalho do gestor e o dos policiais que alimentam o sistema.

Nesse sentido, uma questão que pode auxiliar na problematização dessa situação é a relacionada à contabilidade do principal fenômeno criminoso: o homicídio. Os dados coletados indicaram que em algumas localidades são somadas as ocorrências relacionadas ao tipo doloso com as referentes ao tipo culposo, fazendo com que as mortes violentas sejam superestimadas.

Não há como negar que a morte decorrente de um acidente de trânsito está longe de ter o mesmo significado que as seguintes mortes: um marido que esfaqueia a mulher por ciúmes, o traficante que atea fogo em seu rival para controle de uma dada área ou ainda o policial que atira nas costas de um suspeito apenas



## 4. Considerações finais

porque ele parecia ser um “bandido”. Esse tipo de confusão não apenas deturpa a realidade dos estados em termos de grau de violência como também dificulta a elaboração de políticas públicas que sejam diferenciadas dependendo das causas do crime em cada localidade.

Em outros estados, as ocorrências decorrentes de “resistências” de civis a ordens de policiais que resultam em morte não são somadas na categoria homicídio doloso, o que faz com que as mortes violentas sejam subestimadas. Ambas as situações poderiam ser facilmente corrigidas se os gestores de tais setores tivessem consciência dos problemas que esses equívocos significam não apenas do ponto de vista da produção de estatísticas criminais, mas, especialmente, dos possíveis efeitos deletérios que podem resultar de intervenções baseadas em dados que não são capazes de refletir a realidade do estado.

Por outro lado, alguns dos entrevistados destacaram as potencialidades do SINESPJC enquanto fonte de informação para a realização de análises comparadas que tenham como objetivo a compreensão da situação do crime e da violência no próprio estado e, ainda, a evolução de tal fenômeno quando vários estados são comparados. Nesses termos, verificar que os gestores estaduais já têm atentado para as possibilidades do sistema é uma informação importante porque, ao se depararem com as inconsistências decorrentes do precário repasse de dados, esses profissionais podem ter uma noção mais exata da importância da boa realização de suas atividades.

Nesse sentido, atividades como as executadas no âmbito desse projeto são de suma importância porque permitem uma compreensão mais detalhada das potencialidades e limites dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, como ainda um conhecimento mais detalhado de quais são os procedimentos que tais unidades empregam em suas rotinas de tratamento da informação criminal.



## Referências citadas

Araújo, Tânia et al (2005). Mal – estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. Revista Baiana de Saúde Pública. v.29 n.1, PP.6-21.

Cerqueira, Daniel (2011). Mortes Violentas Não Esclarecidas e Impunidade no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mimeo.

Faerstein, Eduardo et al. (1999). Pré testes de um questionário multidimensional autopreenchível: a experiência do estudo pró-saúde UERJ. Physis: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 9, n.2, PP. 117-130.



## DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR DAS PLATAFORMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO UTILIZADAS NA PRODUÇÃO DE DADOS DO SINESPJC

## Relatório tecnologia da informação

A proposta desse documento é apresentar as principais conclusões resultantes do questionário enviado aos responsáveis pelas áreas de Tecnologia da Informação nos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícias Militares e Polícias Civis. Assim como o questionário sobre Produção da Informação, apresentado em relatório anterior, essa parte da pesquisa tinha como objetivo coletar informações qualificadas acerca dos recursos e procedimentos existentes nesses setores.

Para além dos resultados obtidos a partir do levantamento sobre os setores de Produção da Informação, diretamente envolvidos com a gestão da informação sobre segurança pública no estado e coordenados por interlocutores indicados pela SENASP, entendemos como necessário também o mapeamento das estruturas estaduais envolvidas com a Tecnologia da Informação como forma de revelar os subsídios hoje disponíveis a qualquer proposta de reformulação dos sistemas estaduais. Contempla-se, assim, o intuito final deste projeto de pesquisa: oferecer subsídios para que a SENASP possa direcionar e qualificar investimentos e políticas que visem a melhoria de tais setores.

Nesta etapa, a estratégia para acessar os interlocutores estaduais dos setores de tecnologia foi semelhante à utilizada no mapeamento dos setores de Produção da Informação, utilizando os gestores estaduais nomeados junto ao SINESPJC como mediadores deste contato, responsáveis por indicar a pessoa responsável pela gestão da Tecnologia da Informação em determinada instituição.

Apesar de estratégia similar, em comparação com o instrumento anterior, a taxa de resposta deste foi um pouco menor – 61 questionários no total, o que representa uma taxa de retorno de 75% (Tabela 01). Em parte, essa situação decorre do fato de que, tal como constatado no relatório referente ao questionário de Produção da Informação, uma parte substantiva das atividades relacionadas à tecnologia da informação é realizada por instituições exteriores à própria organização, em caráter de terceirização de serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas o que, por sua vez, inviabiliza a resposta ao questionário cujos resultados ora se analisam.

**Tabela 01** – Total de respondentes do questionário de tecnologia da informação, por instituição<sup>1</sup>

Estado	SSP	PM	PC	Total
Total	24	18	19	61
Acre	0	1	1	2
Alagoas	1	1	1	3
Amapá	1	0	1	2
Amazonas	1	1	1	3

Continua >



# Apêndice

Bahia	1	0	1	2
Ceará	1	1	1	3
Distrito Federal	1	1	1	3
Espírito Santo	1	0	1	2
Goiás	1	0	0	1
Maranhão	1	0	0	1
Mato Grosso	1	1	1	3
Mato Grosso do Sul	1	1	1	3
Minas Gerais	1	1	0	2
Pará	0	0	1	1
Paraíba	1	1	1	3
Paraná	1	1	1	3
Pernambuco	1	1	1	3
Piauí	0	1	1	2
Rio de Janeiro	1	0	0	1
Rio Grande do Norte	1	1	0	2
Rio Grande do Sul	1	1	1	3
Rondônia	1	1	1	3
Roraima	1	1	1	3
Santa Catarina	1	1	1	3
São Paulo	1	0	0	1
Sergipe	1	0	0	1
Tocantins	1	1	0	2
Taxa de resposta	89%	67%	70%	75%

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

1 Os setores da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança do estado de Tocantins funcionam de forma integrada em um mesmo espaço e compartilham de mesma equipe e infraestrutura. Dessa forma, o questionário de Tecnologia da Informação foi respondido apenas uma vez, devendo as respostas serem aplicadas às duas instituições.

Conforme demonstrado pela Tabela 01, do total de potenciais entrevistados (o que representa um entrevistado por instituição e por estado), em média, 75% responderam ao questionário sobre tecnologia da informação. O maior número de respondentes se concentra na Secretaria Estadual de Segurança Pública (24 respondentes) e o menor na Polícia Militar (18 respondentes). Apenas 18 do total de estados brasileiros contaram com a participação das três organizações.

A primeira questão do formulário indagava se o setor era o único responsável pela tecnologia da informação na instituição. Especialmente no caso da Secretaria Estadual de Segurança Pública, esperava-se que distintos setores pudessem possuir unidades diferenciadas responsáveis pela administração dessa área, afinal, a demanda por tecnologia da informação na área penitenciária é, por exemplo, bastante distinta da demanda por tecnologia da informação na área de planejamento operacional.

Os resultados indicaram que, apesar de alguns respondentes não terem sabido informar se a instituição contava com outro setor responsável por essa atividade, em quase metade das situações a instituição não possuía outra área de tecnologia da informação (Tabela 02). Em regra, quando acontecia de essa duplicidade ser verificada, o outro setor era uma Coordenadoria de Tecnologia e Informática que, aparentemente, distribuía as distintas atividades relacionadas à tecnologia no âmbito da instituição o que, por sua vez, inclui o setor responsável pela produção, análise e divulgação de informação em segurança pública, acessado através do questionário de Produção.

Este setor é o ÚNICO desta instituição que trabalha com a tecnologia da informação?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	8	33	4	22	7	37	19	31
Sim	13	54	10	56	6	32	29	48
Não	3	13	4	22	6	32	13	21

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

As perguntas subseqüentes procuravam compreender a institucionalidade do setor de tecnologia que fornece aparato às atividades relacionadas à produção, análise e divulgação de informação em segurança pública. Logo, a primeira dessas indagações dizia respeito ao órgão ao qual essa área encontra-se vinculada e, com isso, foi possível constatar que, em regra, os entrevistados estão vinculados aos órgãos máximos de cada organização (Tabela 03). Importante destacar que, no caso das respostas “outros”, um percentual substantivo encontra-se vinculado às diretorias de planejamento das respectivas instituições, sendo esse, inclusive, o arranjo mais comumente observado nas três organizações participantes da pesquisa.

**Tabela 03** – Unidade administrativa à qual o setor de tecnologia da informação encontra-se vinculado, por instituição

A qual unidade administrativa da sua Instituição, o seu setor está diretamente subordinado?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Sem informação	9	38	4	22	7	37	20	33
Gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afim	7	29	0	0	2	11	9	15

Continua >



# Apêndice

A qual unidade administrativa da sua Instituição, o seu setor está diretamente subordinado?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sub-Secretaria de Planejamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública e/ou Defesa Social ou afim	1	4	0	0	0	0	1	2
Gabinete do Diretor da Polícia Civil	1	4	0	0	5	26	6	10
Gabinete do Comandante-Geral da Polícia Militar	0	0	7	39	0	0	7	11
Outros (especificar)	6	25	7	39	5	26	18	30

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Já a questão subsequente procurava investigar se a existência deste setor estava prevista na estrutura organizacional da instituição à qual ele está vinculado. Tal como verificado no caso dos questionários relacionados aos setores de produção, análise e divulgação da informação em segurança pública, a maioria dos setores de tecnologia da informação se encontra formalmente prevista em, aproximadamente, mais da metade das Secretarias de Estado, Polícias Militares e Polícias Cíveis que responderam ao questionário (Tabela 04).

**Tabela 04 – Inserção do setor de tecnologia da informação na estrutura organizacional, por instituição**

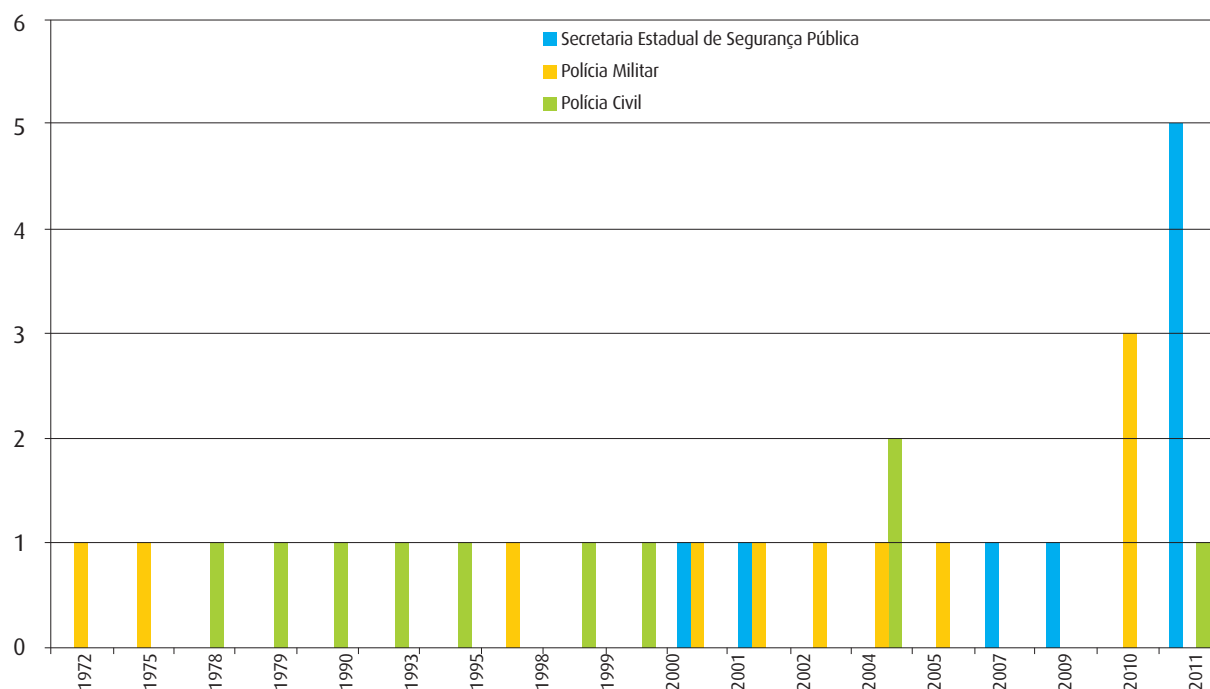
Este setor está previsto na estrutura organizacional da instituição?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	9	38	4	22	7	37	20	33
Sim	11	46	12	67	12	63	35	57
Não	4	17	2	11	0	0	6	10

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

No que se refere ao ano de criação do setor, os resultados indicam que os da SSP são mais novos, posto que criados já ao final dos anos 2000 (em média, em 2008), enquanto os da PM são um pouco mais antigos que esses (criados, em média, em 1998) e os da PC são os mais antigos de todos, posto que criados, em média, no ano de 1995, tal como denota o Gráfico 01.

Gráfico 01 >

**Gráfico 01 – Ano de criação do setor de tecnologia da informação, por instituição**



Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Quanto ao local no qual as atribuições do setor encontram-se descritas, os respondentes informaram que, em quase metade dos casos, o setor possui uma portaria ou documento oficial estabelecendo as atividades da área (Tabela 05), o que demonstra que no momento da criação de tais áreas as instituições já as atribuíram competências evitando, dessa forma, disputas de poder.

**Tabela 05 – Previsão das atribuições do setor em documento formal, por instituição**

As atribuições e competências deste setor estão descritas em alguma portaria, boletim, decreto, regimento ou outro documento institucional?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	9	38	5	28	7	37	21	34
Sim	7	29	11	61	7	37	25	41
Não	8	33	2	11	5	26	15	25

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.



É importante destacar, contudo, que poucos são os setores que possuem um organograma interno, que seja capaz de descrever e apresentar não apenas os níveis de coordenação, mas também as diferenças existentes entre as atribuições de cada área do setor (Tabela 06)<sup>11</sup>. Essa ausência pode ser atribuída ao fato de que, especialmente nas secretarias, essas unidades foram criadas apenas recentemente e, por isso, não possuem uma complexidade tal de atividades e funcionários que demande esse nível de especificação sobre como a coordenação de tarefas deve ocorrer dentro do setor.

**Tabela 06 – Existência de organograma especificando as atribuições e os níveis de coordenação do setor, por instituição**

Este setor possui um organograma próprio que especifique e descreva níveis de coordenação e atribuições?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	8	33	5	28	8	42	21	34
Sim	5	21	8	44	4	21	17	28
Não	11	46	5	28	7	37	23	38

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Por outro lado, da mesma forma que no questionário de Produção da Informação, os responsáveis pelos setores de tecnologia da informação foram perguntados sobre a quantidade de funcionários existentes no setor e a que, na perspectiva deles, seria a ideal. Com isso, pretendia-se compreender em que medida a institucionalização dos setores de fato ocorre, pois de nada adianta estar esse previsto no organograma da instituição e ter as suas atribuições previstas em documentos oficiais se os insumos mínimos para seu funcionamento, isto é, funcionários e equipamentos, não se encontram disponíveis.

No caso do quantitativo de funcionários, as perguntas foram feitas de duas formas distintas. Primeiro, o entrevistado era demandado a apontar os indivíduos de acordo com os seus órgãos de origem, isto é, policial civil, policial militar, guarda municipal, etc.; e, depois, de acordo com a formação técnica e/ou as atividades que eles poderiam desempenhar, quais sejam, analista de sistemas, estatístico, dentre outras, todas ligadas às atividades desenvolvidas no âmbito da tecnologia.

No que se refere ao primeiro critério foi possível constatar que (1) em regra, os setores afirmam precisarem de mais funcionários do que possuem hoje; (2) os respondentes tendem a apontar para a necessidade

<sup>11</sup> Após envio do relatório a todos os participantes da pesquisa, alguns entrevistados destacaram que, geralmente, quando há a criação de um organograma existe também o estabelecimento de uma divisão de funções. Ocorre que em algumas situações apenas o organograma é formalizado, o que não significa que não existam documentos estabelecendo as atribuições de cada qual, de maneira “quase” formal, como nos informou o entrevistado da PC de Roraima.



de mais funcionários oriundos da mesma instituição na qual trabalham do que originários de outros locais; (3) esse corporativismo é substantivamente maior dentro das polícias do que dentro da secretaria, onde parece existir um maior espaço para a diversidade dos funcionários em termos de órgãos de origem (Tabela 07).

**Tabela 07** – Quantidade de profissionais existentes e ideais para os setores de tecnologia da informação, segundo o órgão de origem e a instituição

<b>Funcionários</b>	<b>SSP</b>	<b>PM</b>	<b>PC</b>
Policial Civil - Quantitativo Existente	2	0	13
Policial Civil - Quantitativo Ideal	4	0	24
Diferença (ideal - existente)	2	0	11
Policial Militar - Quantitativo Existente	3	19	1
Policial Militar - Quantitativo Ideal	5	34	4
Diferença (ideal - existente)	2	15	3
Bombeiro Militar - Quantitativo Existente	1	0	0
Bombeiro Militar - Quantitativo Ideal	3	0	0
Diferença (ideal - existente)	2	0	0
Agente Penitenciário - Quantitativo Existente	1	0	0
Agente Penitenciário - Quantitativo Ideal	0	0	0
Diferença (ideal - existente)	0	0	0
Funcionário não policial em cargo comissionado - Quantitativo Existente	2	0	2
Funcionário não policial em cargo comissionado - Quantitativo Ideal	3	1	2
Diferença (ideal - existente)	1	1	0
Funcionário não policial concursado - Quantitativo Existente	3	0	4
Funcionário não policial concursado - Quantitativo Ideal	7	1	22
Diferença (ideal - existente)	4	1	18
Funcionário não policial terceirizado - Quantitativo Existente	8	4	3
Funcionário não policial terceirizado - Quantitativo Ideal	13	7	0
Diferença (ideal - existente)	7	3	-3
Estagiário - Quantitativo Existente	2	2	6
Estagiário - Quantitativo Ideal	4	4	10
Diferença (ideal - existente)	2	2	4

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

No que se refere ao quantitativo de funcionários existentes e necessários de acordo com as atividades que esses deveriam exercer, foi possível constatar que todos os respondentes acreditam que o setor deveria contar com um maior quantitativo de funcionários para cada uma das atividades elencadas (Tabela 08).

**Tabela 08 >**



**Tabela 08 – Quantidade de profissionais existentes e ideais para os setores de tecnologia da informação, segundo a função a ser exercida e a instituição**

<b>Funcionários</b>	<b>SSP</b>	<b>PM</b>	<b>PC</b>
Estatístico - Quantitativo Existente	0	0	0
Estatístico - Quantitativo Ideal	1	2	2
Diferença (ideal - existente)	1	2	2
Analista de sistemas - Quantitativo Existente	4	2	5
Analista de sistemas - Quantitativo Ideal	7	4	9
Diferença (ideal - existente)	3	2	4
Programador - Quantitativo Existente	2	2	1
Programador - Quantitativo Ideal	5	7	4
Diferença (ideal - existente)	3	4	3
Analista de suporte - Quantitativo Existente	1	1	2
Analista de suporte - Quantitativo Ideal	3	3	4
Diferença (ideal - existente)	2	2	2
Técnico de suporte - Quantitativo Existente	4	3	2
Técnico de suporte - Quantitativo Ideal	7	7	8
Diferença (ideal - existente)	3	4	6
Analista criminal - Quantitativo Existente	0	1	0
Analista criminal - Quantitativo Ideal	1	2	3
Diferença (ideal - existente)	1	1	3
Estagiário - Quantitativo Existente	1	1	4
Estagiário - Quantitativo Ideal	3	3	9
Diferença (ideal - existente)	2	2	5
Analista de Banco de Dados - Quantitativo Existente	1	1	1
Analista de Banco de Dados - Quantitativo Ideal	2	3	4
Diferença (ideal - existente)	1	2	3
Outros - Quantitativo Existente	1	2	0
Outros - Quantitativo Ideal	2	5	2
Diferença (ideal - existente)	1	3	2

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Por outro lado, comparando os resultados das Tabelas 07 e 08, é possível afirmar que os respondentes apresentam certa facilidade em apontar uma maior necessidade de funcionários de acordo com a instituição de origem, mas pouca capacidade em identificar quais seriam as funções que esses indivíduos deveriam executar, já que os quantitativos de funcionários ideais são substancialmente maiores na Tabela 07 do que na Tabela 08, o que pode representar uma fraca delimitação de funções dentro dos setores analisados. Dessa forma, as maiores carências, em termos de funções especializadas desses setores, são as relacionadas a programador, técnico de suporte e analista de sistema, que são atividades geralmente realizadas pelas pessoas que se encontram lotadas no setor.

As questões seguintes procuravam desvelar como ocorre a formação do indivíduo que trabalha no setor, uma vez que para o exercício das atividades relacionadas à tecnologia da informação, em diversas situações, faz-se necessária a realização de uma capacitação específica do funcionário, para que ele aprenda não apenas a manusear determinados programas, mas, especialmente, a linguagem aplicável nessa seara. Dessa forma, a primeira questão desse bloco dizia respeito à existência de incentivo institucional para realização de cursos com o objetivo de aperfeiçoar, qualificar e/ou especializar a equipe do setor.

Porém, em que pese a importância de políticas de formação para os funcionários lotados no setor de tecnologia da informação, de acordo com os respondentes, poucas são as instituições que oferecem qualquer tipo de incentivo para a qualificação dos indivíduos nessa área. A partir dos dados, podemos afirmar que sete respondentes da SSP, quatro da PM e dois da PC afirmaram que existe incentivo a uma política de formação de recursos humanos na área de TI em suas respectivas instituições (Tabela 09).

**Tabela 09 – Existência de incentivo para qualificação de funcionários, por instituição**

Há algum incentivo institucional para realização de cursos com o objetivo de aperfeiçoar, qualificar e/ou especializar a equipe do setor?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	8	33	5	28	8	42	21	34
Sim	7	29	4	22	2	11	13	21
Não	9	38	9	50	9	47	27	44

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Assim, considerando apenas os indivíduos que responderam afirmativamente à questão anterior, perguntou-se quais tinham sido os cursos oferecidos pela instituição nos últimos 12 meses. Para formulação dessa questão, foram considerados aqueles treinamentos que, segundo especialistas da área de TI, deveriam ser ministrados a todos os indivíduos que trabalham com essa atividade no âmbito das instituições analisadas.

De maneira geral, os resultados das respostas indicaram que poucas são as instituições que investem em tal seara, sendo o curso mais frequentemente apontado pelos respondentes o de análise e desenvolvimento de sistemas em qualquer linguagem de programação, que foi lembrado por cinco deles. Além desse, destacam-se os treinamentos na área de gerenciamento de projetos, Geoprocessamento, ITIL ou COBIT e Manutenção de Equipamentos de Informática, sendo que cada qual recebeu três menções. Por fim, é importante destacar que os dois respondentes da Polícia Civil que afirmaram existir algum tipo de incentivo a treinamentos em suas respectivas organizações, não mencionaram quais são as áreas nas quais ele normalmente ocorre (Tabela 10).



**Tabela 10 – Cursos oferecidos aos funcionários do setor de TI, por instituição**

Curso	SSP	PM	PC	Total
Gerenciamento de projetos	1	2	0	3
Administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados	1	0	0	1
Processos de engenharia de softwares	1	0	0	1
Análise e Desenvolvimento de sistemas em qualquer linguagem de programação	4	1	0	5
Gerenciamento de Redes	1	2	0	3
Sistemas operacionais	2	0	0	2
Geoprocessamento	2	1	0	3
ITIL ou COBIT	2	1	0	3
Manutenção de Equipamentos de Informática	2	1	0	3
Ferramentas de Data Mining e/ou Business Intelligence	1	1	0	2

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, todos os respondentes foram indagados quanto à existência de iniciativa dos funcionários em custear cursos de qualificação por conta própria, quando não existe incentivo institucional para a realização dos mesmos. Contudo, apenas aproximadamente 1/4 dos entrevistados responderam afirmativamente a essa questão (Tabela 11).

**Tabela 11 – Existência de iniciativa dos funcionários para treinamento na área de TI, por instituição**

Em caso de não haver incentivo institucional para a realização de cursos, há iniciativa dos funcionários em custear cursos de qualificação por conta própria?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	10	42	5	28	8	42	23	38
Sim	8	33	5	28	3	16	16	26
Não	6	25	8	44	8	42	22	36

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Considerando apenas os que responderam afirmativamente a essa questão, foi possível constatar que o curso mais realizado “por conta própria” pelos funcionários do setor de TI é também o de análise e desenvolvimento de sistemas em qualquer linguagem de programação (oito casos). Em seguida, aparece a menção a treinamentos na área de gerenciamento de redes (seis casos), geoprocessamento (seis casos) e gerenciamento de projetos (cinco casos), tal como denotam os resultados sumarizados na Tabela 12.

**Tabela 12 – Cursos realizados pelos funcionários do setor de TI por conta própria, por instituição**

Curso	SSP	PM	PC	Total
Gerenciamento de projetos	3	1	1	5
Administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados	1	0	1	2
Processos de engenharia de softwares	1	1	1	3
Análise e Desenvolvimento de sistemas em qualquer linguagem de programação	3	3	2	8
Gerenciamento de Redes	1	3	2	6
Sistemas operacionais	0	0	1	1
Geoprocessamento	3	2	1	6
ITIL ou COBIT	2	1	1	4
Manutenção de Equipamentos de Informática	0	1	1	2
Ferramentas de Data Mining e/ou Business Intelligence	0	0	1	1

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Comparando os resultados da Tabela 10 com os representados na Tabela 12 é possível concluir que, para a maioria de cursos mencionados em ambas as questões sobre treinamento, há mais respondentes afirmando que os funcionários devem recorrer a tais programas de qualificação com recursos próprios do que afirmando que a instituição custeia tais cursos. Logo, essas respostas parecem indicar que os treinamentos nas áreas mencionadas são, de fato, essenciais para a boa execução das atividades de tecnologia da informação nos setores analisados e, assim, diante da ausência de uma política institucional de formação aos indivíduos lotados nessas áreas, os funcionários acabam sendo obrigados a recorrerem aos seus próprios recursos para garantirem a boa realização das atividades.

Por fim, ainda no quesito de incentivos aos recursos humanos lotados no setor, os entrevistados foram indagados quanto à existência de alguma remuneração adicional prevista para trabalhar no setor. As respostas indicaram que em apenas quatro situações (três na SSP e uma na PC) o responsável pela área de TI no âmbito dos setores de produção, análise e divulgação de informação em segurança pública recebe qualquer tipo de gratificação adicional pelo trabalho realizado (Tabela 13).

**Tabela 13 >**



**Tabela 13 – Existência de remuneração adicional em razão da atividade no setor, por instituição**

Há alguma remuneração adicional prevista para trabalhar neste setor?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	8	33	5	28	8	42	21	34
Sim	3	13	0	0	1	5	4	7
Não	13	54	13	72	10	53	36	59

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A penúltima seção do questionário procurava verificar quais são os recursos tecnológicos existentes nessa área, o grau de conectividade da mesma e, ainda, os processos de renovação dos equipamentos que são disponibilizados no setor. Logo, a primeira questão tratava de identificar o quantitativo de equipamentos existentes no setor e, com isso, foi possível constatar que a instituição que possui maior número de servidores é a Secretaria Estadual de Segurança Pública e a que possui maior número de computadores (incluindo laptops) é a Polícia Militar, com 76 no total – a SSP possui 33 e a PC possui 67 (Tabela 14). Além disso, nenhum dos setores participantes da pesquisa possui filmadora ou aparelho de DVD.

**Tabela 14 – Quantidade média de equipamentos nos setores de tecnologia da informação, por instituição**

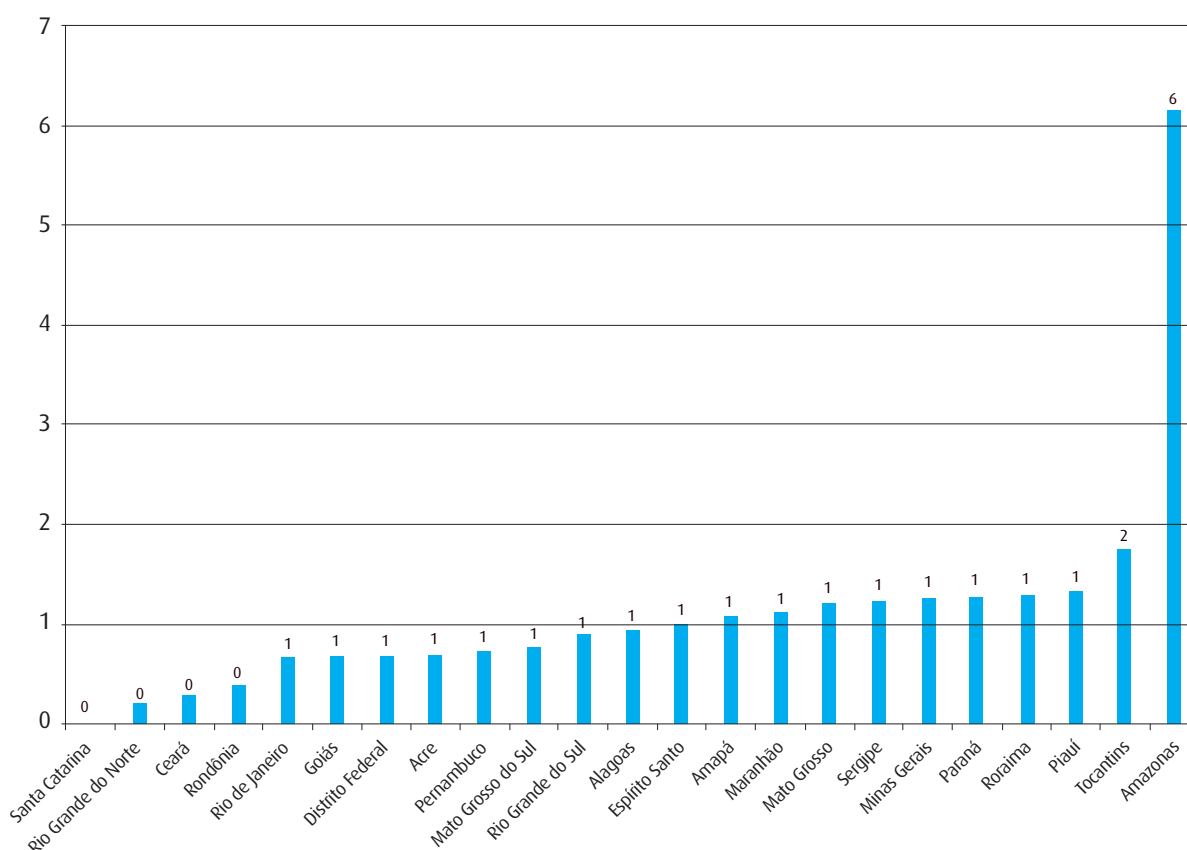
Equipamentos	SSP	PM	PC
Computador (desktop)	30	72	52
Computador (servidor)	17	9	11
Notebook (computador portátil)	4	5	15
Palmtop (computador de mão)	0	1	1
Tablet (Ipad, Galaxy e afins)	0	0	3
GPS	1	1	1
Impressora	4	18	15
Scanner	1	3	2
Filmadora	1	2	0
Aparelho de televisão	1	9	2
Data-Show	1	2	3
Aparelho de DVD	0	5	0
Aparelho de Fax	0	6	6
Outros	4	4	0

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Calculando a razão funcionários lotados no setor por computadores foi possível constatar que nas áreas de tecnologia da informação da SSP e da PC existem mais computadores do que funcionários, o que não ocorre na PM onde existem dois funcionários para cada computador. Uma possível explicação para esse resultado, que difere substancialmente do encontrado no questionário de produção de informação, é o fato de que muitas vezes os funcionários desse setor passam grande parte do seu tempo prestando serviço em outras áreas, auxiliando, por exemplo, outros funcionários com a instalação de redes de computadores.

Quando os dados são desagregados por estado, é interessante notar que os em pior situação são os do Amazonas (seis funcionários por computador) e os do Tocantins (dois funcionários por computador), tal como denotam os dados sumarizados no Gráfico 02.

**Gráfico 02 – Razão média de funcionários por computador, por estado**



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.



No que se refere à forma de conectividade do setor com a internet, os respondentes afirmaram que essa ocorre, prioritariamente, a partir de internet banda larga e/ou servidor compartilhado com os demais setores da instituição. Interessante destacar ainda o elevado percentual de respondentes que afirmou possui acesso para consulta ao banco de dados do INFOSEG, denotando que esses setores parecem estar razoavelmente conectados com a SENASP a partir desta rede (Tabela 15).

**Tabela 15 – Forma de conexão à internet, por instituição**

Forma de acesso à internet	SSP	PM	PC	Total*
Possui acesso a Internet por meio discado	0	0	0	0
Possui acesso a Internet banda larga	13	12	9	34
Possui servidor exclusivo	11	7	6	24
Possui servidor compartilhado com outros setores desta instituição	14	10	8	32
Possui acesso para consulta ao banco de dados do INFOSEG	13	8	9	30
Possui acesso à rede lógica do INFOSEG (Ponto de presença)	7	1	5	13
Não possui acesso à internet	0	0	0	0

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

\*Os totais percentuais não foram calculados, já que uma instituição pode apresentar mais de uma forma de acesso à internet

Já a pergunta seguinte procurava mapear a capacidade de acesso à rede, posto que indagava sobre a quantidade de computadores que se encontram interligados a essa e que são de responsabilidade do setor. Os resultados indicaram que, em média, a Polícia Civil é a instituição que possui maior número de computadores interligados em rede, uma vez que o quantitativo apresentado por essa é mais do que o dobro do informado pela Secretaria de Segurança Pública e mais do que o triplo do informado pela Polícia Militar (Tabela 16).

**Tabela 16 – Estatísticas descritivas da quantidade de computadores interligados na rede de dados sob responsabilidade do setor, por instituição**

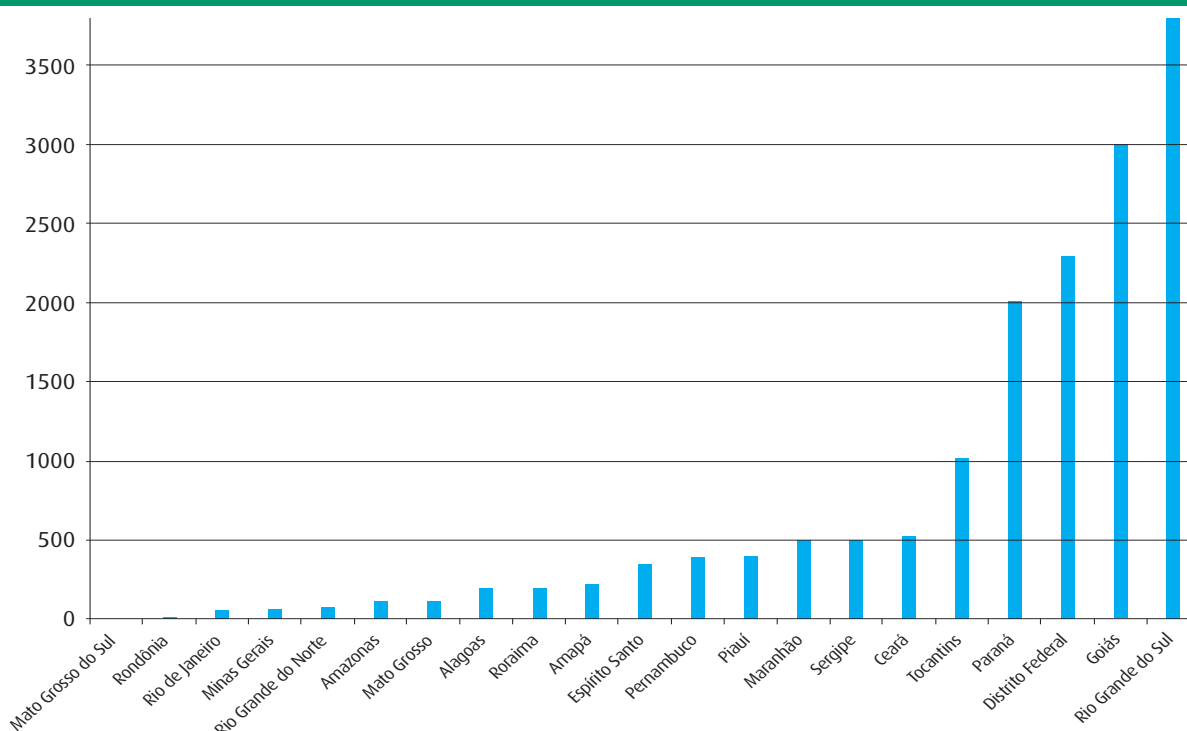
Instituição	Quantos computadores estão interligados na rede de dados sob responsabilidade desse setor?		
	N. Mínimo	N. Máximo	N. Médio
Total	0	7000	790
SSP	4	3000	616
PM	1	4000	504
PC	0	7000	1489

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.



Desagregando os resultados por estado, é possível perceber que as localidades apresentam realidades muito díspares no que se refere ao número de computadores que estão interligados na rede de dados sob responsabilidade do setor de tecnologia de informação. Isso porque em locais como Mato Grosso do Sul existem apenas oito computadores interligados na rede enquanto no Rio Grande do Sul esse quantitativo sobe para 3800 (Gráfico 03).

**Gráfico 03** – Número de computadores que estão interligados na rede de dados sob responsabilidade do setor de tecnologia de informação, por estado<sup>1</sup>



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

<sup>1</sup> O gestor do Rio de Janeiro destaca que os dados apresentados nesta figura podem levar a uma interpretação equivocada da realidade deste estado. Isso porque, a questão respondida, que deixou muitas dúvidas em sua interpretação, arguia sobre o número de computadores em rede no órgão que alimenta o SINESPJC (assim entendemos) e nesse sentido seriam as máquinas em rede interna no ISP, por isso o número reduzido para o RJ. O resultado porém, pode ser interpretado como abrangendo todos os órgãos da Segurança Pública, e aí o número apresentado no que diz respeito ao RJ seria absurdo, já que só para citar a Polícia Civil, esta possui quase 100% de suas unidades informatizadas e conectadas em rede interna, sem contar que vários de seus produtos baseiam-se na WEB o que torna a mensuração de conectividade através de rede sem sentido.

Com relação à periodicidade de renovação dos computadores existentes no parque tecnológico do setor, os respondentes informaram que, na maioria das situações, esses são renovados com periodicidade irregular (Tabela 17), o que pode indicar que a renovação ocorre apenas quando há alguma necessidade em razão de problemas ou nos computadores ou nos servidores.



**Tabela 17 – Periodicidade de renovação dos equipamentos do setor, por instituição**

Periodicidade de renovação dos equipamentos do setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Sem informação	8	33	5	28	8	42	21	34
Os equipamentos são renovados anualmente	1	4	0	0	1	5	2	3
Os equipamentos são renovados a cada 2 anos	2	8	1	6	1	5	4	7
Os equipamentos são renovados a cada 3 anos	3	13	2	11	3	16	8	13
Os equipamentos são renovados a cada 5 anos	0	0	1	6	1	5	2	3
Os equipamentos são renovados com periodicidade irregular	7	29	7	39	4	21	18	30
Os equipamentos nunca foram renovados	3	13	1	6	1	5	5	8
Os equipamentos são renovados quando há necessidade	0	0	1	6	0	0	1	2

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

No que se refere ao percentual de renovação dos equipamentos do setor, é mister notar que a troca desses é bastante irregular mesmo quando as organizações são analisadas separadamente: 18% dos respondentes afirmaram que a troca é de 50%, 16% afirmaram que a troca é de 10% e 13% afirmaram que a troca é de 0% (Tabela 18).

**Tabela 18 – Percentual de renovação dos equipamentos do setor, por instituição**

Percentual de renovação dos equipamentos do setor	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Sem informação	8	33	5	28	8	42	21	34
100% dos computadores do setor são renovados	0	0	1	6	1	5	2	3
50% dos computadores do setor são renovados	6	25	3	17	2	11	11	18
30% dos computadores do setor são renovados	2	8	2	11	3	16	7	11
20% dos computadores do setor são renovados	1	4	1	6	0	0	2	3
10% dos computadores do setor são renovados	2	8	4	22	4	21	10	16
0% dos computadores é renovado	5	21	2	11	1	5	8	13

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Quando indagados sobre a política de renovação dos equipamentos da instituição como um todo, novamente os respondentes afirmaram que tal iniciativa ocorre com periodicidade irregular (Tabela 19), qualquer que seja a instituição em análise (SSP, PM ou PC). Esse resultado parece confirmar a hipótese de que para o setor de tecnologia da informação não existe uma estratégia estabelecida *a priori* para a renovação dos equipamentos.

**Tabela 19 – Periodicidade de renovação dos equipamentos da organização, por instituição**

Periodicidade de renovação dos equipamentos da instituição	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Sem informação	8	33	5	28	8	42	21	34
Os equipamentos são renovados anualmente	1	4	0	0	2	11	3	5
Os equipamentos são renovados a cada 2 anos	1	4	1	6	0	0	2	3
Os equipamentos são renovados a cada 3 anos	4	17	2	11	4	21	10	16
Os equipamentos são renovados a cada 5 anos	1	4	1	6	1	5	3	5
Os equipamentos são renovados com periodicidade irregular	9	38	7	39	4	21	20	33
Os equipamentos nunca foram renovados	0	0	1	6	0	0	1	2
Os equipamentos são renovados quando há necessidade	0	0	1	6	0	0	1	2

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Interessante notar que, quando indagados sobre o percentual de renovação dos equipamentos da instituição, e não só do setor, nesse caso, 20% dos respondentes afirmaram que esse é de 30% enquanto 21% afirmaram que esse é de 10% (Tabela 20). De toda forma, quando esses resultados são comparados com os apresentados na Tabela 18 é possível perceber que quando a instituição é o referente de análise parece existir uma preocupação maior com a atualização do parque tecnológico de TI em comparação com o que ocorre no setor propriamente dito.

**Tabela 20 – Percentual de renovação dos equipamentos da organização, por instituição**

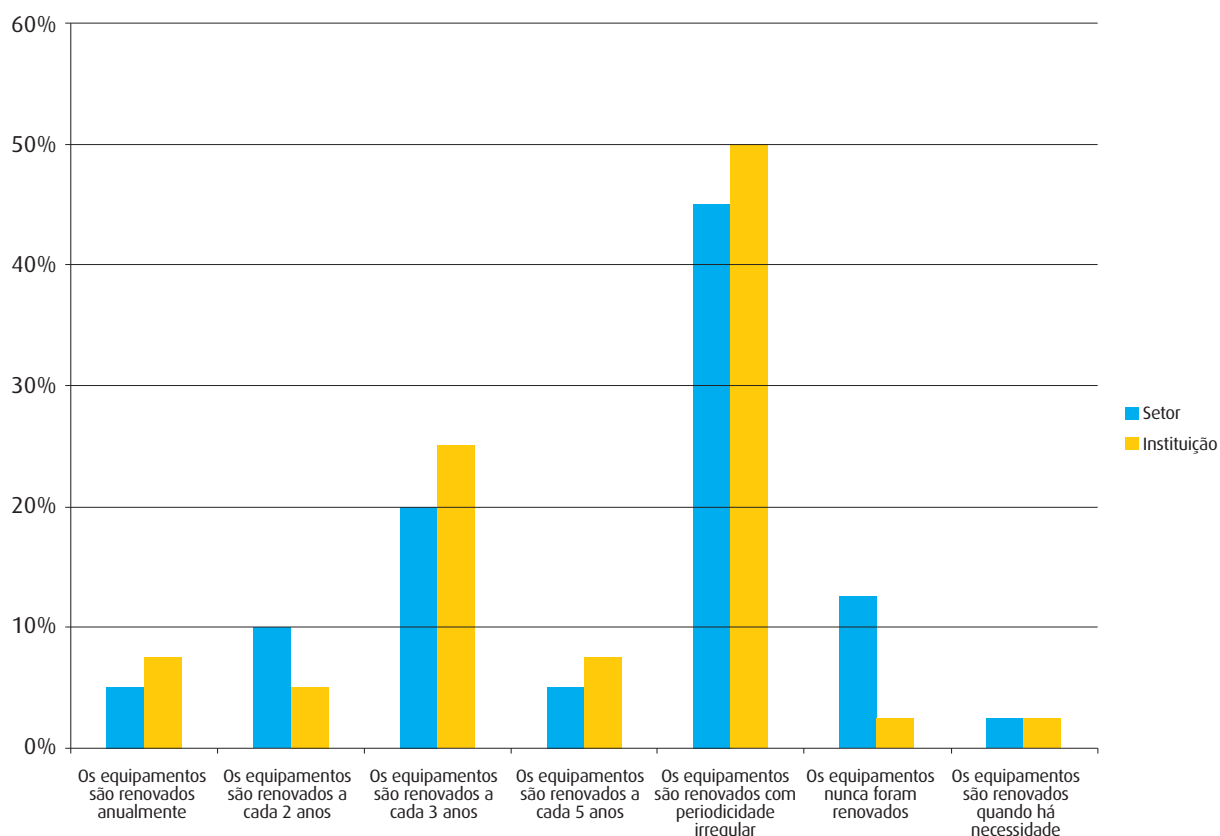
Percentual de renovação dos equipamentos da instituição	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Sem informação	8	33	5	28	8	42	21	34
100% dos computadores do setor são renovados	0	0	0	0	1	5	1	2
50% dos computadores do setor são renovados	3	13	1	6	2	11	6	10
30% dos computadores do setor são renovados	3	13	5	28	4	21	12	20
20% dos computadores do setor são renovados	2	8	0	0	1	5	3	5
10% dos computadores do setor são renovados	6	25	4	22	3	16	13	21
0% dos computadores é renovado	2	8	3	17	0	0	5	8

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Quando se comparam os dados válidos sobre as perguntas de renovação do parque tecnológico do setor e da instituição, é possível constatar que em ambas as situações não existe uma política clara quanto a esse ponto, já que os equipamentos são renovados com periodicidade irregular em metade dos casos (Gráfico 03).



**Gráfico 04 – Periodicidade de renovação do parque tecnológico no setor e na instituição**



**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

No que se refere especificamente a quem é o responsável por realizar as atividades de manutenção dos equipamentos do setor, os entrevistados afirmaram que, geralmente, essa tarefa é atribuída a profissionais da própria instituição ou a organização possui algum tipo de arranjo no qual os consertos mais simples são realizados por seus próprios funcionários e os mais complexos são delegados a empresas especializadas em tais tarefas (Tabela 21).

**Tabela 21 – Responsável pela manutenção dos equipamentos do setor, por instituição**

A manutenção dos equipamentos (computadores) do setor é realizada por	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	9	38	5	28	8	42	22	36
Profissionais da própria instituição	9	38	10	56	7	37	26	43

Continua >

A manutenção dos equipamentos (computadores) do setor é realizada por	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Serviço terceirizado realizado fora da instituição	0	0	0	0	1	5	1	2
Serviço terceirizado realizado dentro da instituição	0	0	1	6	0	0	1	2
Ambos (própria instituição e terceirizados)	6	25	2	11	3	16	11	18

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Já no que diz respeito ao desenvolvimento ou manutenção dos sistemas informatizados da instituição como um todo, os respondentes informaram que em 38% das situações essa atividade é realizada por profissionais da própria instituição, sendo que em outros 31% dos casos essa tarefa é feita com o auxílio de organizações especializadas, juntamente com os funcionários do setor (Tabela 22).

**Tabela 22** – Responsável pelo desenvolvimento ou manutenção dos sistemas informatizados da organização, por instituição

O desenvolvimento ou manutenção dos sistemas informatizados é realizado por:	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	9	38	5	28	8	42	22	36
Profissionais da própria instituição	4	13	9	50	7	37	20	33
Serviço terceirizado realizado fora da instituição	0	0	1	6	0	0	1	2
Serviço terceirizado realizado dentro da instituição	11	50	2	11	2	11	15	25
Ambos (própria instituição e terceirizados)	0	0	0	0	2	11	2	3
Outra instituição do estado (por exemplo, Central de Processamento de Dados do Governo Estadual)	0	38	1	6	0	0	1	2

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

A sessão seguinte procurava mapear os softwares que o setor possui e, para tanto, ela foi dividida em duas questões principais, sendo que a primeira pedia para o respondente elencar as licenças definitivas e a segunda as licenças temporárias existentes no setor.

Na parte de licenças permanentes (definitivas), os 33 entrevistados que responderam à questão apontaram como os softwares disponíveis para o setor os seguintes: Windows, SQL, Arcgis, Delphi, SPSS, Argis, Geomedia, Scriptcase (Framework), Adobe, CAD e programas próprios de cada instituição, como o SIP (Sistema de Identificação de Pessoas).

Na parte de licenças temporárias, apenas oito entrevistados responderam à questão informando que os softwares utilizados pelo setor para os quais não se possui licenças definitivas são os seguintes: CallTaker - 190, Check Point, Coffe, McAfee e Microsoft Office.



Na parte de licenças necessárias, 25 entrevistados responderam à questão apontando como softwares necessários ao bom desempenho das atividades, mas para os quais o setor ainda não possui licença definitiva, os seguintes: Software de Análise de Vínculos, Anti Vírus, ArcGIS, ERWIN, Software de Modelo de dados, Geomidia, Microsoft Office, Oracle, qlick view, scripcase, Share Point, SPSS, SQL, Trauma Zero, VISUAL STUDIO 2010, VMWARE ESX e Windows Server.

Como é possível perceber, há uma demanda muito grande por softwares de geoprocessamento, sendo que em algumas situações esses já são utilizados no setor do próprio respondente, apesar da inexistência de licença definitiva. Contudo, para que a análise espacial possa ser efetiva, faz-se indispensável a existência de base cartográfica georreferenciada, de maneira que seja possível realizar um link entre as ocorrências criminais e os locais de sua verificação.

Logo, a pergunta seguinte procurou mapear quais eram os setores que contavam com base cartográfica georreferenciada. Com isso, foi possível constatar que apenas 31% dos setores entrevistados contam com tal ferramenta (Tabela 23), o que parece indicar que apesar de a demanda por programas que permitam tal tipo de análise ser bastante acentuada entre esses setores, a ausência do insumo básico para a realização de tal atividade faz com que a demanda por tais softwares seja uma grande falácia, já que o seu manejo é operacionalmente inviável.

**Tabela 23** – Existência de base cartográfica georreferenciada, por instituição

O setor possui alguma base cartográfica georreferenciada?	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Não respondeu	8	33	5	28	8	42	21	34
Sim	10	42	3	17	3	16	16	26
Não	6	25	10	56	8	42	24	39

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Ainda no que diz respeito à compatibilidade entre os softwares elencados como já utilizados pelo setor ou que poderiam ser utilizados, a questão seguinte procurou mapear quais eram as linguagens de programação utilizadas nessa área. Com isso, foi possível constatar que a principal linguagem utilizada pelos setores pesquisados é a PHP e que, apesar de os especialistas consultados no momento da formulação do instrumento de pesquisa terem citado a Cobol como uma possível linguagem a ser utilizada pelos respondentes, nenhum deles mencionou essa alternativa como opção (Tabela 24).

**Tabela 24 – Linguagens de programação utilizadas pelo setor, por instituição**

Linguagem de programação	SSP	PM	PC	Total*
PHP	14	12	8	34
JAVA	11	7	3	21
NET	3	2	1	6
ASP	5	2	0	7
Delphi	8	2	4	14
Cobol	0	0	0	0
Flash	8	3	1	12
Outras	4	3	0	7

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

\*Total superior ao número de entrevistados, já que um mesmo entrevistado pode assinalar mais de uma opção como linguagem de programação

A questão seguinte, por sua vez, procurava mapear os Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados utilizados pelo setor, de acordo com as opções mais frequentemente disponíveis nessa seara. Nesse item, o sistema mais mencionado pelos entrevistados foi o MySQL, seguido pelo SQL Server e Postgree (Tabela 25). Contudo, como o quantitativo de menções a cada item foi bem menor que o número de respondentes, é possível afirmar que não existe um sistema preferencial para gerenciamento de banco de dados entre os entrevistados.

**Tabela 25 - Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados utilizados pelo setor de informática, por instituição**

Gerenciamento de banco de dados	SSP	PM	PC	Total*
Oracle	8	4	3	15
SQL Server	10	4	6	20
MySQL	11	7	4	22
PostGree	7	6	5	18
Outros	4	0	0	4

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

\*Total superior ao número de entrevistados, já que um mesmo entrevistado pode assinalar mais de uma opção como linguagem de programação

No que se refere ao Data Center, ou seja, ao ambiente de produção, servidores de banco de dados e aplicação utilizado pelas instituições analisadas, foi possível constatar que esses pertencem, especialmente, ao estado, ou seja, à Companhia/Central de Processamento de Dados Estadual (Tabela 26).

**Tabela 26 >**

**Tabela 26 – Organização a qual pertence o Data Center do setor, por instituição**

Pertencimento do data center	SSP		PM		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	24	100	18	100	19	100	61	100
Sem resposta	8	33	5	28	8	42	21	34
Própria instituição em que o setor está inserido	0	0	1	6	1	5	2	3
Ao estado (Companhia/Central de Processamento de Dados Estadual)	9	38	10	56	6	32	25	41
Terceirizado para empresa privada	6	25	1	6	4	21	11	18
Outra instituição	1	4	1	6	0	0	2	3

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

Quando indagados quanto ao compartilhamento do Data Center entre as distintas organizações que compõem o sistema estadual de segurança pública e, ainda, com as demais organizações do sistema de gestão estadual, os entrevistados informaram que compartilham o ambiente de produção, servidores de banco de dados e aplicação com as seguintes instituições (Tabela 27):

**Tabela 27 – Organizações com as quais os setores entrevistados informaram compartilhar os seus respectivos Data Center, por instituição**

Compartilhamento do Data Center	SSP	PM	PC	Total*
Secretaria de Estado da Segurança Pública	14	5	7	26
Polícia Militar	14	11	4	29
Polícia Civil	13	1	8	22
Corpo de Bombeiros	13	2	4	19
Sistema Prisional	7	0	4	11
Polícia Técnico-Científica	11	0	5	16
Outras Secretarias de Estado	5	1	1	7

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

\*Total superior ao número de entrevistados, já que um mesmo entrevistado pode assinalar mais de uma opção como linguagem de programação

O último bloco de questões procurou mapear quais são as atividades realizadas pelos setores de tecnologia da informação das Secretarias de Estado, Polícias Militares e Polícias Civas. Para tanto, os especialistas nessa área foram convidados a elencarem uma série de tarefas que deveriam fazer parte das rotinas dos funcionários do setor e, após aplicação do formulário, constatou-se que a atividade mais realizada pelos entrevistados é a de gerenciamento de banco de dados, acompanhada de suporte a siste-



mas; manutenção e suporte a equipamentos de informática e desenvolvimento de sistemas (Tabela 28).

**Tabela 28 – Atividades realizadas pelo setor de tecnologia da informação, por instituição**

Atividades realizadas	SSP	PM	PC	Total*
Manutenção e suporte a equipamentos de informática	14	11	8	33
Gerenciamento de base dados	14	12	8	34
Desenvolvimento de sistemas	13	12	5	30
Suporte a sistemas	13	12	8	33
Análises estatísticas	5	3	7	15
Análises de Inteligência	1	2	3	6
Planejamento estratégico da instituição	5	6	3	14
Apoio ao planejamento operacional	8	6	5	19
Produção de mapas	5	4	1	10
Realização de cursos de capacitação	5	7	3	15
Outros	4	0	0	4

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

\*Total superior ao número de entrevistados, já que um mesmo entrevistado pode assinalar mais de uma opção como linguagem de programação

Por fim, os entrevistados foram perguntados quanto às fontes de registro de eventos em segurança pública para as quais o setor de tecnologia de informação tem acesso aos códigos fontes e, com isso, foi possível constatar que o principal documento que o setor acessa nesse sentido é o Boletim de Ocorrências (Tabela 29).

**Tabela 29 – Registros de eventos em segurança pública para as quais o setor de tecnologia de informação tem acesso aos códigos fontes, por instituição**

Fontes de registro em SP às quais o setor tem acesso aos códigos fontes	SSP	PM	PC	Total*
Boletim de Ocorrência	11	6	10	27
Termo Circunstanciado de Ocorrência	10	2	6	18
B.O. Unificado PM/PC	3	4	3	10
Auto de Prisão em Flagrante	9	2	6	17
Inquérito Policial	8	1	7	16
Atendimento a Emergências	8	6	2	16
Laudos Instituto Médico Legal	7	0	3	10
Laudos Instituto de Criminalística	4	0	2	6

**Fonte:** Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP; Termo de Parceria 752962/2010/Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública.

\*Total superior ao número de entrevistados, já que um mesmo entrevistado pode assinalar mais de uma opção como linguagem de programação

Em certa medida, os dados coletados junto aos setores de tecnologia de informação das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Polícias Militares e Polícias Civas indicam questões muito interessantes. Primeiro, há que se destacar a dificuldade da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em acessar os responsáveis por essa área, já que para essa pesquisa os gestores do SINESPJC deveriam indicar alguém como potencial respondente.

Logo nesse primeiro momento, houve uma primeira perda, já que dos 81 potenciais respondentes, apenas 61 gestores foram indicados. Desses, 21 apenas abriram o formulário web, inseriram os seus dados pessoais sem identificar nem a instituição nem o estado de origem, ou seja, apenas 40 gestores responderam efetivamente a todas as questões propostas, sendo que os outros 11 responderam algumas, mas não todas as perguntas do formulário.

Considerando as respostas fornecidas por esses entrevistados foi possível constatar que, em média, esses setores contam com cinco funcionários, sendo que nem todos possuem computadores, uma vez que uma das atividades mais realizada por esses indivíduos não consiste no trabalho diretamente no setor, mas na manutenção e suporte a equipamentos de informática de toda a instituição, o que, necessariamente, implica deslocamento do mesmo para outros setores.

Contudo, uma informação que merece ser destacada, principalmente quando se considera as especificidades do setor, é a ausência de treinamento e/ou políticas de qualificação para aperfeiçoamento de quem trabalha nessa seara. Por se tratar de serviço altamente especializado, esta questão deveria se consubstanciar em um dos principais focos de políticas públicas do setor.

Para além do peso da qualificação nos setores de produção da informação, conforme já analisado no relatório de Produção da Informação, no caso dos setores de tecnologia, a formação especializada faz-se necessária até mesmo como forma de subsidiar a atuação dos gestores do SINESPJC no mapeamento qualificado das informações estaduais sobre segurança pública. Ao considerarmos a centralidade desempenhada pelos sistemas online na disseminação de informações, atrelada à dimensão da transparência necessária ao controle social das políticas públicas de segurança, resta clara a necessidade de valorização dos mecanismos e estruturas subjacentes a estes sistemas e à sua plena operação.



# DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO DE PARCERIA 752962/2010 - META 1





FÓRUM BRASILEIRO DE  
**SEGURANÇA PÚBLICA**

